

mercado de trabalho

conjuntura e análise

| MAIO 2009 |

39

MTE MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

ipea 45
anos
Por um Brasil desenvolvido

Governo Federal

**Ministro de Estado Extraordinário de
Assuntos Estratégicos** – Roberto Mangabeira Unger

Secretaria de Assuntos Estratégicos

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Administração e Finanças

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos Macroeconômicos

João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe da Assessoria de Imprensa

Estanislau Maria de Freitas Júnior

Assessor-Chefe da Comunicação Institucional

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor

Lauro Ramos

Membros

Carlos Henrique Leite Corseuil

Luiz Eduardo Ruckert Parreiras

Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez

Equipe de Apoio

Italo Cabral de Souza

Julio Castro Alves de Lima e Silva

Luana Moreira de Souza Furtado

Rosangela Cavaleri

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração deste boletim.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	V
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	1
NOTAS TÉCNICAS	9
EFEITOS DO SIMPLES SOBRE A PERFORMANCE INDUSTRIAL	11
Carlos Henrique L. Corseuil Rodrigo Leandro Moura	
SISTEMA DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: EFEITOS SOBRE A EXPANSÃO DO EMPREGO FORMAL NO PERÍODO 1999-2007	19
Anna Rosa Alux Simão	
ACELERAÇÃO EDUCACIONAL E A QUEDA RECENTE DA INFORMALIDADE	27
Rafael F. Mello Daniel D. Santos	
O AUMENTO DA FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO COMO CONSEQUÊNCIA DA EXPANSÃO ECONÔMICA	35
Carlos Henrique L. Corseuil Miguel N. Foguel	
ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	39
INTRODUÇÃO	41
POLÍTICAS PÚBLICAS DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	43
Paul Singer	
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO DA BAHIA	49
Helbeth Oliva Tatiana Araújo Reis Ludmila Meira	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOVAS PRÁTICAS, NOVAS METODOLOGIAS	57
Sandra Faé Praxedes	
ANEXO ESTATÍSTICO	63

APRESENTAÇÃO

Após um hiato de tempo em que o mercado de trabalho metropolitano não apresentava indícios de acompanhar a deterioração do ambiente macroeconômico e permanecia apresentando indicadores de desempenho bastante satisfatórios, nos dados mais recentes da Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE), há uma sinalização de mudança. Tal fato indica um processo de desaquecimento, mesmo que de forma (ainda) não tão flagrante. Nesse sentido, como será discutido na seção de análise do mercado de trabalho no corpo do boletim, tanto a taxa de desemprego na PME como, principalmente, o nível de ocupação apontam, no primeiro trimestre de 2009, uma reversão em suas tendências de melhora que prevaleceram até o final de 2008, enquanto a remuneração e o grau de informalidade continuam apresentando uma evolução bastante favorável.

Se por um lado parece razoável esperar que a remuneração acompanhe a deterioração observada no nível de ocupação em um futuro próximo, por outro não é tão óbvio prever o que acontecerá com o grau de informalidade, cujos determinantes da melhora recente ainda não são bem estabelecidos. É com o intuito de contribuir para um maior esclarecimento dessa questão que este número de *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* tem um formato temático na seção de notas técnicas, focado no entendimento dos determinantes da evolução recente do emprego formal no mercado de trabalho brasileiro. As quatro notas técnicas são dedicadas a esse tema e podem ser divididas em dois grupos de acordo com os respectivos enfoques. Enquanto as duas primeiras notas investigam em que medida determinadas ações do governo federal contribuíram para o bom desempenho observado no grau de formalização, as outras duas argumentam que esse indicador pode ter sido afetado por outros fatores não diretamente relacionados a ações do governo.

No primeiro grupo, a nota de Carlos Henrique L. Corseuil e Rodrigo Leandro Moura analisa o efeito que o SIMPLES Federal teve sobre o nível de emprego formal. Os autores concentram as atenções no setor industrial e no instante de tempo correspondente à implementação do programa (1997). Os resultados apontam efeitos positivos advindos de dois componentes. O primeiro componente corresponde à capacidade do programa de evitar (ou ao menos adiar) o fechamento de firmas optantes pelo SIMPLES. O segundo componente mostra que as firmas optantes tendem a empregar mais trabalhadores do que o fariam se não houvesse o programa. A segunda nota de autoria de Anna Rosa Alux Simão faz uso de informações inéditas do MTE sobre os seus procedimentos de fiscalização. A autora indica que houve um aumento na intensidade dessa atividade e que tal elevação está correlacionada com o aumento observado no grau de formalização. Por fim, é demonstrado que o efeito da fiscalização foi mais pronunciado na agricultura e na região Nordeste.

No outro grupo, a nota de Daniel D. Santos e Rafael F. Mello argumenta que o aumento do grau de formalização pode ter sido induzido pela melhora observada na composição da

força de trabalho brasileira em relação ao grau de escolaridade. Os autores mostram evidências de que essa característica produtiva do trabalhador é um determinante crucial na alocação entre setor formal e informal. Tal fato aliado à rápida melhora desse indicador no Brasil desde o final da década passada completam o argumento dos autores. Por fim, Carlos Henrique L. Corseuil e Miguel N. Foguel relacionam a evolução do grau de formalização do mercado de trabalho às diferentes etapas do ciclo econômico. Após uma breve exposição de um novo arcabouço teórico que explicita o mecanismo por detrás dessa relação, os autores usam dados longitudinais da PME para testar empiricamente uma importante predição desse arcabouço. Os resultados confirmam que o mecanismo salientado no modelo teórico realmente atuou no mercado de trabalho brasileiro contribuindo para elevar o grau de formalização nos últimos seis anos.

Além dessas notas e de uma breve análise centrada nos resultados disponíveis para o primeiro trimestre dos principais indicadores do desempenho do mercado de trabalho, este número do boletim marca o início de uma nova seção – Economia Solidária e Políticas Públicas – cujo objetivo é contribuir para ampliar o conhecimento sobre a realidade do fenômeno da economia solidária, sua proposta, conquistas e desafios. Tendo sido já objeto de atenção em dois números anteriores, em agosto de 2004 e em setembro de 2005, a expectativa é que sua presença em uma seção de caráter permanente propicie um acúmulo de reflexões que seja capaz de impulsionar o debate, aprofundar e enriquecer a proposta.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

1 INTRODUÇÃO

Esta análise tem como objetivo a apresentação de um panorama relativo ao comportamento do mercado de trabalho brasileiro no primeiro trimestre de 2009, com base nos principais indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Com a finalidade de balizar a evolução dos indicadores, evitando interferências de questões sazonais, será realizada uma comparação com o passado recente, em particular com o primeiro trimestre de 2008.

Tal como mencionado na apresentação, dois padrões distintos aparecem na evolução dos indicadores nos últimos meses. Por um lado, ocupação e desemprego mostram sinais preocupantes do que pode ser uma possível reversão da tendência, que era de melhora acentuada; por outro, tal inversão não aparece no grau de informalidade e nem na remuneração, que registram níveis não só estáveis nesse primeiro trimestre de 2009, como também atingem as melhores marcas dos últimos anos. Assim, dividiremos o texto que se segue de acordo com esse agrupamento dos indicadores.

2 DESEMPREGO, TAXA DE ATIVIDADE E OCUPAÇÃO

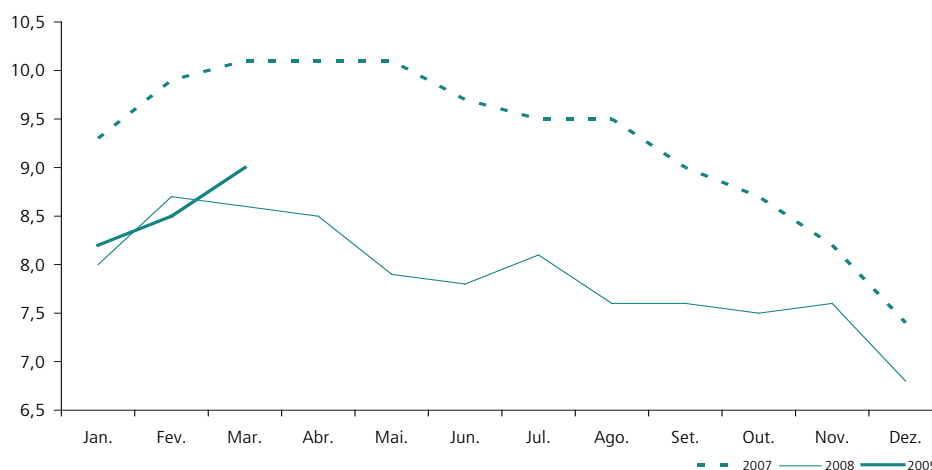
O gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de desemprego com base nos dados da PME. Cabe destacar a diferença na evolução desse indicador no primeiro trimestre de 2009 em relação ao mesmo trimestre nos anos anteriores. Apesar de esse indicador sempre crescer no primeiro trimestre dos três últimos anos, a trajetória em 2007 e 2008 mostra uma desaceleração a partir do mês de fevereiro, algo que não ocorre em 2009. Neste ano, o crescimento da taxa de desemprego continua em ritmo acelerado em março.

Ainda de acordo com o gráfico 1, podemos inferir que o valor médio entre aqueles registrados para os três primeiros meses de 2009 é muito próximo da sua contrapartida para 2008.¹ Essa comparação anual da taxa de desemprego apresenta, no entanto, um padrão diferenciado entre as regiões metropolitanas (RMs), estando o resultado negativo concentrado em São Paulo. Enquanto nesta região há um crescimento de 1 p.p. nesse indicador entre os três meses iniciais de 2009 e 2008, nas demais RMs essa comparação anual apresenta queda, com destaque para Recife (1 p.p. negativo).

As taxas de desemprego aberto apuradas pela PED corroboram todos os fatos que registramos na PME para o primeiro trimestre de 2009. Observa-se que: a) há uma trajetória de aceleração na taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2009 que se intensifica no mês de março; b) a taxa de desemprego aberta teve crescimento nulo na comparação entre os primeiros trimestres de 2008 e 2009; e c) São Paulo foi a única região com crescimento positivo (0,6 p.p.) frente aos resultados negativos das demais regiões.

1. De fato, a média da taxa de desemprego para o primeiro trimestre de 2009 supera em apenas 0,1 ponto percentual (p.p.) a média para o mesmo período em 2008.

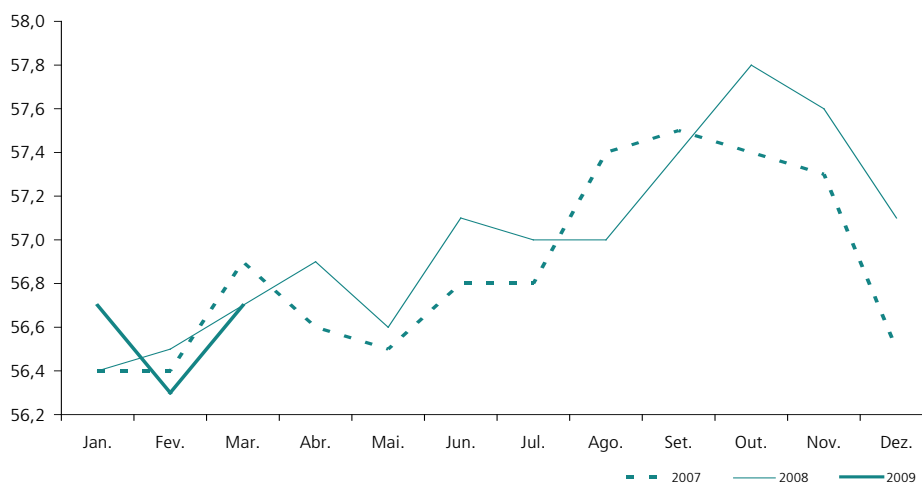
GRÁFICO 1
Taxa de desemprego
 (Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Em algumas ocasiões, o aumento da taxa de desemprego no primeiro trimestre é motivado pela entrada de pessoas na população economicamente ativa (PEA), na medida em que passam a procurar emprego. Dessa forma, é preciso analisar o comportamento da taxa de atividade.² Como é possível notar no gráfico 2, no primeiro trimestre de 2009, tal taxa oscilou em patamares muito próximos àqueles registrados no primeiro trimestre de 2008, sendo a média de 56,6% em 2009 e 56,5% em 2008. Ou seja, seu crescimento foi praticamente zero.³

GRÁFICO 2
Taxa de atividade
 (Em %)



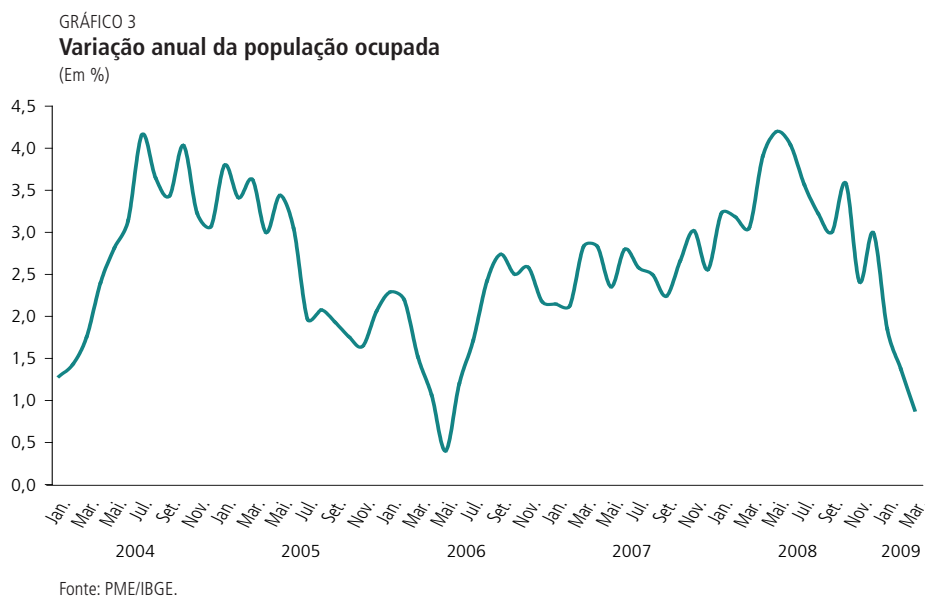
Fonte: PME/IBGE.

Esse fato nos leva a crer que a pressão no mercado de trabalho está relacionada à demanda por mão-de-obra, que pode estar perdendo o dinamismo registrado nos anos anteriores. A mudança no cenário macroeconômico no final de 2008 motiva esta conjectura, que pode ser mais bem fundamentada pela análise da evolução do nível de ocupação.

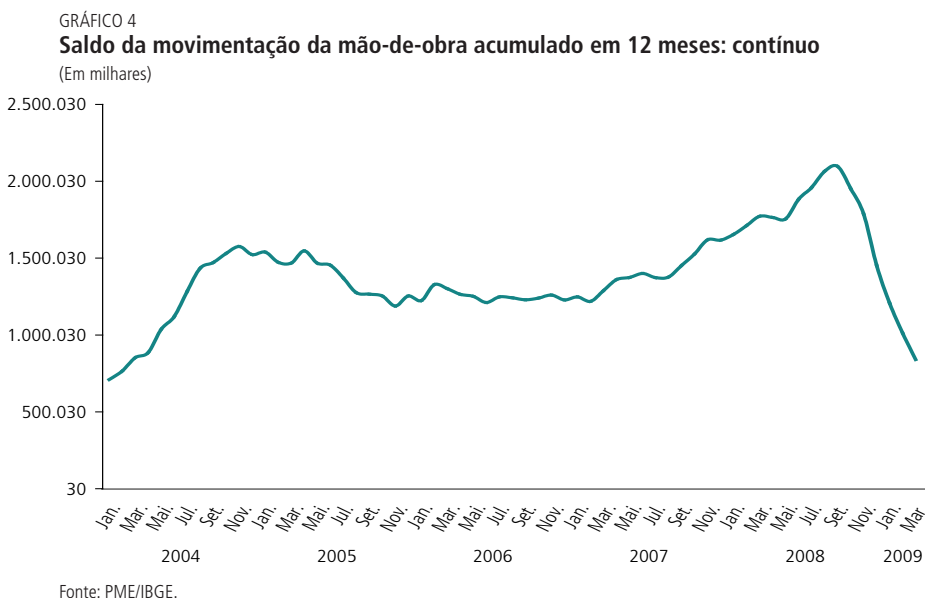
2. A taxa de atividade consiste na razão entre PEA e população em idade ativa (PIA).

3. Cabe acrescentar que em março de 2009 a taxa de atividade registrou exatamente o mesmo valor de março de 2008.

O número médio de ocupados no primeiro trimestre de 2009 foi 1,4% maior do que no mesmo período em 2008. Apesar do resultado positivo, as evidências apontam para uma forte desaceleração do ritmo de crescimento desse indicador. Por exemplo, o gráfico 3 mostra a variação percentual do número de ocupados de cada mês em relação ao mesmo mês do ano anterior, com base na PME. Chama a atenção a trajetória de forte declínio desse indicador nos meses mais recentes, culminando em março com um valor abaixo de 1%, o que só havia acontecido uma vez desde 2004.



Apesar das diferenças de cobertura do Caged em relação à PME,⁴ cabe registrar que os resultados do saldo da movimentação da mão-de-obra⁵ acumulado em 12 meses revelam, também, tendência de queda da ocupação, que pode ser visualizada no gráfico 4. É importante destacar que a inversão do crescimento já aparece de forma nítida em outubro de 2008.



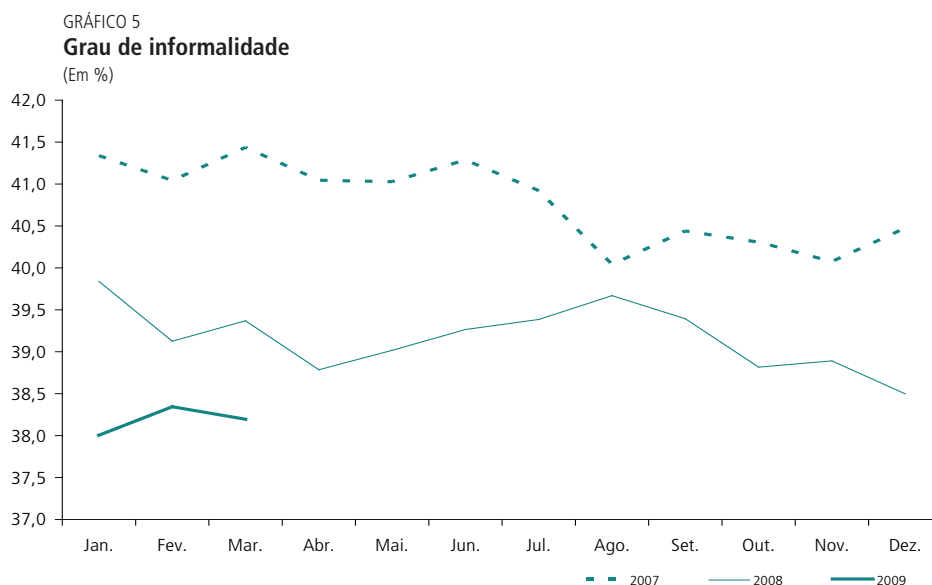
4. Diferente da PME, o Caged cobre todo o território nacional e as informações divulgadas referem-se apenas aos empregados com vínculos formais.

5. O saldo da movimentação da mão-de-obra consiste na diferença entre o total de admissões e o total de desligamentos.

A desagregação dos dados por setor de atividade aponta que a queda no saldo total sofre grande influência da indústria de transformação, que apresenta o pior desempenho entre todos os setores de atividade no período em questão.

3 INFORMALIDADE E RENDIMENTO

A análise do nível de ocupação por posição na ocupação propicia abordar a evolução do grau de informalidade do mercado de trabalho.⁶ Esse indicador apresenta uma redução de 1,3 p.p. na comparação do primeiro trimestre de 2009 com o mesmo período de 2008, como é possível visualizar no gráfico 5. Esse resultado é fruto tanto da expansão de 3,8% dos postos formais como contração de 1,9% do número de trabalhadores informais.⁷



Fonte: PME/IBGE.

Vale notar que, além da melhora em relação ao ano passado, o grau de informalidade não apresenta nenhum sinal de piora ao longo do primeiro trimestre de 2009, o que contrasta com os indicadores de desemprego e ocupação analisados na seção anterior.⁸ Algo semelhante ocorre com o rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada que registra uma elevação de 5,2% entre os trimestres anteriormente citados e um movimento muito tênue de declínio ao longo do primeiro trimestre deste ano.⁹

Cabe destacar a heterogeneidade na evolução dos rendimentos por posição na ocupação, em particular naquelas categorias associadas a postos informais. Enquanto o conta-própria registra elevação de 12,3% nos seus rendimentos em relação ao ano passado, os empregados

6. O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, por conta própria e não remunerados sobre o total de ocupados.

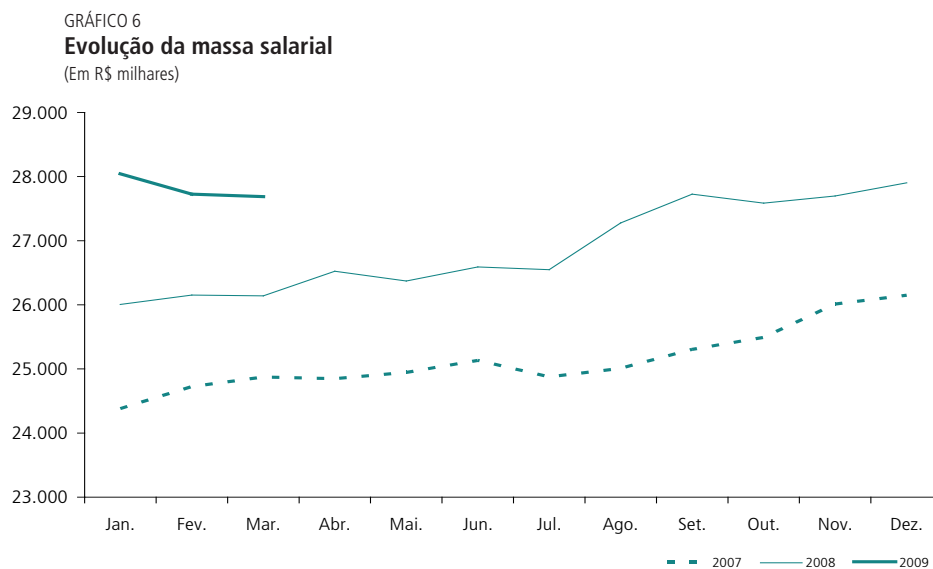
7. São considerados trabalhadores informais os empregados sem carteira de trabalho assinada, não remunerados e conta-própria.

8. Esse dado sugere que a reação das empresas à redução das perspectivas de crescimento tem se concentrado sobretudo no ajuste do nível de emprego, e não propriamente na substituição de vínculos formais por trabalho informal.

9. Uma vez mais, esses dados podem estar refletindo uma flexibilidade maior do nível de emprego do que dos salários: o valor nominal destes últimos é em geral rígido (especialmente para os empregados com carteira) e, na faixa próxima do salário mínimo, esteve ainda sujeito à elevação real de cerca de 12% a partir de fevereiro.

sem carteira assinada registram aumento de apenas 1,9%.¹⁰ Direcionando o foco para as RMs, observa-se que o Rio de Janeiro (8,1%) e Belo Horizonte (6,3%) tiveram as maiores altas desse indicador, e Recife, por sua vez, o pior desempenho, com uma redução de 1,6 % nos rendimentos.

Como observado no gráfico 6, a evolução da massa salarial do trabalho revela que a tendência do primeiro trimestre em análise destoa da apresentada nos anos anteriores pela inversão do ritmo de crescimento, iniciada em janeiro. Apesar da tendência de queda, a variação da média anual da massa salarial registra um resultado positivo (6,6%). A reversão no início de 2009 reflete a redução no ritmo de crescimento da população ocupada no primeiro trimestre, em conjunto com a estabilidade dos rendimentos médios.



Em linhas gerais o primeiro trimestre apresentou resultados satisfatórios no âmbito do mercado de trabalho metropolitano, principalmente quando se tem em mente os temores a respeito do seu desempenho ao final do ano passado. É preocupante, não obstante, a indicação de desaquecimento do lado da demanda, que já se traduziu em aumento da taxa de desemprego no mês de março. Embora esse efeito seja mais pronunciado em determinados setores e áreas geográficas, há evidências de que se trata de uma tendência ampla de redução do crescimento do emprego. Em função disso não é possível descartar a possibilidade de que o mercado de trabalho venha a apresentar resultados menos expressivos no futuro imediato, passando a refletir, após um considerável hiato de tempo, as adversidades no cenário macroeconômico.

10. Na comparação das médias trimestrais de 2009 e 2008, o rendimento médio da população ocupada aumentou 7,0% no setor público e 4,9% para os empregados com carteira de trabalho assinada.

NOTA TÉCNICA

EFEITOS DO SIMPLES SOBRE A PERFORMANCE INDUSTRIAL

Carlos Henrique L. Corseuil

Rodrigo Leandro Moura

SISTEMA DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: EFEITOS SOBRE A EXPANSÃO DO EMPREGO FORMAL NO PERÍODO 1999-2007

Anna Rosa Alux Simão

ACELERAÇÃO EDUCACIONAL E A QUEDA RECENTE DA INFORMALIDADE

Rafael F. Mello

Daniel D. Santos

O AUMENTO DA FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO COMO CONSEQUÊNCIA DA EXPANSÃO ECONÔMICA

Carlos Henrique L. Corseuil

Miguel N. Foguel

EFEITOS DO SIMPLES SOBRE A PERFORMANCE INDUSTRIAL

Carlos Henrique L. Corseuil*

Rodrigo Leandro Moura**

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 9.317/1996 instituiu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conhecido como SIMPLES, obedecendo ao preceito legal da Constituição de 1988. Tal sistema unificou, simplificou e favoreceu o recolhimento de tributos por micro e pequenos estabelecimentos, aplicando alíquotas reduzidas (ainda que progressivas) sobre uma mesma base de cálculo (o faturamento bruto), para potencializar a performance dos estabelecimentos alvos do programa, em particular nas dimensões de retirar empreendimentos da informalidade e expandir a geração de empregos.

O monitoramento dos impactos do SIMPLES é fundamental para que possam ser discutidas medidas de aperfeiçoamento ou aprofundamento, como o SUPER SIMPLES, além de subsidiar propostas semelhantes em termos de política de desoneração da folha salarial. Contudo, ainda persiste a escassez de uma avaliação aprofundada sobre a eficácia do programa no cumprimento dos seus objetivos mencionados acima.¹

Portanto, essa nota tem por objetivo avaliar a contribuição do SIMPLES em duas dimensões: geração de empregos e remuneração paga aos trabalhadores em 1997, ano de sua implementação. Para isso, serão utilizados dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), restringindo-se assim ao setor industrial, cuja performance tem sido objeto de preocupação da sociedade recentemente.

2 BASE DE DADOS E METODOLOGIA

A principal fonte de informações utilizada nessa nota foi a PIA, como mencionado. Essa fonte de dados permite combinar informações sobre emprego, adesão ao SIMPLES e faturamento bruto, bem como outras que descreveremos adiante. Nossa estratégia de identificação do efeito do SIMPLES sobre o emprego das firmas amostradas pela PIA foi a de comparar, entre as firmas próximas ao valor limite do faturamento que define a elegibilidade do programa, o nível de emprego e de salário pago daquelas que optaram pelo programa como daquelas que não optaram. Dessa forma estamos recorrendo às seguintes hipóteses:

a) A exigência de faturamento bruto em 1996 inferior a R\$ 720 mil teria sido o principal critério de elegibilidade das firmas para o SIMPLES.²

b) Os demais fatores que podem influenciar nível de emprego e salário não diferem muito entre as firmas que estão com faturamento em torno de R\$ 720 mil.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea.

** Assistente de Pesquisa do Programa Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento no Ipea e professor da FGV-RJ.

1. No que tange aos efeitos sobre a migração de estabelecimentos para o setor formal, temos conhecimento apenas dos trabalhos de Monteiro e Assunção (2006) e Fajnzylber, Maloney e Rojas (2006).

2. A rigor existem outros critérios que podem tornar inelegíveis ao programa firmas com faturamento abaixo desse limite.

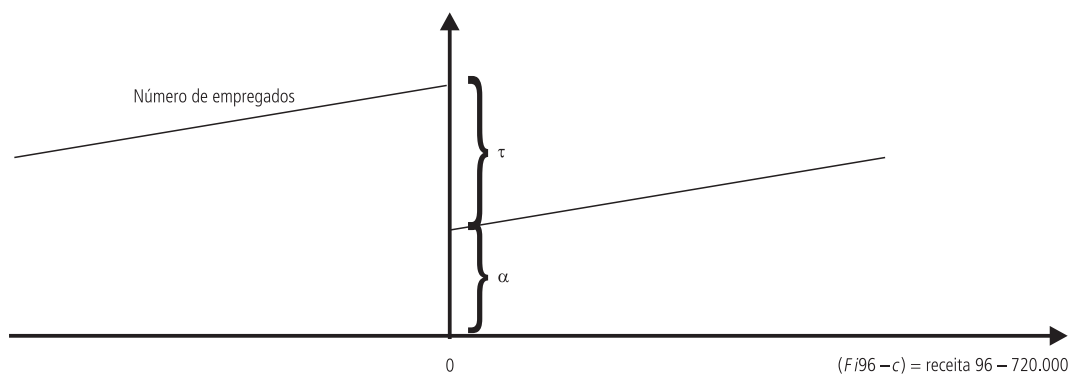
Ou seja, consideramos as firmas com faturamento ligeiramente superior a R\$ 720 mil um bom grupo de comparação para deduzir qual teria sido o nível de emprego e massa salarial paga aos trabalhadores das firmas optantes do SIMPLES com faturamento ligeiramente inferior a R\$ 720 mil, caso elas não optassem por participar do programa. Assim, como a literatura sugere, para medir de forma mais precisa o impacto do SIMPLES, nos restringiremos a subamostras, com valores de faturamento próximos de R\$ 720 mil, fixando uma janela que funcionará como um limite superior/inferior. Assim, por exemplo, se a janela é igual a R\$ 360 mil, estaremos restringindo a amostra a firmas com faturamento entre R\$ 720 mil – R\$ 360 mil e R\$ 720 mil + R\$ 360 mil. O resultado dessa comparação pode ser sintetizado através da estimativa do coeficiente τ do seguinte modelo,³ denominado pela literatura *Sharp Regression Design* (SRD):

$$Y_{i97} = \alpha + \beta (F_{i96} - c) + \tau T_{i97} + \gamma T_{i97} (F_{i96} - c) + \delta Z_{i97} + u_{i97} \quad (1)$$

onde o subíndice i indica a firma, Y , F e T denotam, respectivamente, emprego (ou remuneração total), faturamento bruto e opção pelo SIMPLES. A constante c é o corte máximo de faturamento bruto para as firmas se enquadrarem como elegíveis (R\$ 720 mil). A fim de certificar que estamos comparando firmas similares no que diz respeito a outros fatores que influenciam o emprego, introduzimos um vetor Z de outros controles o qual inclui: indicadores do subsetor da indústria e da unidade da federação (UF) em que a firma opera, indicador se a firma é formada por apenas um estabelecimento, e indicador da faixa etária da firma. O coeficiente τ mede o efeito desejado do impacto do SIMPLES sobre o Y_i .

Para tornar essa interpretação mais evidente, a figura 1 ilustra um caso hipotético de como o emprego pode variar com o faturamento da firma. O coeficiente τ mede o impacto no nível de emprego, quando as firmas passam de elegíveis (optantes do SIMPLES) para não-elegíveis (não optantes do SIMPLES) no programa.

FIGURA 1

Impacto hipotético do SIMPLES sobre o número de empregados

3. Essa metodologia é chamada de regressão com descontinuidade. Van der Klawn (2008) é uma boa resenha que traz maiores detalhes e aplicações empíricas.

Assim, a SRD é própria quando a política, que está sendo avaliada, induz à adesão de 100% das firmas. Veremos, na seção seguinte, que a adesão não é integral, apesar de ser bem elevada. Logo, nos deparamos com o fato da variável T ser autosseleccionada, ou seja, firmas se autosseleccionam de tal forma que as realmente necessitadas (devido a dificuldades de gerência, por exemplo) optam pelo SIMPLES, gerando um problema de endogeneidade. Assim, utilizamos uma alternativa ao modelo (1), denominada na literatura *Fuzzy Regression Design* (FRD), que lança mão da variável de elegibilidade – que é uma variável *dummy* se a firma tem um faturamento bruto de até R\$ 720 mil – como instrumento para a variável T . Utilizamos também o seguinte modelo de painel de efeito fixo, alternativamente ao modelo FRD, para contornar o problema de endogeneidade:

$$Y_{i97} = d_i + \alpha' t + \alpha'' + \beta' (F_{i96} - c) + \tau' T_{i97} + \gamma T'_{i97} (F_{i96} - c) + \delta' Z_{i97} + u'_{i97} \quad (2)$$

em que d_i é um efeito fixo, e t é um efeito temporal. Considerando que, em 1996, $T_{i96} = 0$ para todas as firmas (visto que o programa ainda não havia sido implementado nesse ano), tomamos a diferença $Y_{i97} - Y_{i96}$ para remover o efeito fixo, obtendo:

$$\Delta Y_{i97} = \alpha' + \beta' \Delta F_{i96} + \tau' T_{i97} + \gamma T'_{i97} (F_{i96} - c) + \delta' \Delta Z_{i97} + \Delta u'_{i97} \quad (3)$$

em que ΔY_{i97} e ΔZ_{i97} são, respectivamente, a variação de Y_i e dos demais controles de 1996 para 1997, ΔF_{i96} é a variação do faturamento bruto de 1995 para 1996, e as demais variáveis já foram especificadas. Chamamos o modelo (3) de *SRD com efeitos fixos*.

3 ESTATÍSTICAS DO SIMPLES

A partir da tabela 1, notamos que das 42,294 firmas elegíveis ao SIMPLES, 32,735 (77,40%) decidiram optar pelo SIMPLES em 1997. Isso indica que a reforma tributária induziu a maior parte das firmas a aderirem à lei.⁴ Observamos também que a grande maioria das firmas elegíveis possui apenas um estabelecimento, o que reforça o papel do SIMPLES de ser direcionado para firmas pequenas.

TABELA 1

Frequência das firmas categorizadas pela opção ao SIMPLES e pela posse de apenas um estabelecimento segundo sua elegibilidade

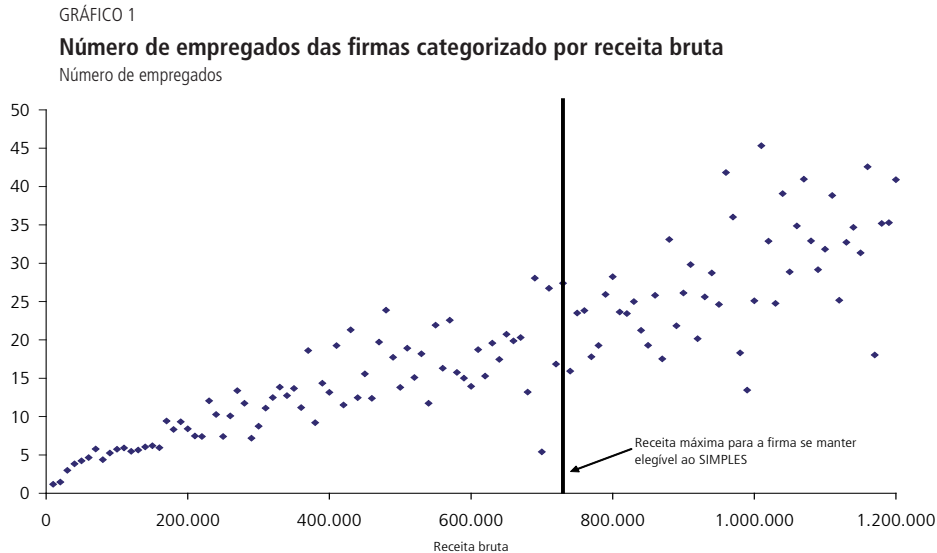
	Elegível				Total	
	Não	%	Sim	%	Total	%
Optante do SIMPLES						
Não	20.838	32,63	9.554	14,96	30.391	47,59
Sim	734	1,15	32.735	51,26	33.470	52,41
Total	21.566	33,77	42.295	66,23	63.861	100,00
Estabelecimento único						
Não	8.211	8,1	1.308	1,29	9.518	9,39
Sim	16.938	16,71	74.909	73,90	91.847	90,61
Total	25.149	24,81	76.216	75,19	101.365	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PIA.

Elegível se $0 \leq$ receita bruta em 1996 \leq 720.000 e não-elegível se receita bruta em 1996 $>$ 720.000.

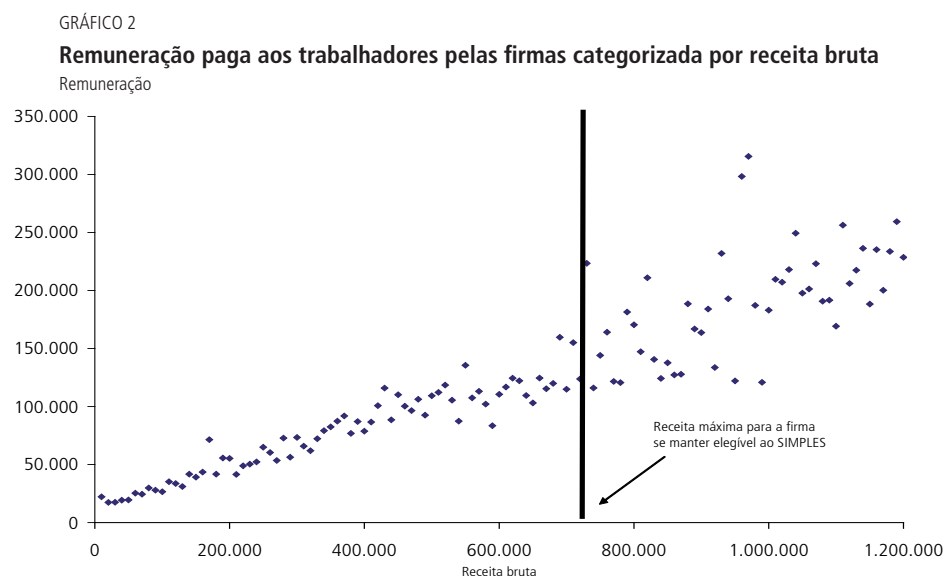
4. Além disso, notamos um pequeno erro de medida que surgiu em função da imprecisão da variável de elegibilidade, ou seja, 734 firmas que não seriam elegíveis declararam-se optantes do SIMPLES. Isso ocorre porque a receita bruta considerada no critério de elegibilidade deve deduzir as vendas canceladas e os descontos incondicionais, os quais não podem ser diferenciados na variável Deduções da PIA.

O gráfico 1 mostra que firmas com maior nível de receita tendem a ter maior número de empregados, o que era esperado. No entanto, cabe ressaltar um aspecto interessante: as firmas que são elegíveis ao SIMPLES (ou seja, com receita abaixo da linha preta vertical – menos do que R\$ 720 mil) apresentam uma menor dispersão em termos de número de empregados do que as firmas não-elegíveis. Porém, destaca-se um aumento da dispersão em torno da receita máxima de elegibilidade.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PIA.

No gráfico 2 derivamos as conclusões similares ao gráfico 1: firmas com maior nível de receita tendem a pagar maior nível salarial; e firmas que são elegíveis ao SIMPLES apresentam menor dispersão salarial, mas ao contrário do gráfico 1, essa dispersão não aumenta tanto em torno da receita máxima.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PIA.

Também é possível notar, através do gráfico 3, que a proporção de firmas com apenas um estabelecimento é bem elevada para as menores faixas de faturamento bruto. Entretanto,

vale enfatizar que em torno da receita máxima de elegibilidade, a proporção de firmas com apenas 1 estabelecimento (ou mais de 1 estabelecimento) é muito próxima. Finalmente, pelo gráfico 4, a proporção de firmas com maior tempo de existência é bem superior a de firmas mais novas. Destacamos novamente que, em torno da receita máxima, a frequência de firmas, dentro de cada faixa etária, é bem próxima.

GRÁFICO 3

Frequência das firmas por faixa de receita bruta categorizadas por possuírem 1 ou mais estabelecimentos

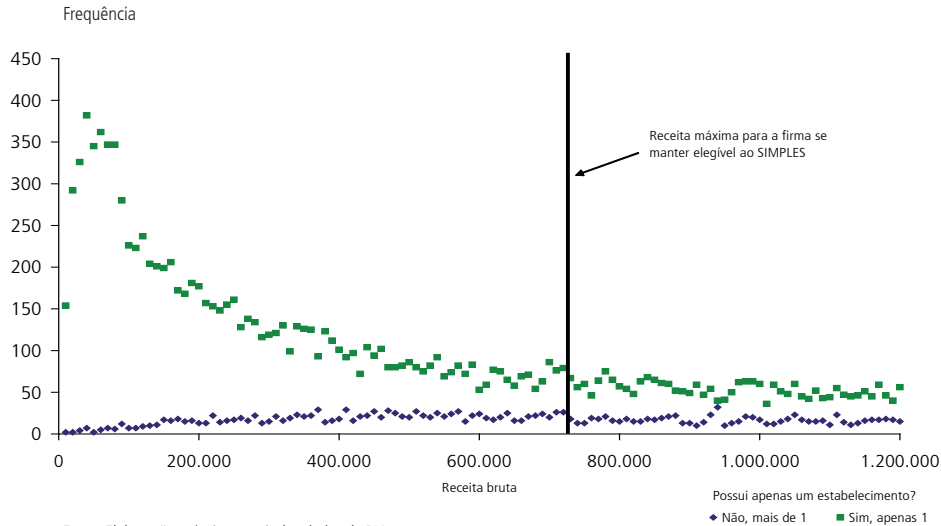
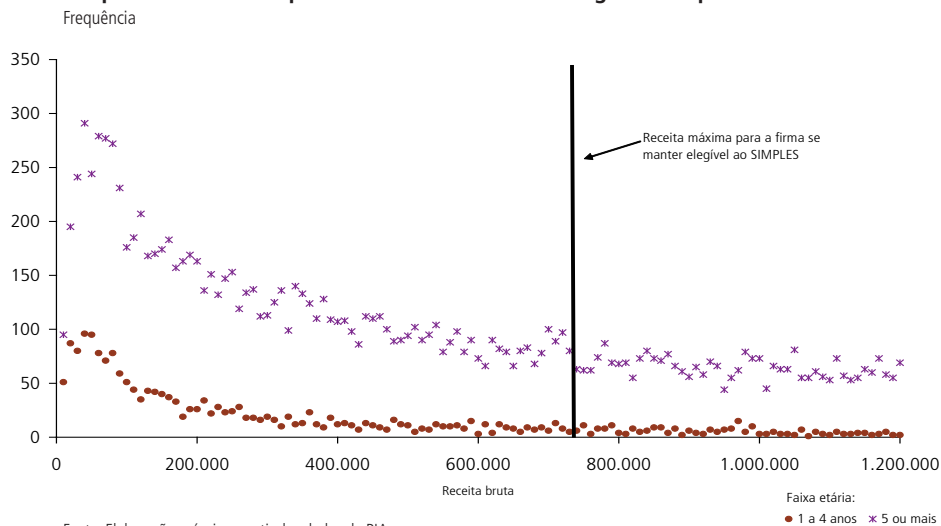


GRÁFICO 4

Frequência das firmas por faixa de receita bruta categorizadas por faixa etária



Essas evidências apontadas nos dois últimos gráficos corroboram a hipótese *b*), assumida na seção anterior, de que os controles não diferem muito para firmas que estejam em torno da receita máxima de elegibilidade. Assim, janelas menores (ou seja, amostras mais próximas da vizinhança da receita máxima) tendem a apresentar valores bem próximos para os controles.

4 RESULTADOS DAS REGRESSÕES

Analisando os resultados da FRD através da tabela 2, notamos que o impacto do SIMPLES sobre o número de empregados é significativo (a 10%) apenas no caso da janela fixada maior, ou seja, o grupo de tratamento (firmas que optaram pelo SIMPLES) teve 9,9 empregados a mais, em média, do que o grupo de controle (firmas que não optaram pelo SIMPLES) em 1997. Para as demais janelas o impacto é estatisticamente nulo. A única variável consistentemente significativa é a *dummy* que indica se a firma possui apenas um estabelecimento. Tal variável indica que tais firmas tendem a ter 20 a 24 empregados a menos, em média, do que as firmas com mais de 1 estabelecimento.

Quando a variável dependente é a remuneração paga pelas firmas, o efeito do SIMPLES é de redução da remuneração nas firmas do grupo de tratamento, mas tal impacto é estatisticamente significativo (a 1%) apenas para a menor janela (180 mil) – que deve medir o impacto de forma mais precisa.

TABELA 2
Estimativas do modelo FRD

Variável dependente	Número de empregados			Remuneração		
	Janela (milhares)			Janela (milhares)		
Regressores	720	360	180	720	360	180
SIMPLES (T_{97})	9.91***	4,32	19,81	-1966	-2289	-10099*
$(F_{96} - c)$	5,88	7,61	15,50	1585	2226	4551
	2E-05*	3E-05***	5,E-05	-4,E-04	1,E-03	-2,E-02
$T_{97} (F_{96} - c)$	6,E-06	1,E-05	4,E-05	1,E-03	4,E-03	1,E-02
	1E-05*	-1,E-05	3,E-05	2E-03*	-3,E-04	-4,E-04
Única	5,E-06	1,E-05	4,E-05	7,E-04	4,E-03	9,E-03
	-24.60*	-20.80*	-20.16*	476	608	158
Dage	2,03	2,28	3,18	350	389	394
	0,33	-0,72	0,22	241	667	600
Constante	0,75	1,82	3,03	151	462	770
	44.64*	38.23*	36.13*	6245*	5409*	6997*
R^2 ajustado	3,06	4,89	8,12	567	1204	1279
	0,2229	0,14	0,0327	0,2259	0,1736	0,0327
Número de observações	9985	4337	2110	9899	4304	2110

Nota: Foram incluídos também como regressores *dummies* para setores de atividade e para as unidades federativas (UFs). SIMPLES (T_{97}) = 1 se a firma optou pelo SIMPLES em 1997 e 0, se não optou; $(F_{96} - c)$ = (Receita bruta em 1996)-720.000; Elegb = 1 se $0 \leq$ (receita bruta em 1996) \leq 720.000 e 0, se (receita bruta em 1996) $>$ 720.000; Única = 1 se a firma possui apenas 1 estabelecimento e 0, se possui mais de 1; Dage = 1 se a firma possui 5 ou mais anos de existência e 0, se possui menos de 5 anos.

Os asteriscos *, **, *** representam significância a 1%, 5% e 10%, respectivamente. Erro-padrão em itálico.

A tabela 3 mostra os resultados do modelo SRD com efeitos fixos. Nele, notamos que o impacto do SIMPLES sobre a população ocupada é fortemente significativo (a 1%), ou seja, o aumento na população ocupada foi entre 1,4 e 2,1 empregados maior para o grupo de tratamento em relação ao grupo de controle. Já o impacto do SIMPLES sobre a variação da remuneração foi estatisticamente nulo.

TABELA 3
Estimativas do modelo SRD com efeitos fixos

Variável dependente	Variação do número de empregados entre 1996 e 1997			Variação da remuneração entre 1996 e 1997		
	Janela (milhares)			Janela (milhares)		
Regressores	720	360	180	720	360	180
SIMPLES (T_{197})	1.48*	2.04*	2.06*	-1559	-1251	-1125
	0,48	0,72	0,95	2966	3638	4464
ΔF_{196}	-6,E-10	1E-0.8*	6,E-09	8E-05**	2E-04*	2E-04*
	4,E-09	5,E-09	4,E-09	3,E-05	4,E-05	2,E-05
$T_{197} (F_{196} - c)$	-5,E-07	-2,E-06	1,E-05	0.013**	0,009	0,029
	8,E-07	2,E-06	1,E-05	0,006	0,016	0,048
Constante	-2.13*	-1,19	-1,20	14387*	14153**	5888
	0,59	0,89	1,24	3797	6676	8343
R ² ajustado	0,0103	0,0119	0,0148	0,0051	0,0058	0,0080
Número de observações	9889,00	4337,00	2110,00	9889,00	4337,00	2110,00

Nota: Foram incluídos também como regressores *dummies* para setores de atividade e para as UFs. SIMPLES (T_{197}) = 1 se a firma optou pelo SIMPLES em 1997 e 0, se não optou; ΔF_{196} é a variação do faturamento bruto de 1995 para 1996; $(F_{196} - c) = (\text{receita bruta em 1996}) - 720.000$.

Os asteriscos *, **, *** representam significância a 1%, 5% e 10%, respectivamente. Erro-padrão em itálico.

5 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A primeira impressão dos resultados comentados na seção anterior é de que os mesmos não são robustos às escolhas do método. Nessa seção mostraremos que não se trata disso, e que, ao contrário, os resultados são compatíveis entre si, pois na verdade estamos estimando efeitos distintos em cada um dos exercícios.

O fato é que podemos decompor o efeito do SIMPLES em duas dimensões: um efeito “composição” e um efeito “escala”. O primeiro efeito ocorre quando firmas que morreriam na ausência do programa passam a sobreviver uma vez que o mesmo é implementado. Note que esse efeito se concentra apenas entre as firmas elegíveis e tende a ser negativo, visto que as firmas que ganham essa “sobrevida” tendem a ter pior performance, e portanto ser menores e pagarem menos, do que as demais sobreviventes. Já o segundo efeito ocorre quando as firmas sobreviventes decidem alterar o seu nível de emprego/salários devido às novas condições do programa. Como essas condições consistem em reduções de custo, espera-se um efeito positivo sobre essas variáveis.

Quando usamos o método FRD, o parâmetro τ capta ambas as dimensões do efeito do SIMPLES, enquanto o emprego do método SRD com efeitos fixos captura apenas o efeito escala. É de se esperar, portanto, que os resultados via FRD sejam menores do que aqueles obtidos via SRD com efeito fixo, o que de fato acontece com as nossas estimativas tanto para emprego como para salário.

Daí, podemos concluir o seguinte: por um lado tanto o emprego quanto o salário médio tendem a cair entre as firmas elegíveis pelo fato de o SIMPLES evitar o fechamento de firmas que empregam relativamente pouco e remuneram relativamente mal. Por outro, as firmas elegíveis aproveitam as melhores condições oferecidas pelo programa ao empregar mais, mas mantendo a remuneração dos seus funcionários inalterada. Esses efeitos tendem a se cancelar quando medimos o efeito do SIMPLES sobre o número médio de empregados nas firmas industriais. No que tange a remuneração média, podemos dizer que o efeito composição domina o efeito escala.

REFERÊNCIAS

FAJNZYLBER, P.; MALONEY, W. F.; ROJAS, G. V. M. *Does formality improve micro-firm performance?* Quasi-experimental evidence from the Brazilian SIMPLES program. 2006. Mimeografado.

MONTEIRO, J.; ASSUNÇÃO, J. *Outgoing the shadows: estimating the impact of bureaucracy simplification and tax cut on formality and investment.* 2006. Mimeografado.

VAN DER KLAWN, W. Regression-discontinuity analysis: a survey of recent developments in economics. *Labour*, n. 22, p. 219-245, 2008.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: EFEITOS SOBRE A EXPANSÃO DO EMPREGO FORMAL NO PERÍODO 1999-2007

Anna Rosa Alux Simão*

1 INTRODUÇÃO

Após um longo período de pífio crescimento do número de postos formais de trabalho no Brasil, a partir de 1999, assistiu-se ao aumento considerável no ritmo de geração de emprego formal. Diante da persistência dessa expansão, principalmente após 2004, pesquisas foram desenvolvidas com o intuito de enumerar as possíveis razões que explicariam este fenômeno.

Em geral, quando a economia cresce, há uma tendência natural de transferência de mão-de-obra do setor informal para o setor formal (CORIAT; SABOIA, 1988). Porém, alguns argumentos existentes na literatura sugerem que o crescimento econômico por si só pode não ser capaz de sustentar a recente trajetória de aumento do número de carteiras assinadas. Não seria razoável negligenciar, por exemplo, os efeitos da melhoria na eficiência das atividades de fiscalização e inspeção sobre o mercado de trabalho brasileiro (CARDOSO JÚNIOR, 2007).

Esta nota técnica procura avaliar a relevância de uma atividade fundamentalmente relacionada à atuação do Estado – a fiscalização do trabalho – na geração recente de emprego. Para tanto, utilizam-se dados referentes à formalização de trabalhadores nas ações de fiscalização do trabalho realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), disponibilizados pela Diretoria de Fiscalização do Trabalho,¹ e ao total de trabalhadores admitidos,² divulgado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do MTE, para o período compreendido entre 1999 e 2007. Além de analisar a evolução do número de registro de trabalhadores pela fiscalização, calcula-se a razão entre este e o total de trabalhadores admitidos, por região geográfica e por segmento de atividade econômica. O objetivo é mensurar, aproximadamente, o impacto direto da inspeção do trabalho na geração de emprego formal.

2 ESTRUTURA E DINÂMICA DA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

A inspeção ou fiscalização do trabalho tem como função garantir a correta e eficiente aplicação das leis aos contratos trabalhistas. A inspeção do trabalho passou a ter efetiva importância a partir da promulgação da Convenção nº 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1956 – referência internacional de diretrizes e princípios gerais que norteiam as inspeções. Dados os parâmetros gerais da OIT, o escopo de atuação da fiscalização do trabalho varia de país para país, dependendo da legislação em vigor, da competência e do campo de aplicação da lei (JATOBÁ, 2002).

* Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

1. A autora agradece a disponibilidade dos dados, sem os quais este trabalho não seria concretizado.

2. Adotar o número de admitidos nesta análise minimiza o problema de mensuração gerado pela rotatividade como fator de desobediência ao cumprimento da legislação, pois nada impede que o trabalhador formalizado pela inspeção do trabalho seja substituído posteriormente por outro sem vínculo formal. Nesta análise, a comparação entre a formalização por ação da fiscalização e o saldo líquido de emprego (admitidos – demitidos) enviesaria a eficiência da inspeção do trabalho.

No Brasil, a regulamentação desta atividade inicia-se no Governo Getúlio Vargas, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Ao longo das décadas, o sistema de vigilância e inspeção ganhou importantes reforços legais com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a ratificação da Convenção nº 81/OIT, o Regulamento de Inspeção do Trabalho (RIT) e a Constituição Federal (CF) de 1988. Ainda dentro do esforço do Estado em reestruturar a inspeção do trabalho enfraquecida ao longo das décadas anteriores, houve uma recente reorganização da estrutura fiscalizatória no país.

Ao MTE compete a coordenação da fiscalização, instrução e aplicação de multas às empresas faltosas. Dentro da estrutura ministerial, a Secretaria de Inspeção do Trabalho é responsável pela formulação de diretrizes de inspeção. Cabe às Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) a execução regional das políticas formuladas pela secretaria. A estrutura conta ainda com o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), criado em 1995, para combater o trabalho forçado mediante denúncia. O GEFM é composto por auditores fiscais do MTE, procuradores do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal e agentes e delegados da Polícia Federal.

A inovação do sistema de inspeção veio com o desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT), que acompanha e gerencia as atividades de fiscalização, criando uma base de dados utilizada no planejamento e na definição de metas para essas atividades.

Criaram-se ainda incentivos para a utilização de negociação na tentativa de solucionar pendências nas relações trabalhistas. O artigo 627-A/CLT de 1999 sustenta a construção de um “novo perfil da fiscalização do trabalho”, permitindo que o auditor do trabalho promova o aumento do diálogo empregador-empregado mediante instauração de “mesa de entendimento”, baseada no compromisso do empregador em solucionar eventuais desvios em relação às normas.

Para assegurar a conciliação de conflitos individuais, a Lei nº 9.958/2000 criou a Comissão de Conciliação Prévia. Uma vez instaurada, no âmbito da empresa ou do sindicato, recorrer à justiça do trabalho estará condicionado à prévia tentativa de conciliação. Se as partes entrarem em acordo, ficam impossibilitadas de utilizar posteriormente os meios jurídicos tradicionais para tratar o mesmo assunto. Caso contrário, ao recorrer à justiça, a comprovação da tentativa prévia de conciliação é exigida. Evita-se então a demora dos meios jurídicos tradicionais.

Ainda como forma de aumentar a eficiência nas negociações e minorar as fragilidades dos contratos e das condições de trabalho, a inspeção é apoiada pela atuação dos sindicatos e de outras entidades não-governamentais. Como estão mais próximas da realidade do trabalhador, a vigilância e as denúncias feitas por estas instituições são fundamentais no apoio à fiscalização.

3 RESULTADOS GERAIS DA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO

Os resultados da inspeção do trabalho do MTE entre 1999 e 2007 são apresentados na tabela 1. Observa-se que a quantidade de empresas fiscalizadas (coluna 1) aumentou aproximadamente 3%, passando de 347 mil em 1999 para 357 mil empresas em 2007, enquanto o número de empresas autuadas foi de 61,4 mil em 1999, alcançou 61,8 mil em 2006 e fechou o ano de 2007 com um saldo de 60,6 mil.

TABELA 1
Brasil: resultados gerais da fiscalização do trabalho – 1999-2007

	Número de empresas fiscalizadas (1)	Número de empregados alcançados (2)	Número de empregados registrados sobre ação fiscal (3)	Número de empresas autuadas (4)
1999	347.380	17.842.511	249.795	61.444
2000	353.617	19.116.793	525.253	58.213
2001	296.741	17.707.443	516.548	56.036
2002	304.254	19.934.822	555.454	53.622
2003	285.241	22.257.503	534.125	58.589
2004	302.905	24.453.179	708.957	56.086
2005	375.097	27.650.699	746.272	59.756
2006	357.319	30.681.772	670.035	61.809
2007	357.788	32.178.333	746.245	60.677

Fonte: MTE.

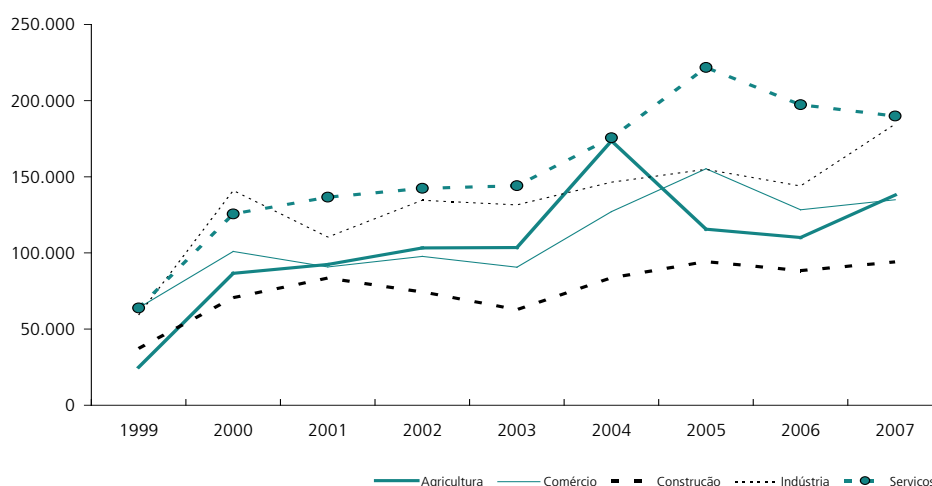
Paralelamente, o número de empregados alcançados/fiscalizados (coluna 2) saltou de 17,8 milhões em 1999 para 32,2 milhões em 2007. A coluna 3 mostra que o número de trabalhadores registrados em fiscalizações passou de 249 mil para 746 mil no período. Em especial, destaca-se o crescimento de 32,7% destes registros entre 2003 e 2004, gerado pelo salto de 534 mil para 708 mil.

Assim, enquanto a quantidade de empresas fiscalizadas e autuadas manteve-se relativamente estável no período, o número de empregados alcançados e registrados pela ação da fiscalização ampliou-se consideravelmente. Em 1999, para cada empresa fiscalizada, registrava-se, em média, 0,72 trabalhador, já em 2004 esta relação passou para 2,34 trabalhadores por empresa e em 2007 foi de 2,08.

3.1 Resultados por setor de atividade³

De acordo com o gráfico 1, os registros de trabalhadores nas fiscalizações aumentaram significativamente em todos os segmentos de atividade. Em especial, o setor de serviços foi aquele que apresentou a trajetória de crescimento mais robusta em termos absolutos, seguido pela indústria e pelo comércio.

GRÁFICO 1
Brasil: número de registros em ações da fiscalização por setor de atividade – 1999-2007



Fonte: MTE.

3. Não foram incluídas as atividades econômicas classificadas como "outros". Desta maneira, o total contabilizado na análise por setor de atividade é diferente da análise por setor geográfico.

No período em análise, a fiscalização foi responsável pela formalização de 948 mil e 989 mil postos de trabalho na agricultura e no comércio, respectivamente. Este saldo atingiu 689 mil na construção, 1,2 milhão na indústria e 1,4 milhão no setor de serviços,⁴ totalizando 5,2 milhões de trabalhadores registrados entre 1999 e 2007.

A tabela 2 mostra a relação entre o número de trabalhadores registrados e o total de admitidos por setor. Os resultados permitem analisar a contribuição aproximada das atividades de inspeção no número de trabalhadores admitidos ao longo do tempo.

TABELA 2
Brasil: número de registros em fiscalização versus número de admitidos por setor de atividade – 1999-2007

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Registro por ação fiscal	24.990	86.633	92.446	103.323	103.545	173.581	115.560	110.164	138.023	948.265
Total de admitidos – Caged	457.624	840.289	694.958	949.651	876.658	1.211.892	1.198.355	858.486	1.310.749	8.398.662
Ação fiscal/total de adm. (%)	5,46	10,31	13,30	10,88	11,81	14,32	9,64	12,83	10,53	11,29
Registro por ação fiscal	63.917	100.932	90.820	97.707	90.645	127.107	155.228	128.375	134.941	989.672
Total de admitidos – Caged	1.882.359	2.109.061	1.894.122	2.234.658	1.867.850	2.639.535	2.912.498	2.476.269	3.298.542	21.314.894
Ação fiscal/total de adm. (%)	3,40	4,79	4,79	4,37	4,85	4,82	5,33	5,18	4,09	4,64
Registro por ação fiscal	37.292	70.661	83.465	74.413	62.728	83.689	94.315	88.410	94.101	689.074
Total de admitidos – Caged	919.971	1.052.518	917.766	1.032.656	753.338	1.005.910	1.091.798	1.055.192	1.428.582	9.257.731
Ação fiscal/total de adm. (%)	4,05	6,71	9,09	7,21	8,33	8,32	8,64	8,38	6,59	7,44
Registro por ação fiscal	59.261	140.955	110.390	134.540	131.606	146.436	154.884	143.960	184.572	1.206.604
Total de admitidos – Caged	1.875.170	2.149.897	1.809.808	2.104.445	1.703.985	2.599.603	2.660.387	2.307.035	3.236.702	20.447.032
Ação fiscal/total de adm. (%)	3,16	6,56	6,10	6,39	7,72	5,63	5,82	6,24	5,70	5,90
Registro por ação fiscal	63.864	125.564	136.640	142.407	144.163	175.623	221.818	197.328	189.875	1.397.282
Total de admitidos – Caged	3.026.692	3.506.080	3.147.981	3.490.910	2.854.668	3.839.421	4.315.756	3.941.550	5.066.714	33.189.772
Ação fiscal/total de adm. (%)	2,11	3,58	4,34	4,08	5,05	4,57	5,14	5,01	3,75	4,21
Registro por ação fiscal	249.324	524.745	513.761	552.390	532.687	706.436	741.805	668.237	741.512	5.230.897
Total de admitidos – Caged	8.161.816	9.657.845	8.464.635	9.812.320	8.056.499	11.296.361	12.178.794	10.638.532	14.341.289	92.608.091
Ação fiscal/total de adm. (%)	3,05	5,43	6,07	5,63	6,61	6,25	6,09	6,28	5,17	5,65

Fonte: MTE/Caged.

4. Incluindo hotéis/restaurante, transporte, financeiro, educação e saúde.

Apesar do bom desempenho do setor de serviços em termos absolutos, o impacto direto da fiscalização sobre o número total de admitidos entre 1999 e 2007 foi de 4,2%, aproximadamente, enquanto na agricultura e na construção atingiu 11,3% e 7,4%, respectivamente.

Em 2004, por exemplo, esta relação alcançou 14,3% na agricultura e 8,3% na construção, enquanto na indústria, comércio e serviços foi de, respectivamente, 5,6%, 4,8% e 4,6%, representando um total de 6,2% no cômputo geral para aquele ano.

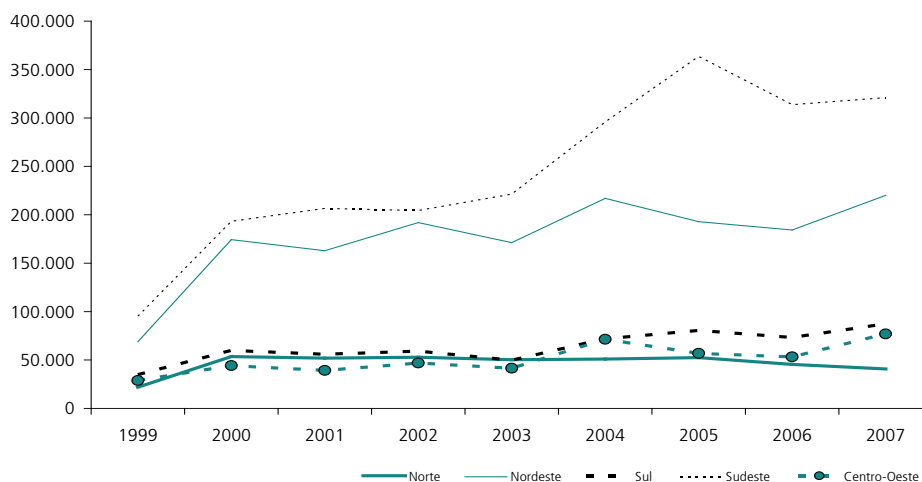
Enfim, apesar do elevado número de registros no setor de serviços, os resultados mostram que o efeito da inspeção do trabalho é relativamente mais significativo na agricultura e na construção, setores tipicamente mais vulneráveis à precarização das relações e dos contratos de trabalho.

3.2 Resultados por região geográfica

Entre 1999 e 2007, a trajetória de crescimento da formalização pela inspeção destacou-se no Sudeste e no Nordeste, especialmente a partir de 2004, mantendo-se relativamente estável nas demais regiões (gráfico 2).

GRÁFICO 2

Brasil: registro em ação da fiscalização por região geográfica – 1999-2007



Fonte: MTE.

Em termos absolutos, no período em análise, os registros de trabalhadores somaram 420 mil na região Norte, 460 mil no Centro-Oeste, 570 mil no Sul e 1,5 milhão no Nordeste. No Sudeste, o número total de registros entre 1999 e 2007 superou o patamar de 2 milhões de trabalhadores, correspondendo a uma média de 246 mil registros/ano. Neste contexto, a formalização média de trabalhadores atingiu 175 mil trabalhadores/ano no Nordeste, 63 mil trabalhadores/ano no Sul, 51 mil no Centro-Oeste e 46 mil trabalhadores/ano no Norte do país.

De acordo com a tabela 3, o efeito da fiscalização sobre a admissão foi relativamente maior nas regiões Norte e Nordeste. A coluna “total” mostra que no cálculo total, a fiscalização respondeu, de forma aproximada, por 11,5% e 12,8% do número total de trabalhadores admitidos naquelas regiões, respectivamente, enquanto no Sul e no Sudeste, registrou-se menor impacto da atuação da fiscalização, representando 2,8% e 4% do total de admitidos.

TABELA 3
Brasil: número de registros em fiscalização versus número de admitidos por região geográfica – 1999-2007

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Norte										
Registro por ações fiscais	21.951	53.548	51.971	52.885	50.298	50.968	52.518	45.425	40.811	420.375
Total de admitidos – Caged	247.531	311.654	338.574	339.071	364.830	458.648	490.191	519.383	580.083	3.649.965
Ação fiscal/total de adm. (%)	8,87	17,18	15,35	15,60	13,79	11,11	10,71	8,75	7,04	11,52
Nordeste										
Registro por ações fiscais	68.863	174.341	162.890	191.890	171.237	216.980	192.833	184.290	219.987	1.583.311
Total de admitidos – Caged	986.835	1.183.801	1.299.499	1.241.697	1.238.922	1.400.105	1.548.382	1.639.948	1.778.866	12.318.055
Ação fiscal/total de adm. (%)	6,98	14,73	12,53	15,45	13,82	15,50	12,45	11,24	12,37	12,85
Sul										
Registro por ações fiscais	34.868	59.787	55.916	59.243	49.721	71.919	80.546	73.289	87.459	572.748
Total de admitidos – Caged	1.584.864	1.885.609	2.075.261	1.999.329	2.069.540	2.430.475	2.460.767	2.544.993	2.883.741	19.934.579
Ação fiscal/total de adm. (%)	2,20	3,17	2,69	2,96	2,40	2,96	3,27	2,88	3,03	2,87
Sudeste										
Registro por ações fiscais	95.234	193.262	206.534	204.446	221.322	295.873	363.546	313.824	321.004	2.215.045
Total de admitidos – Caged	4.794.303	5.588.352	5.858.462	5.455.782	5.333.292	6.064.872	6.699.768	7.142.447	7.964.198	54.901.476
Ação fiscal/total de adm. (%)	1,99	3,46	3,53	3,75	4,15	4,88	5,43	4,39	4,03	4,03
Centro-Oeste										
Registro por ações fiscais	28.879	44.315	39.237	46.990	41.547	71.457	56.829	53.207	76.984	459.445
Total de admitidos – Caged	567.892	698.716	779.847	776.500	802.759	942.396	979.893	984.378	1.134.401	7.666.782
Ação fiscal/total de adm. (%)	5,09	6,34	5,03	6,05	5,18	7,58	5,80	5,41	6,79	5,99
Total										
Registro por ações fiscais	249.795	525.253	516.548	555.454	534.125	707.197	746.272	670.035	746.245	5.250.924
Total de admitidos – Caged	8.181.425	9.668.132	10.351.643	9.812.379	9.809.343	11.296.496	12.179.001	12.831.149	14.341.289	98.470.857
Ação fiscal/total de adm. (%)	3,05	5,43	4,99	5,66	5,45	6,26	6,13	5,22	5,20	5,33

Fonte: MTE/Caged.

Observa-se ainda que entre 2004 e 2007, há uma perda relativa do efeito positivo da fiscalização, em especial na região Norte – queda de 4,07 pontos percentuais (p.p.) – e Nordeste – de 3,1 p.p. A princípio, tal resultado não pode ser interpretado como perda da eficiência da inspeção do trabalho, uma vez que, com exceção da região Norte, houve elevação do número absoluto de registros em todas as regiões. Uma possível explicação dessa queda é o crescimento mais que proporcional do número de admitidos, seja por efeitos indiretos da própria fiscalização e/ou por outros fatores, como crescimento econômico, elevação dos investimentos, expansão do gasto público etc.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados mostram evidências de melhoria na eficiência da fiscalização realizada pelo MTE, materializada pela significativa expansão do número de trabalhadores registrados pela fiscalização em termos absolutos e relativos.

Adotando-se a hipótese de que a probabilidade de demissão do trabalhador formalizado pela fiscalização é igual à probabilidade de demissão de um trabalhador qualquer,⁵ então é possível afirmar que a inspeção do trabalho tem efeito positivo na geração líquida de emprego formal no Brasil.

Nesse caso, o impacto direto pode ser determinado pelos valores encontrados nas colunas “total” das tabelas 2 e 3. No período em análise, o efeito da fiscalização sobre a formalização de postos de trabalho foi de, aproximadamente, 11,3% na agricultura, 7,4% na construção, 5,9% na indústria, 4,6% no comércio e 4,2% no setor de serviços. Quanto às regiões geográficas, este resultado atingiu 12,8% no Nordeste, 11,5% no Norte, 6% no Centro-Oeste, 4% no Sudeste e 2,9% no Sul.

A partir desses resultados, nota-se que o efeito da fiscalização do trabalho foi relativamente maior em regiões onde o nível de ocupação com carteira assinada é tipicamente mais baixo – Norte e Nordeste –, apesar do elevado número de registros na região Sudeste. A análise por setor de atividade explicita comportamento semelhante ao encontrado nos resultados regionais: a fiscalização apresentou impacto mais significativo em setores caracterizados por maior precarização das relações trabalhistas. Enfim, os cálculos mostram que, de forma geral, a participação direta da inspeção realizada pelo MTE sobre a geração de emprego formal no Brasil entre 1999 e 2007 girou em torno de 5% a 6%.

Porém, tais resultados podem subestimar o efetivo papel da fiscalização, pois não são capazes de captar seus efeitos indiretos, uma vez que o aumento da probabilidade de flagrante e punição incentivaria previamente a formalização dos vínculos de emprego por parte do empregador, ou seja, a análise não considerou o efeito-demonstração da maior eficiência da inspeção do trabalho no Brasil.

Enfim, mesmo considerando a existência de algumas ineficiências no atual desenho do sistema de vigilância e fiscalização do trabalho no país, diante da análise apresentada, pode-se afirmar que a fiscalização realizada pelo MTE tem efeitos positivos sobre a geração de emprego, principalmente em setores e regiões tipicamente associados a uma grande massa de trabalhadores sem vínculos empregatícios formais.

5. Pode-se argumentar também que a probabilidade de demissão do trabalhador formalizado pelas inspeções do MTE seja maior que a média geral, mas, a princípio, esta hipótese foi descartada.

REFERÊNCIAS

CARDOSO JÚNIOR, J. C. *As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para a sua sustentabilidade temporal*. Brasília: Ipea, nov. 2007 (Texto para Discussão, n. 1.310).

CORIAT, B.; SABOIA, J. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 3- 45, 1988.

JATOBÁ, V. Labour inspection within a modernized labour administration. *ILO*, Lima, 2002.

ACELERAÇÃO EDUCACIONAL E A QUEDA RECENTE DA INFORMALIDADE

Rafael F. Mello*

Daniel D. Santos**

1 INTRODUÇÃO

A queda consistente da taxa de informalidade a partir de 2001 é provavelmente o principal fenômeno em curso no mercado de trabalho brasileiro, uma vez que os elevados níveis de informalidade dificultam o acesso de trabalhadores a bens e serviços restritos a trabalhadores formais, promovem competição desigual no mercado de produto, e geram impactos macroeconômicos adversos sobre a arrecadação tributária e previdenciária.

Apesar da relevância do tema, relativamente pouco se sabe sobre os determinantes do comportamento da informalidade no longo prazo e nossa capacidade de influenciá-los através de políticas públicas. Um primeiro argumento frequentemente proposto ressalta a importância de inovações tecnológicas que alteram a relação de lucratividade entre a organização da produção de modo formal ou informal, afetando por conseguinte a fração da mão-de-obra alocada no setor informal. Exemplo desse tipo de inovação foi a Constituição Federal promulgada em 1988, que introduziu novos custos trabalhistas e estimulou assim a substituição de trabalhadores formais por informais, possivelmente contribuindo para o crescimento do setor informal nos anos 1990. Não há evidência, contudo, de que choque semelhante tenha ocorrido no período recente para justificar a queda percebida nos dados.

Uma segunda explicação relaciona variações na taxa de informalidade a choques agregados,¹ transmitidos de modo distinto aos setores formal e informal da economia. Se em resposta a um choque adverso as firmas tentassem diminuir sua demanda por trabalho, o fariam através da demissão de parte de seus trabalhadores e da redução de salários num mercado desregulamentado. Caso a lei impeça os empregadores de reduzir salários, o natural seria então esperar um ajuste mais severo nos níveis de emprego. Se supusermos que o setor formal da economia é menos flexível com respeito a ajustes salariais, deveríamos observar comportamento anticíclico das taxas de informalidade. Apesar de plausível no curto prazo, esse argumento perde força para justificar tendências mais longas como as observadas nos microdados das Pnads entre 2002 e 2007 para as taxas de informalidade brasileiras, pois é razoável supor que em prazos mais longos tanto os níveis de emprego quanto os de salário se aproximem dos patamares de equilíbrio.

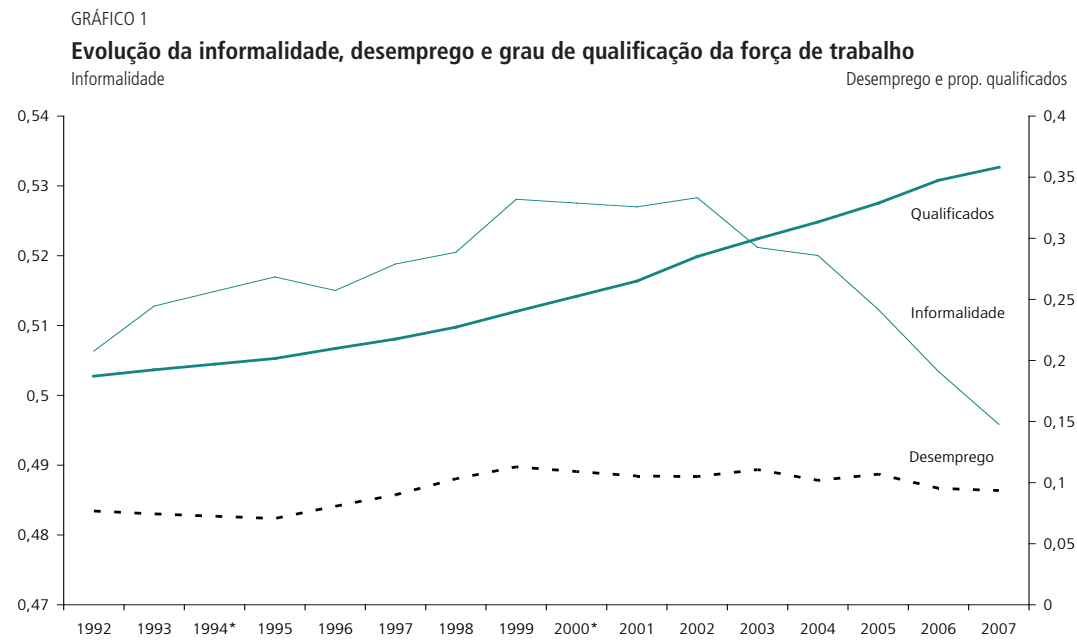
O objetivo desta nota é apresentar uma terceira hipótese, que mais complementa do que questiona as anteriores, mas que nos parece empiricamente mais significativa para explicar a queda recente da informalidade no Brasil. Como o gráfico 1 sugere, o Brasil vem experimentando consistente aumento de seus níveis de escolaridade ao longo do tempo,

* Mestrando do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) do Rio de Janeiro.

** Professor adjunto do IBMEC do Rio de Janeiro.

1. Para explicações relacionadas a mudanças institucionais/tecnológicas, ver Barros e Corseuil (2001). Para artigo recente na segunda vertente, ver Bosch, Goni e Maloney (2007) e referências. Carneiro (1997) faz análise comparativa das duas explicações e Ulyssea (2005) fornece boa resenha da literatura.

com aceleração da melhora a partir de fins dos anos 1990. Paralelamente, verifica-se que os níveis de escolaridade estão, em qualquer instante de tempo, entre as principais características individuais que determinam a pertinência de trabalhadores a um dos dois setores econômicos considerados (formal e informal). Como a composição educacional da força de trabalho vem mudando rapidamente, espera-se que haja algum impacto sobre as taxas de informalidade. Em particular, pretendemos mostrar nesta nota que é precisamente a entrada no mercado de trabalho de uma geração mais escolarizada que modificou a tendência de aumento da informalidade ocorrida nos anos 1990.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad. Universo de trabalhadores entre 15 e 75 anos, formalidade definida como (protegidos + empregadores)/total.

* Em 1994 e 2000 a Pnad não foi a campo, e os respectivos segmentos no gráfico acima resultam de interpolação linear.

2 METODOLOGIA

A estratégia de investigação consiste em decompor a variação na taxa de informalidade, que busca medir a probabilidade de um trabalhador empregado estar no setor informal, em mudanças na distribuição das características que determinam a escolha do trabalhador por esse setor econômico, e em mudanças na importância que cada uma dessas características tem na determinação da situação de informalidade. Formalmente, as taxas de informalidade em um dado ponto do tempo medem:

$$\tau_t = \Pr(\text{informal} \mid \text{ocupado}, t)$$

Se a força de trabalho puder ser dividida em $j = 1, \dots, J$ grupos de indivíduos observacionalmente idênticos, então a probabilidade acima pode ser reescrita como:

$$\tau_t = \sum_{j=1}^J \tau_{jt} \Pr(j \mid \text{ocupado}, t) \quad (1)$$

A evolução da taxa de informalidade, τ_t , pode, portanto, estar relacionada com alterações na probabilidade de que indivíduos de um determinado tipo j sejam informais, ou com

mudanças na probabilidade de que um trabalhador ocupado seja do tipo j . Na primeira parte da nota, modelamos explicitamente a escolha dos trabalhadores de um determinado tipo j por setor em cada período, $\tau_{jt} = \Pr(\text{informal}|j, \text{ocupado}, t)$, e buscamos comparar a variação observada na informalidade entre 2002 e 2007, $\tau_{2007} - \tau_{2002}$, com os cenários contrafactuais em que apenas o componente τ_{jt} ou o componente $\Pr(j|\text{ocupado}, t)$ tivessem variado segundo os padrões observados. Como a conclusão principal é de que foi a mudança na distribuição dos tipos o principal fator responsável pela evolução observada em τ , buscamos na segunda parte saber se $\Pr(j|\text{ocupado}, t)$ mudou devido a mudanças na distribuição de j na população como um todo, $\Pr(j|t)$, ou a mudanças na probabilidade de que pessoas de um determinado tipo j estivessem ocupadas no momento da entrevista, $\Pr(\text{ocupado}|j, t)$. Nosso segundo exercício foi abrir uma vez mais a expressão que caracteriza a taxa de informalidade da seguinte forma:

$$\tau_t = \sum_{j=1}^J \frac{(1-\delta_{jt}) \rho_{jt}}{(1-\delta_t) \rho_t} \pi_{jt} \tau_{jt}$$

$$\Pr(j|\text{ocupado}, t) = \frac{(1-\delta_{jt}) \rho_{jt}}{(1-\delta_t) \rho_t} \pi_{jt} \quad (2)$$

onde $\pi_{jt} = \Pr(j|t)$ representa a distribuição de j na população total; ρ_{jt} , ρ_t representam as probabilidades de que um indivíduo do tipo j ou um indivíduo aleatoriamente sorteado da população participem do mercado de trabalho, respectivamente; e δ_{jt} , δ_t denotam as probabilidades de que um indivíduo do tipo j ou da população esteja desempregado no instante t , dado que participa da força de trabalho. Faz-se referência ao termo $\frac{(1-\delta_{jt})}{(1-\delta_t)}$ como medidor da empregabilidade de um trabalhador do tipo j relativa ao padrão observado na população.

O termo $\frac{\rho_{jt}}{\rho_t}$ mensura o grau relativo de propensão a participar da força de trabalho do grupo j , e π_{jt} recupera a distribuição incondicional de j na população.

3 A ESCOLHA ENTRE OS SETORES FORMAL E INFORMAL

Partindo da equação (1), buscamos nesta seção saber se a queda recente na informalidade se relaciona a mudanças nos determinantes da informalidade para indivíduos de um determinado tipo, ou a mudanças na composição da força de trabalho ocupada. Mais especificamente, um “tipo” j é caracterizado aqui como um grupo de indivíduos com características observáveis (X, S) idênticas, onde X contém *dummies* indicando sexo, raça, região do país, zona rural ou urbana, área metropolitana, posição na família (chefe) e idade e tamanho da família; e S representa o nível educacional do indivíduo. Considera-se então um modelo de escolha discreta onde:

$$\text{informal} = 1 \Leftrightarrow \beta'_t X_{it} + \theta_t S_{it} + \varepsilon_{it} > 0$$

$$\varepsilon_{it} \sim N(0, 1)$$

Dessa forma, temos que $\hat{\tau}_{jt} = E(\text{informal} | X_{it}, S_{it}) = \Phi(\beta'_t X_{it} + \theta_t S_{it})$, onde Φ representa a distribuição normal padrão. O modelo resulta num *probit* e é estimado com os microdados

da Pnad para os anos de 2002 e 2007, e os resultados são apresentados na tabela 1, com o gráfico 2 descrevendo a relação predita entre informalidade e anos de estudo:²

TABELA 1
Resultados da estimação do modelo de escolha discreta

Variável dependente: informal = 1	2002				2007			
	Coef.	dF/dx	z	P> z	Coef.	dF/dx	z	P> z
Anos de estudo	-0,084	-0,033	-96,66	0,00***	-0,087	-0,035	-103,40	0,00***
Homem	0,087	0,035	10,96	0,00***	0,166	0,066	23,19	0,00***
Branco	-0,032	-0,013	-4,29	0,00***	-0,017	-0,007	-2,34	0,02**
Chefe de família	-0,118	-0,047	-13,62	0,00***	-0,071	-0,028	-9,16	0,00***
Idade	-0,068	-0,027	-46,68	0,00***	-0,072	-0,029	-51,87	0,00***
Idade ²	0,001	0,000	47,11	0,00***	0,001	0,000	52,66	0,00***
Número de membros da família	0,017	0,007	7,42	0,00***	0,020	0,008	8,82	0,00***
Urbano	-0,352	-0,136	-28,13	0,00***	-0,332	-0,130	-29,37	0,00***
Área metropolitana 1	-0,113	-0,045	-13,72	0,00***	-0,098	-0,039	-12,55	0,00***
Área metropolitana 2	-0,115	-0,046	-12,02	0,00***	-0,122	-0,049	-13,56	0,00***
Região Norte	0,417	0,159	29,57	0,00***	0,372	0,146	28,82	0,00***
Região Centro-Oeste	0,135	0,053	10,17	0,00***	0,118	0,047	9,34	0,00***
Região Nordeste	0,321	0,126	28,98	0,00***	0,343	0,136	32,43	0,00***
Região Sudeste	0,034	0,013	3,31	0,00***	0,024	0,010	2,46	0,01**
Constante	2,133		68,50	0,00***	2,098		69,65	0,00***
Pseudo R ²	0,117				0,117			

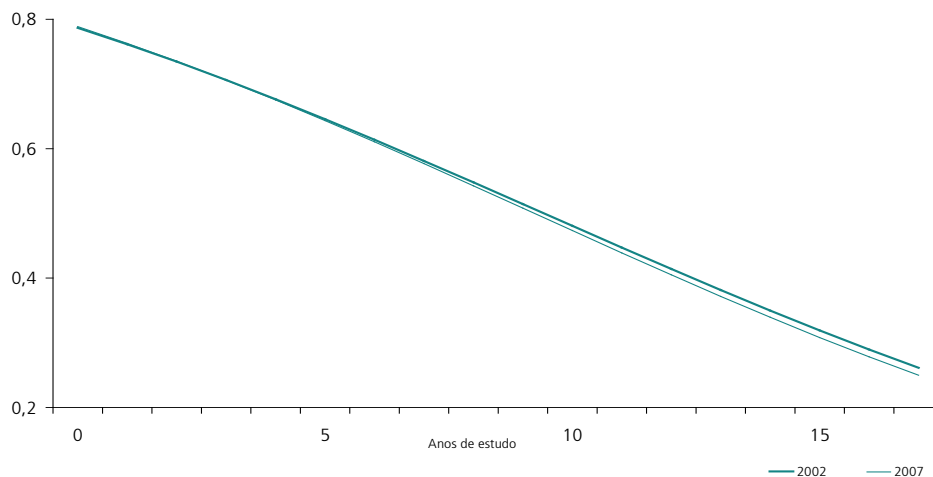
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das Pnads de 2002 e 2007.

*** significante a 1%, ** significante a 5%.

dF/dx = efeitos marginais avaliados na média.

GRÁFICO 2

Probabilidade de ser informal condicional em escolaridade



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das Pnads de 2002 e 2007.

A probabilidade média predita pelo modelo para 2002 é de 57,4% de informalidade, enquanto para 2007 é de 54,6%. Comparando os dois anos analisados, nota-se que a mudança na probabilidade se deu principalmente na cauda superior da distribuição educacional: as curvas de 2002 e 2007 praticamente sobrepõem-se até cerca de oito anos de estudo, divergindo ligeiramente a partir deste ponto.

2. Probabilidade avaliada na média das demais características.

Em seguida, construímos dois exercícios contrafactuais, simulando cenários distintos para a evolução de τ_{jt} . No primeiro, usamos os coeficientes (β, θ) de 2002 e as características (X, S) de 2007 para investigar como a informalidade teria evoluído caso apenas a composição da mão-de-obra ocupada tivesse mudado, mantendo-se τ_{jt} constante, e comparamos o resultado obtido com a mudança em τ_t estimada pelo modelo. No cenário contrafactual, a informalidade predita foi de 55,3%. A diferença de 2,1% entre o valor de 2002 e o de 2007 representa a maior parte (cerca de 75%) da diferença total entre os anos, e é um primeiro indício de que a mudança nas características da população pode estar por trás da queda na informalidade.

No segundo exercício, mantivemos fixos apenas os coeficientes de educação, θ , fixos, permitindo que os demais coeficientes e características variassem, com o objetivo de saber se dos 25% de variação explicados pela mudança nos coeficientes, o principal efeito teria sido através de modificações no impacto de educação sobre informalidade. Encontramos neste caso uma probabilidade predita de 53,7%, sugerindo que os coeficientes de educação variaram no sentido oposto ao da queda da informalidade. Este resultado reforça a tese de que foi o aumento dos níveis de escolaridade e não alterações no impacto da escolaridade sobre informalidade que ajudou a reduzir o índice de informalidade entre 2002 e 2007.

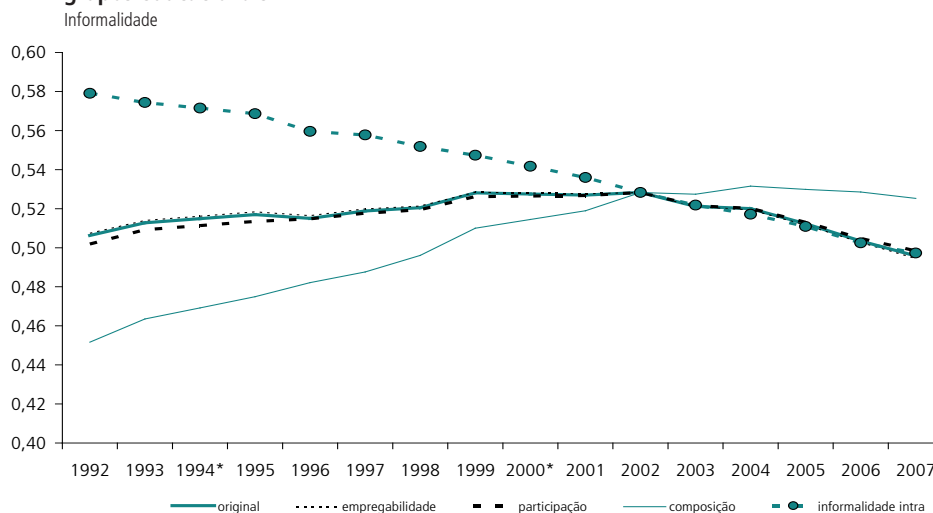
4 A MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO EDUCACIONAL DOS TRABALHADORES OCUPADOS

Como foi mencionado na introdução, a distribuição educacional dos ocupados pode sofrer alterações tanto porque a distribuição educacional muda ao longo do tempo quanto porque se alteram as chances de que pessoas com um determinado nível educacional estejam ocupadas. A probabilidade de estar ocupado em certo ponto do tempo, por sua vez, é influenciada tanto pela propensão dos indivíduos em participar da força de trabalho quanto pelas chances de que um membro da força de trabalho esteja empregado. De acordo com a equação (2), a probabilidade de que um trabalhador seja do nível educacional j pode ser escrita como $\left(\frac{(1 - \delta_{jt})}{(1 - \delta_t)}\right) \left(\frac{\rho_{jt}}{\rho_t}\right) \pi_{jt}$. O exercício a seguir consiste em sequencialmente deixar variar dois desses três termos, mantendo fixo o restante aos níveis de 2002, e construindo assim uma evolução contrafactual da composição da força de trabalho caso este fator não se tivesse alterado ao longo do tempo.

Como o gráfico 3 mostra, as taxas de informalidade em 2007 seriam, *grosso modo*, as mesmas que as efetivamente observadas se os padrões de empregabilidade e participação por nível educacional de 2007 fossem os mesmos verificados em 2002. Quando passamos ao impacto de mudanças na distribuição educacional na população, contudo, nossas conclusões são de que a informalidade não teria se reduzido caso essa distribuição não se tivesse alterado ao longo do tempo, evidenciando o fato de que a mudança na distribuição educacional na população parece ter mesmo sido o principal determinante da queda observada nas taxas de informalidade.

GRÁFICO 3

Evolução contrafactual da informalidade na população ocupada mantendo constantes aos níveis de 2002 a (i) empregabilidade, (ii) participação, (iii) composição e (iv) informalidade dos diferentes grupos educacionais



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad. Universo de trabalhadores entre 15 e 75 anos, formalidade definida como (protegidos + empregadores)/total.

* Em 1994 e 2000 a Pnad não foi a campo, e os respectivos segmentos no gráfico acima resultam de interpolação linear.

5 CONCLUSÕES

O objetivo desta nota foi salientar a importância de mudanças na composição da força de trabalho para explicar a queda nas taxas de informalidade recente, contrastando com a maioria dos artigos sobre o tema, que enfatiza o papel de inovações tecnológicas (particularmente na estrutura de custos de contratação e demissão, e na rigidez salarial), e de interações do ambiente institucional com o grau de aquecimento econômico.

No primeiro exercício proposto, estimamos modelos *probit* de pertinência ao setor informal para 2002 e 2007, buscando investigar se teriam sido mudanças nos coeficientes de regressão ou mudanças na composição dos regressores os principais determinantes das variações percebidas na informalidade. As conclusões obtidas foram de que a queda de informalidade resultou não apenas de mudança na composição da mão-de-obra ocupada, como também de que os coeficientes variaram na direção oposta, ou seja, a informalidade teria subido caso a distribuição de características dos ocupados não se alterasse. Dentre os atributos dos trabalhadores, a melhora na distribuição educacional revelou-se o principal fator de influência na evolução da informalidade.

A distribuição educacional dos ocupados pode variar tanto porque a distribuição de educação na população sofre alterações ao longo do tempo, quanto porque as chances de que pessoas com um dado nível educacional estejam ocupadas mudam com o passar dos anos. O objetivo do segundo exercício realizado foi descobrir qual dos dois canais teve maior relevância para, através do impacto respectivo sobre a composição educacional dos ocupados, explicar a evolução das taxas de informalidade. Neste caso, vimos que foi a melhora na distribuição de educação da população total o verdadeiro responsável pelo aumento no grau de formalização da economia.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. de; CORSEUIL, C. *The impact of regulations on Brazilian labor market performance*. IADB, 2001 (Discussion Paper, R-427).

BOSCH, M.; GONI, E.; MALONEY, W. *The determinants of rising informality in Brazil: evidence from gross worker flows*. IZA (Discussion Paper, n. 2.970).

CARNEIRO, F. G. The changing informal labour market in Brazil: cyclical versus excessive intervention. *LABOUR – Review of Labour Economics and Industrial Relations*, Itália, v. 11, n. 1, p. 3-22, 1997.

ULYSSEA, G. *Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura*. Rio de Janeiro, Ipea, 2005 (Texto para Discussão, n. 1.070).

O AUMENTO DA FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO COMO CONSEQUÊNCIA DA EXPANSÃO ECONÔMICA*

Carlos Henrique L. Corseuil**

Miguel N. Foguel**

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta nota é apresentar uma teoria que relaciona a evolução do grau de informalidade no mercado de trabalho com as diferentes fases do ciclo econômico. Além da exposição da teoria, o texto traz também uma análise empírica que procura mostrar se a teoria é compatível com a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período entre 2003 e 2008.

O arcabouço teórico a ser explorado foi formulado originalmente em Moscarini e Postel-Vinay (2009). Para ser mais preciso, os autores analisam como varia a participação do emprego entre firmas com alto e baixo nível de emprego ao longo do ciclo econômico. Embora o artigo não faça nenhuma alusão ao grau de informalidade, veremos mais adiante que o arcabouço pode ser adaptado para analisar essa dimensão do mercado de trabalho.

2 ARCABOUÇO TEÓRICO

O principal mecanismo do arcabouço proposto pelos autores está relacionado ao processo de recrutamento das firmas grandes que, em determinada fase do ciclo econômico, busca mais intensamente atrair trabalhadores empregados nas firmas pequenas. Supõe-se que a todo instante qualquer trabalhador, desempregado ou não, tem uma probabilidade fixa de receber uma proposta de emprego. A decisão de aceitar ou não tal proposta depende da comparação do salário oferecido com o salário de reserva do trabalhador. O salário de reserva vem a ser o seguro-desemprego para aqueles desempregados, ou o salário corrente para aqueles empregados. Portanto é de se esperar que o salário de reserva do trabalhador desempregado seja o menor de todos.

Nesse contexto, a argumentação de Moscarini e Postel-Vinay (2009) pode ser resumida da seguinte maneira. Imagine uma economia começando a sair de uma recessão e prestes a atravessar um período continuado de aumento do nível de atividade com queda do desemprego. No primeiro momento as firmas concentram seus esforços em recrutar trabalhadores do desemprego dada a abundante oferta de trabalhadores nesse estado, e também o fato de ser possível atraí-los com salários relativamente baixos.

À medida que o tempo passa, o desemprego tende a diminuir e começa a ficar mais difícil recrutar trabalhadores dessa fonte. No entanto, com o nível de atividade subindo, cresce também a necessidade de contratação por parte das firmas. Tomando como dado que as firmas grandes têm capacidade de pagar salários maiores do que os pagos pelas pequenas, torna-se vantajoso para o primeiro grupo oferecer salários maiores a fim de atrair trabalhadores que estão empregados em firmas pequenas. Esse fluxo dos trabalhadores das firmas pequenas

* Gostaríamos de agradecer a ajuda que tivemos de Marina Águas e Júlio Silva.

** Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais – Disoc/Ipea.

para as grandes faz crescer a participação dos empregados nas firmas grandes no total do emprego durante a recuperação da economia.¹ Esta é a principal predição a ser explorada nesta nota. Na realidade, exploraremos tal predição com base em uma adaptação do arcabouço, que considera a coexistência dos setores formal e informal na economia brasileira.

Por trás do fato de existirem firmas de diferentes tamanhos pagando salários distintos, há uma hipótese de que as firmas diferem no que diz respeito ao seu nível de produtividade. Os autores mostram que os maiores níveis de emprego e salário associados às firmas grandes resultam do fato de serem estas, antes de mais nada, mais produtivas.

Assim toda a descrição formulada para a evolução do emprego entre firmas grandes e pequenas pode ser reformulada para firmas muito produtivas e pouco produtivas, respectivamente. Se considerarmos que as firmas do setor formal são mais produtivas do que as do setor informal, a adaptação do arcabouço teórico torna-se imediata. Nossa proposta é, portanto, considerar uma divisão das firmas em formais e informais em vez de grandes e pequenas.

De acordo com essa versão da teoria, deveríamos observar a participação do emprego formal crescendo num período de expansão da economia, principalmente do meio para o final desse período. Esse crescimento seria baseado num fluxo de trabalhadores das firmas informais para as formais. No restante desta nota, verificaremos se os dados para o mercado de trabalho metropolitano brasileiro para o período de 2003 a 2008 corroboram essas predições.

3 ANÁLISE EMPÍRICA

Usaremos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre desemprego, emprego com carteira assinada, emprego sem carteira assinada e o fluxo de trabalhadores entre postos sem carteira e com carteira.² Para obter essa última informação usaremos o caráter longitudinal da PME.

Para ser mais preciso verificaremos se:

a) A participação dos trabalhadores com carteira entre os empregados na esfera privada tende a aumentar quando o desemprego cai.

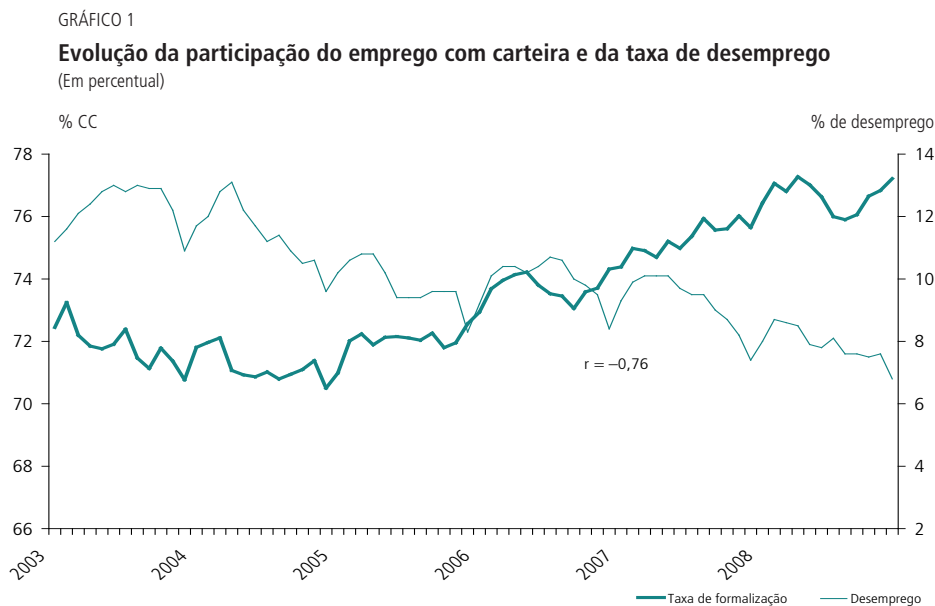
b) O fluxo de trabalhadores de postos sem carteira para com carteira tende a crescer, em relação ao fluxo do desemprego para o com carteira, quando o desemprego cai.

O gráfico 1 traz evidências sobre o primeiro ponto mencionado (*a*), mostrando a evolução tanto da taxa de desemprego como da participação dos trabalhadores com carteira no total de empregos do setor privado (daqui em diante chamaremos esse indicador de taxa de formalização). A olho nu, as séries parecem ser negativamente correlacionadas, como prediz a teoria, ou seja, em períodos de queda da taxa de desemprego haveria um aumento da taxa de formalização. Esse fenômeno aparece de forma mais evidente no gráfico a partir dos últimos meses de 2004. A fim de ter um indicador mais preciso dessa relação calculamos

1. No início do período de recuperação da economia, enquanto as firmas grandes se limitam a recrutar trabalhadores desempregados, pode acontecer um aumento na participação das firmas pequenas no emprego, caso estas tenham maior representatividade na economia e tornem o contato de um desempregado com elas mais provável do que com as firmas grandes.

2. Implicitamente estamos assumindo que os postos formais são oferecidos somente por firmas formais e os postos informais, somente por firmas informais. Outra opção é reformular a teoria assumindo que firmas que empregam trabalhadores com carteira assinada sejam mais produtivas do que aquelas que empregam sem carteira assinada.

o coeficiente de correlação (r) dessas séries. O resultado não só confirma nossa suspeita de uma correlação negativa, como indica uma magnitude expressiva de $-0,76$.



A análise do segundo ponto requer a utilização de um indicador construído a partir de informações de fluxos entre posições na ocupação que não estão disponíveis nas informações divulgadas pelo IBGE, e requer, portanto, o processamento dos microdados da PME. O nosso indicador deve captar em que medida as firmas com postos formais passam a recrutar relativamente mais ou menos trabalhadores das firmas com postos informais *vis-à-vis* a quantidade de trabalhadores desempregados recrutados. Assim, construímos o seguinte indicador, ao qual chamaremos de viés pró sem carteira no processo de recrutamento do setor formal:

$$Z_t = \text{fluxo}(SC_{t-1} \rightarrow CC_t) / [\text{fluxo}(SC_{t-1} \rightarrow CC_t) + \text{fluxo}(DES_{t-1} \rightarrow CC_t)]$$

onde o numerador representa o número de trabalhadores que passaram a ocupar postos formais ou com carteira (CC) no mês t , provenientes de postos de trabalho informais, ou sem carteira (SC) no mês anterior ($t-1$). Já o denominador incorpora também o fluxo proveniente do desemprego.

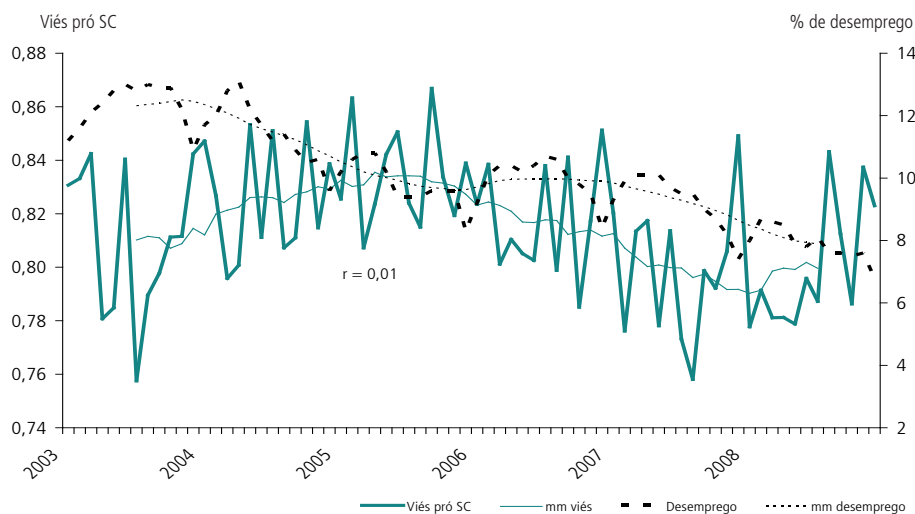
As linhas finas no gráfico 2 mostram a evolução desse indicador juntamente com a evolução do desemprego entre 2003 e 2008. Nesse caso é muito mais difícil enxergar uma eventual associação entre as séries, em parte pela alta volatilidade demonstrada pelo nosso indicador de fluxo. De fato, o coeficiente de correlação entre essas séries é de 0,01, mostrando que, pelo menos no período inteiro de 2003 a 2008, parece não haver uma associação entre a taxa de desemprego e o viés pró sem carteira no recrutamento do setor formal.

Contudo, uma correlação nula no período completo pode ser causada por correlações não-nulas e com sinais trocados em subperíodos distintos que se cancelam quando consideramos o período inteiro. A fim de elucidar se de fato os movimentos não são relacionados em nenhum momento entre 2003 e 2008, “suavizamos” ambas as séries calculando as respectivas médias móveis de 12 meses, ilustradas com linhas mais grossas no mesmo gráfico.

GRÁFICO 2

Evolução do viés pró sem carteira e da taxa de desemprego

(Em percentual)



Essas séries suavizadas resgatam uma informação, que não era evidente nas séries originais, de que até o final de 2006 as séries são claramente correlacionadas negativamente, e em seguida, de 2007 a meados de 2008, tornam-se positivamente correlacionadas. De fato, o coeficiente de correlação das séries brutas, que é de 0,01 para o período todo como já visto, passa para $-0,41$ quando consideramos o subperíodo 2003 a 2006 (inclusive). Assim, podemos dizer que na maior parte do período analisado o viés pró sem carteira no recrutamento do setor formal é de fato negativamente relacionado com o desemprego, como previsto pelo arcabouço teórico exposto no início desta nota.

4 CONCLUSÃO

Nesta nota procuramos verificar se o comportamento recente do grau de formalização no mercado de trabalho metropolitano brasileiro pode ser explicado por uma teoria recém-formulada que atrela a evolução dessa taxa às diferentes fases do ciclo econômico.

A teoria advoga que a taxa de (in)formalidade deve subir (cair) na medida em que o desemprego cai, devido a uma mudança na estratégia de recrutamento de trabalhadores para postos formais. A composição dos novos ocupantes destes postos tenderia a ser cada vez mais concentrada em trabalhadores provenientes de postos informais em relação àqueles provenientes do desemprego. Mostramos evidências para o mercado de trabalho metropolitano brasileiro entre 2003 e 2008 que corroboram ambas as predições. Dessa forma oferecemos uma explicação alternativa para a variação observada no grau de formalização nesse período.

REFERÊNCIAS

MOSCARINI, G.; POSTEL-VINAY, F. The timing of labor market expansions: new facts and a new hypothesis. In: ACEMOGLU, D.; ROGOFF, K.; WOODFORD, M. (Eds.). *NBER Macroeconomics Annual*, 2009.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Paul Singer

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO DA BAHIA

Helbeth Oliva

Tatiana Araújo Reis

Ludmila Meira

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOVAS PRÁTICAS, NOVAS METODOLOGIAS

Sandra Faé Praxedes

INTRODUÇÃO

É com satisfação que o *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* passa a incorporar, a partir deste número, uma seção permanente dedicada ao fenômeno da economia solidária.

Com isto o Ipea espera contribuir para ampliar a discussão sobre a realidade, problemas, êxitos e desafios dessa maneira diferente de viver a dimensão econômica do fazer humano. Uma maneira diferente que, para alguns, não passa de fantasia ou, no máximo, de alternativa, quando as oportunidades de emprego desaparecem, e que para outros, além de ganha-pão, é a única possibilidade de se alcançar – no plano das condições materiais de sobrevivência – uma existência verdadeiramente plena de sentido, sendo também uma estratégia a ser considerada seriamente nas reflexões sobre o desenvolvimento do país.

Objeto de tão variadas percepções, a economia solidária carece não só de um conjunto grande de políticas de apoio, mas de uma difusão maior daquilo que está acontecendo no seu campo, de uma ampliação da discussão sobre o seu significado, de um aprofundamento do debate sobre as opções que cabem ser feitas pelos diversos atores sociais que, de uma forma ou de outra, com ela estão envolvidos.

Neste número, a seção Economia Solidária e Políticas Públicas traz três textos de autoria de pessoas diretamente comprometidas com a formulação e a execução de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da economia solidária. No primeiro deles, o professor Paul Singer procura mostrar como e através de que iniciativas, programas, ações e parcerias a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), está buscando superar as limitações existentes e levar à prática a sua concepção do papel do governo federal no desenvolvimento dessa estratégia.

O segundo texto, de Helbeth Oliva, Tatiana Reis e Ludmila Meira é, de certa forma, uma transposição para o plano de um governo estadual – no caso o Governo do Estado da Bahia – da exposição das linhas de construção de uma política abrangente de apoio ao desenvolvimento da economia solidária, de forma análoga àquela que o professor Singer expõe sobre a atuação federal. No terceiro texto, Sandra Praxedes mostra, a partir da sua experiência na prefeitura de Osasco e da vivência da Rede de Gestores, a amplitude do universo de preocupações que cerca um gestor municipal de políticas de apoio à economia solidária.

Esse conjunto de textos permite uma boa aproximação à complexidade do próprio fenômeno e aos desafios colocados no caminho da montagem de um sistema consistente de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da economia solidária. Os próximos números trarão novos ângulos de visão, procurando levantar as questões mais importantes, sempre com o objetivo de problematizar, esclarecer e avançar na compreensão da proposta.

Para finalizar, cabe registrar que na elaboração desta seção do *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* o Ipea conta com a valiosa colaboração e o apoio imprescindível do Departamento de Estudos e Divulgação da Senaes/MTE.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

Paul Singer*

1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL EM 2002/2003

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) surgiu em 2003, num momento em que a economia solidária estava entrando numa fase de crescente reconhecimento público e incipiente institucionalização. Ela havia começado a tomar corpo na primeira metade dos anos 1990, com a multiplicação das empresas recuperadas (frutos da desindustrialização e do desemprego em massa), das cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, das cooperativas populares nas periferias metropolitanas, formadas com o auxílio de incubadoras universitárias e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) semeados pela Cáritas nos bolsões de pobreza dos quatro cantos do Brasil.

Com a mobilização da Igreja, dos sindicatos e das universidades, as iniciativas dispersas de combate à fome e à miséria começaram a se aglutinar, processo poderosamente impulsionado pelas reuniões do Fórum Social Mundial em Porto Alegre a partir de 2001. Ao mesmo tempo, no seio do Partido dos Trabalhadores (PT) amadurecia a consciência da necessidade de respostas originais efetivas à ofensiva neoliberal, que parecia ter varrido do horizonte qualquer alternativa progressista à volta ao capitalismo selvagem que abarcava o mundo. Data deste período o início dos programas de renda mínima e das políticas de fomento à economia solidária por governos municipais e estaduais, em sua maioria petistas.

Quando Lula foi eleito presidente pela primeira vez, em 2002, a economia solidária constava em seu programa. Nesta ocasião, duas importantes unidades da federação (UFs) – o Rio Grande do Sul governado por Olívio Dutra e a capital de São Paulo por Marta Suplicy – desenvolviam amplos programas de fomento à economia solidária. Nestas condições, a solicitação ao presidente eleito de criar uma Senaes no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) teve pronta acolhida. Embora a criação da Senaes tivesse de esperar todo o primeiro semestre de 2003 a aprovação pelo Congresso da legislação necessária, a perspectiva de que o governo federal oficializaria o reconhecimento da economia solidária como parte integrante do seu programa social mobilizou o movimento, que iniciou uma série de reuniões nacionais, que culminaram na fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária na mesma ocasião em que a Senaes abria suas portas no 3º andar do Bloco F da Esplanada dos Ministérios.

Resultou deste amplo e relativamente demorado processo preparatório que a Senaes já nasceu decidida a desenvolver suas políticas em estreita colaboração com o movimento da sociedade civil, majoritariamente organizada no FBES. E é o que vem acontecendo desde então. Pode-se dizer que a maioria das políticas da Senaes se destina a apoiar e ampliar ações que já haviam sido tentadas ou ao menos esboçadas anteriormente por movimentos sociais ou Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas à economia solidária.

* Secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

2 AS POLÍTICAS FEDERAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A política mais importante para institucionalizar a economia solidária no governo federal é sem dúvida a de formação em economia solidária. Esta era quase inteiramente desconhecida no âmbito do governo, inclusive no MTE. Contava, não obstante, com a simpatia mesclada de curiosidade da maioria das pessoas que ocupava cargos no governo do presidente Lula, particularmente daqueles que estavam encarregados de executar programas como o Fome Zero, Bolsa Família, Reforma Agrária, Primeiro Emprego, Luz para Todos e outros que visam a combater a miséria e a exclusão social.

Praticamente desde o seu início a Senaes começou a oferecer cursos de economia solidária a servidores do governo federal, não apenas em Brasília, mas também nos órgãos situados nos estados da federação. A resposta tem sido entusiástica. Abertas as inscrições, o número de interessados quase sempre sobrepassa largamente o número de vagas previsto, o que leva normalmente à formação de novas turmas. Foram dados cursos a funcionários de praticamente todos os ministérios fim, com destaque para os do próprio MTE, inclusive os lotados nas Delegacias Regionais do Trabalho nos estados (hoje Superintendências Regionais), dos Centros de Assistência Psicossocial do Ministério da Saúde (MS), dos Educadores Populares em atividade no Fome Zero e no Luz para Todos.

O resultado tem sido que a Senaes foi convidada a fazer parcerias com 22 ministérios em programas comuns de resgate social de populações marginalizadas por meio do fomento de empreendimentos de economia solidária. Alguns dos primeiros que já tiveram duração suficiente para apresentar resultados são o de inclusão social de egressos de manicômios, com a formação de dezenas de cooperativas pelos mesmos, em parceria com o Departamento de Saúde Mental do MS. Resultados semelhantes vêm sendo obtidos por programas em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e outros em parceria com a Secretaria da Aquicultura e Pesca.

Cursos de economia solidária também foram e continuam sendo dados a servidores de governos municipais e estaduais, que contribuem não só para que as políticas de fomento da economia solidária nestes níveis de governo ganhem em qualidade, mas que em outros estados e municípios surjam anseios de que também neles os governos institucionalizem políticas de economia solidária. O que permitiu à Senaes fazer parcerias com um número crescente de governos municipais e estaduais para a implantação de centros públicos de economia solidária.

Em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), está sendo realizado o Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (Planseq Ecosol). Em 2007/2008, participaram 4.030 trabalhadores e 800 educadores em nove redes de cooperação em economia solidária, com a realização de cursos com carga horária média de 200 horas. Em 2009 o Planseq Ecosol levará a qualificação social e profissional para 5.845 trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários. Para a capacitação de formadores foram implantados Centros (nacional e regionais) de Formação em Economia Solidária.

Outra política importante da Senaes é o mapeamento da economia solidária em todo o território nacional. Esta já era uma aspiração antiga do movimento, de ter informações sobre a realidade da economia solidária, tanto para orientar as ações de fomento como para facilitar a formação de redes e cadeias produtivas no seio da economia solidária. Houve então várias tentativas, mas a limitação de recursos limitou o seu alcance a estudos de caso qualitativos, que mobilizaram pesquisadores em universidades das diferentes regiões e propiciaram

conhecimentos teóricos e práticos que se mostraram de grande valia quando a Senaes começou a organizar o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies).

Um dos resultados do Sies foi a construção consensual das definições do que se entende por economia solidária, empreendimento de economia solidária (EES), redes e complexos de empreendimentos, órgãos de fomento da economia solidária etc. Esta construção foi amplamente participativa e ela ajudou a montar uma estrutura descentralizada de comitês estaduais de gestão do mapeamento, que conta desde então (2004) com o apoio técnico e intelectual de grande número de estudiosos de todos os rincões do país.

Em 2007 foi produzido um *Atlas da Economia Solidária* que revelou no país um total de 22 mil EESs, que associavam cerca de 1,7 milhão de pessoas e movimentavam anualmente cerca de R\$ 6 bilhões. Dados como estes permitem avaliar o tamanho e o peso econômico e social da economia solidária no Brasil em 2007, o que facilita a divulgação da “outra economia” como parte integrante da realidade brasileira. O mapeamento é acompanhado por intensa campanha de divulgação do que é economia solidária e visa alertar pessoas e agrupamentos que realizam atividades em conjunto e partilham os resultados de que são parte da economia solidária e podem se juntar ao movimento (e ao mapeamento) com mútuo proveito para eles e para todos os demais integrantes da economia solidária.

O mapeamento da economia solidária brasileira também ajuda a divulgação da economia solidária em outros países. Argentina, Canadá, Alemanha e Áustria já iniciaram o mapeamento da economia solidária ainda em plano piloto e em abril último o IV Encontro Intercontinental de Economia Solidária resolveu que a economia social e solidária deveria ser mapeada no mundo inteiro.

Outra política importante da Senaes é o Brasil Local, que visa o desenvolvimento endógeno de comunidades pobres mediante a ação de agentes de desenvolvimento solidário, que são membros das comunidades, escolhidos por elas para se dedicarem integralmente à organização de EESs visando a melhora, a diversificação e a ampliação da economia local.

O programa começou em plano piloto em 2005 em 155 quilombos e no ano seguinte foi estendido ao país inteiro. As comunidades beneficiadas são apresentadas ao programa por movimentos sociais, ONGs e outras entidades da sociedade civil envolvidas na economia solidária e no desenvolvimento local. Os agentes de desenvolvimento recebem capacitação pela Senaes e trabalham em conexão com um coordenador estadual, ao qual enviam mensalmente um relatório sobre as atividades em desenvolvimento. A coordenação nacional do Brasil Local é feita em convênio com a Universidade de Brasília (UnB), onde um grupo de dirigentes acompanha as atividades em todo o país.

Infelizmente, diante da contínua reformulação do relacionamento do governo federal com entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, este programa (além de outros) sofreu por duas vezes interrupção do fluxo de recursos que remuneram seus participantes profissionalizados. Mesmo assim, devido ao entusiasmo e à dedicação dos prejudicados, as atividades não foram inteiramente paralisadas, o que permitiu a retomada do trabalho e a sobrevivência do programa.

Neste momento, o Brasil Local conta com 510 agentes em todas as UFs. Eles têm por tarefa identificar potencialidades e dificuldades dos empreendimentos e assisti-los, mobilizando políticas federais, estaduais e municipais de desenvolvimento local, que frequentemente são desconhecidas e, por isso, inacessíveis às comunidades que mais precisam delas. De 2005 a 2008

os agentes comunitários acompanharam aproximadamente 700 empreendimentos solidários dos quais participam 45 mil trabalhadores nos 27 estados da federação.

Uma política importante para a economia solidária é o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc). Esta política foi originada em 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir da experiência da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), criada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em meados dos anos 1990. A ITCP é uma invenção brasileira, adaptada das incubadoras que abrigam empreendimentos, de professores e alunos, formados para explorar alguma inovação tecnológica descoberta por eles em pesquisas na própria universidade.

A ITCP também é um empreendimento de professores e alunos, mas que se destina a incubar gente pobre que se associa para criar em conjunto fontes de trabalho e renda, seguindo os princípios da economia solidária. A primeira incubadora trabalhou com moradores das favelas do Rio e teve êxito em ajudá-los a fundar cooperativas que fortaleciam as comunidades e melhoravam os ganhos dos sócios. O Proninc surgiu em 1998, formado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional (Coepe), e ofereceu ajuda financeira para que mais cinco universidades criassem ITCPs, o que deu certo. Como mais universidades estavam interessadas, outras ITCPs surgiram em seguida, mas, no entanto, o Proninc não as apoiou, talvez por falta de fundos. Dessa maneira, o Proninc praticamente encerrou suas atividades, limitadas às cinco ITCPs originais.

Em 2003, com o presidente Lula formando um novo governo e criando a Senaes, as condições se tornaram propícias para que o Proninc fosse revivido. A iniciativa foi da Finep, que convocou os outros associados e ofereceu à Senaes a coordenação do programa. O novo Proninc já funciona há mais de cinco anos e conseguiu ampliar consideravelmente o quadro de parceiros, com a entrada dos ministérios de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Justiça, Turismo, Pesca aos quais se somam os de Ciência e Tecnologia (representado pela Finep) e do Trabalho e Emprego (representado pela Senaes). Esta ampliação se explica pela importância que as ITCPs e a economia solidária ganharam para a realização de políticas sociais do governo federal.

O número de ITCPs também cresceu. Em 2003, quando o Proninc ressurgiu já havia mais de 20 incubadoras e o programa se dispôs a apoiar todas que apresentassem projetos aceitáveis. Com a ampliação do Proninc aumentou também o número de universidades dispostas a criar, cada uma, sua ITCP. Atualmente seu número ultrapassa 80 e elas se mostraram importantes para fortalecer as atividades de cultura e extensão das universidades, a tal ponto que o Fórum de Pró-Reitores de Cultura e Extensão também passou a integrar o Comitê Gestor do Proninc. O êxito das ITCPs permite integrar a economia solidária não só à extensão, mas também ao ensino e à pesquisa universitária. É notável o aumento do volume e da qualidade das dissertações de mestrado e teses de doutoramento que têm por objeto a economia solidária.

Outras políticas de fomento da Senaes são:

a) o apoio e o acompanhamento de empresas recuperadas mediante convênios com a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag) e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Brasil), que agrupam um grande número destas empresas e as vêm organizando há bastante tempo, tendo acumulado considerável perícia e conhecimento no trato da problemática;

b) apoio a redes e cadeias produtivas formadas por EESs, que são essenciais à sobrevivência e ao progresso de tais empreendimentos. Isolados, os pequenos empreendimentos, como é o caso da maioria dos EESs, que além disso são carentes de capital e capacitação empresarial e tecnológica, têm poucas chances de se desenvolver. A união em redes e/ou cadeias os fortalece e facilita a superação de suas deficiências;

c) apoio a atividades comerciais dos EESs, que em geral têm muita dificuldade em acessar mercados para os seus produtos. A Senaes apoia com recursos, feiras locais, regionais, nacionais e internacionais de economia solidária, que se realizam pelo Brasil afora. Além disso, a Senaes atua em conjunto com entidades da sociedade civil na luta por um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS);

d) apoio às finanças solidárias e em particular às que atendem produtores de baixa renda com fornecimento de microcrédito. A Senaes vem priorizando nos últimos anos a difusão de bancos comunitários, que combinam a emissão de moeda social com o microcrédito, tendo em vista o desenvolvimento local. A Senaes apoia, mediante acordo com o Banco do Nordeste (BNB), fundos rotativos solidários que recolhem poupanças e oferecem créditos a microempreendedores de comunidades, que soem ser das mais pobres do semiárido e de outras áreas do Nordeste. No apoio ao microcrédito em geral, a Senaes atua em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABCRED) para a ampliação da oferta de microcrédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de uma parte dos depósitos à vista nos bancos comerciais. Nesse sentido, a Senaes tem sido parceira do Banco Central do Brasil (BCB) para facilitar e agilizar a formação de cooperativas de crédito e regularizar o crescente uso de moedas sociais por parte de comunidades carentes;

e) criação de Centros Públicos de Economia Solidária, que podem ser estratégicos para a difusão da economia solidária em aglomerações urbanas. Os centros são em geral parcerias entre a Senaes, pelo governo federal, e governos municipais e estaduais, em que se assegura espaço público para a realização de cursos, seminários, reuniões, espetáculos artísticos e exposição para a venda de artigos comercializados por EESs. Os centros públicos funcionam como endereço comum da economia solidária, onde interessados podem obter informações e orientação a respeito de como aprender sobre a economia solidária e eventualmente se integrar nela.

3 POLÍTICAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O mapeamento mostrou a grande proporção de EESs que está na informalidade. Estão nesta condição, em geral, empreendimentos de gente muito pobre, que não têm os recursos exigidos para se registrarem como firmas regulares, quase sempre na forma de cooperativas. A formalização de qualquer tipo de empresa é dispendiosa em dinheiro e exaustiva em esforço e paciência por causa das inúmeras exigências burocráticas das Juntas Comerciais, em que o registro tem de ser feito. Ela se torna ainda mais dispendiosa e exaustiva para as cooperativas, que têm de satisfazer exigências adicionais da Organização das Cooperativas do Brasil, que se arroga o direito de exigir o registro obrigatório nela de qualquer nova cooperativa formada no país.

Empreendimentos informais ficam condenados a se relacionar comercialmente apenas com outros negócios também informais, o que impede o acesso a mercados que servem a públicos mais afortunados. A informalidade torna-se um gueto de pobres sem chance

de escapar à sua condição. Além disso, a lei vigente que rege o cooperativismo, apesar de obsoleta, não foi ainda substituída, perpetuando exigências como a de que qualquer cooperativa tem de ter no mínimo 20 membros, o que constitui outro obstáculo ao registro de cooperativas populares.

A institucionalização das cooperativas de trabalho é outra frente de batalha, em que EESs são frequentemente autuadas pela fiscalização do MTE ou pela Procuradoria Pública do Trabalho como “falsas cooperativas”, que abrigam negócios privados que usam esta cobertura legal para negar aos seus empregados de fato os benefícios da legislação do trabalho. Não há como negar que são muitas as falsas cooperativas, que espoliam seus trabalhos ou que servem de fachada para que terceiros possam fazê-lo.

Para ajudar a resolver esses problemas, a Senaes vem se empenhando para que o Congresso aprove novas leis que regulem o cooperativismo no país, garantindo o acesso ao mesmo aos mais pobres, e uma lei específica que regule as cooperativas de trabalho. O projeto de lei a respeito das últimas foi uma iniciativa do MTE, a partir de discussões suscitadas pela Senaes. Hoje, um substitutivo do deputado Tarcisio Zimmermann, de cuja elaboração a Senaes participou ativamente, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e está pronto para ser aprovado pelo Senado. A inovação deste projeto de lei é que as cooperativas de trabalho ficam obrigadas a garantir a seus sócios trabalhadores direitos fundamentais, como salário mínimo, limitação da jornada, férias e outros, o que deve impedir que cooperativas possam praticar competição predatória contra empresas que cumprem a legislação do trabalho.

No *front* da legislação geral do cooperativismo, a Senaes participou ativamente das discussões que produziram consensos no Executivo, consignados em projetos de lei e sugestões ao Legislativo, que garantem, sobretudo, o direito à representação democrática de todas as correntes de cooperativas junto ao Estado.

Nessas lutas, o Conselho Nacional de Economia Solidária tem sido um importante espaço de interlocução com o FBES, com os outros ministérios e secretarias do governo federal que fomentam a economia solidária e com entidades da sociedade civil representativas dos grandes movimentos sociais.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO DA BAHIA

Helbeth Oliva*

Tatiana Araújo Reis**

Ludmila Meira***

1 ANTECEDENTES

A temática da economia solidária surge em um contexto socioeconômico e político marcado por fortes tensões. Grande parte dos países do mundo, como é o caso do Brasil, passou a apresentar altas taxas de desemprego e de precarização das condições dos trabalhadores ao longo da década de 1990. Ao incremento do processo de exclusão social, alguns movimentos surgem, ou se intensificam, com novas proposições acerca da organização do trabalho e do modelo econômico vigente.

A economia solidária emerge como uma alternativa de organização produtiva de trabalhadores, realizada de forma coletiva, democrática e solidária. Cabe ressaltar que o objetivo da economia solidária não se restringe à dimensão econômica: ela procura constituir novas relações sociais, baseadas nos valores de solidariedade e cooperação, que favorecem a participação do cidadão na sociedade.

Em 2003, em iniciativa inédita em âmbito mundial e reconhecendo um conjunto de práticas já existentes no Brasil, foi criada pelo então ministro do Trabalho e Emprego e atual governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), com o intuito de apoiar essas ações.

Na Bahia, no contexto de instalação, em 2007, de um governo estadual com um perfil democrático e popular, que valoriza os movimentos sociais, foi criada de forma inovadora a Superintendência de Economia Solidária (Sesol), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre). Sua criação resultou de uma manifestação encaminhada por carta do Fórum Baiano de Economia Solidária ao recém-eleito governador, Jaques Wagner, reivindicando a criação de uma esfera institucionalizada no estado para assumir a responsabilidade de implementar uma política estadual de apoio e fomento à economia solidária na Bahia.

2 O PROGRAMA BAHIA SOLIDÁRIA

Implementar uma política pública de economia solidária em um estado do tamanho da Bahia é um grande desafio. Diante da falta de precedentes de uma política de tal envergadura na esfera estadual, foi necessário pesquisar e coletar informações de diversas fontes. O ponto de partida foi a Carta do Fórum, que apresentava, entre outras reivindicações, ações relacionadas ao marco legal, a criação de Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol), e a democratização de acesso a recursos públicos através do lançamento de editais. Outra

* Superintendente de Economia Solidária da Setre e engenheiro agrônomo.

** Coordenadora II de Formação e Divulgação da Setre/Sesol, mestre em administração e professora da Unime.

*** Coordenadora II de Formação e Divulgação da Setre/Sesol, mestre em administração.

valiosa referência para a construção da política baiana foi a Senaes, que já vinha desenvolvendo a política nacional de economia solidária desde 2003, incluindo aí fontes preciosas de informações como as advindas do mapeamento, as conferências nacionais de economia solidária, o atlas, os relatos. Também se buscou conhecer outras iniciativas de políticas públicas desenvolvidas no âmbito municipal, como as desenvolvidas pelas prefeituras de Osasco e Londrina. Referências outras também foram utilizadas, como artigos, dissertações, teses, participação em seminários etc. Ademais, contou-se também com a experiência e dedicação da equipe técnica no firme propósito de contribuir para a implementação de uma política de economia solidária que gerasse resultados efetivos para os empreendimentos baianos.

A Sesol, aproveitando a formulação da equipe de transição de Jaques Wagner, deu consistência e implementou o Programa Bahia Solidária: mais Trabalho e Renda, cujo objetivo é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho, renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. Os recursos destinados ao programa no exercício do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 giram em torno de R\$ 157,6 milhões,¹ um valor expressivo, levando em conta o que vem sendo direcionado a políticas de apoio e fomento à economia solidária, seja no âmbito nacional, estadual ou municipal. Parte desse recurso é proveniente do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Estado da Bahia (Funccep).

Apesar de todo o potencial emancipador apresentado pelos empreendimentos de economia solidária (EESs), alguns problemas presentes no cotidiano de muitos grupos, tais como falta de capital de giro, dificuldade de acesso ao crédito, pouca comercialização, tecnologias defasadas, insuficiente capacitação técnica e gerencial e formação sociopolítica, insuficiência de entidades de apoio, falta de padrões gerenciais adequados, incipiente atuação em rede, dificultam a sua sobrevivência. No mapeamento realizado pela Senaes (2006), por exemplo, foi identificado que 61% dos EESs afirmam ter dificuldades de comercialização, 49% ter problemas com relação ao acesso a crédito e 27% não ter qualquer apoio ou assessoria.

O Programa Bahia Solidária, diante deste quadro, prevê ações de fomento, formação, divulgação e crédito produtivo aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária da Bahia, promovendo ações e instrumentos para a organização e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários. Ao lado disto, também vêm sendo realizados trabalhos no sentido da implementação de um marco jurídico específico para a economia solidária, através da formatação do projeto de lei que cria a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e o Conselho Estadual de Economia Solidária.

A operacionalização do Bahia Solidária é feita através das três coordenações que compõem a Sesol: a Coordenação de Fomento (Cofes), a Coordenação de Formação e Divulgação (COFD) e a Coordenação de Microcrédito e Finança Solidária (Comfis). A equipe técnica da nova estrutura conta com 55 servidores públicos, com uma projeção de contratação de mais 20 servidores, totalizando uma equipe de 75 pessoas em face da perspectiva de ampliação das ações descritas a seguir.

3 FOMENTO

As ações de fomento estão relacionadas ao investimento e à assistência técnica a empreendimentos solidários e à articulação setorial destes empreendimentos em redes de produção

1. Dos R\$ 157,6 milhões, cerca de R\$ 43 milhões do orçamento da Setre, onde se insere a Sesol, e o restante proveniente do Funccep.

e comercialização, agregando valor aos produtos e escoando esta produção, incluindo no escopo de ação a implementação dos Cesols, uma das principais reivindicações do movimento de economia solidária baiano, além do apoio direto a empreendimentos e o apoio setorial no segmento resíduos sólidos.

Os Cesols são espaços de apoio e prestação de serviços voltados às organizações solidárias, fomentando e apoiando os empreendimentos e as iniciativas para a geração de trabalho e renda, contando com investimentos da ordem de cerca de R\$ 840 mil em 2008, em itens como infraestrutura, equipamentos e operacionalização dos serviços. A concepção do Cesol tem como referência as experiências desenvolvidas pela Senaes, que já implantou diversos centros em alguns municípios do Sul e Sudeste do Brasil. Através dos centros instalados na Bahia, serão oferecidos aos empreendimentos serviços como consultoria organizacional – com assistência técnico-administrativa, comercial, *designer*, produtiva, contábil e jurídica (legalização, orientações previdenciárias e trabalhistas e normatização técnica para os produtores), microcrédito orientado e finanças solidárias com recursos do Programa de Microcrédito do Governo do Estado da Bahia (CrediBahia); qualificação em economia solidária, associativismo e cooperativismo; desenvolvimento de técnicas comerciais e de comércio justo e solidário; desenvolvimento e uso de tecnologias associadas; espaço para eventos, atividades culturais, reuniões de fóruns e redes de economia solidária; articulação de ações de desenvolvimento local e territorial.

Em dezembro de 2008, foi inaugurado em Salvador o primeiro Cesol com abrangência de atuação estadual. Antes da inauguração no prédio definitivo, o Cesol funcionou em um espaço provisório, atendendo 2.557 pessoas. Outros três centros públicos serão inaugurados em 2009, com abrangência regional/territorial, e mais cinco estão previstos até o ano de 2011. Para a implementação de todos esses centros tem-se primado pela democracia e participação, através da articulação com representações do movimento de economia solidária, entre empreendimentos, entidades de assessorias, universidades, prefeituras e outras instituições públicas, respeitando os contextos de cada lócus de implementação. Para além dessas possibilidades, a operacionalização dos conteúdos, a gestão técnica e o planejamento desse equipamento se darão através de um conselho gestor paritário constituído de entes do poder público e da sociedade civil (empreendimentos e entidades de apoio), ficando a Setre/Sesol com a responsabilidade de manter e fazer a sua gestão administrativa.

Outra ação importante desenvolvida no âmbito do fomento refere-se à geração de trabalho e renda por meio da implantação ou melhoria de estruturas físicas e produtivas de empreendimentos solidários rurais e urbanos. O apoio direto aos empreendimentos promove junto com outras ações de qualificação e de criação de redes de comercialização, a instrumentalização e a organização dos pequenos produtores, tendo em vista a sustentabilidade de suas iniciativas econômicas e produtivas. Esta ação é realizada por meio de convênios com entidades públicas e privadas sem finalidade lucrativa que executam projetos em economia solidária no âmbito local ou municipal.

Em 2008 foram aplicados cerca de R\$ 2.100.000 no apoio direto às organizações produtivas solidárias através de 61 convênios, beneficiando 9.098 famílias em 13 municípios do estado. Estas ações são implantadas por meio de parceria entre a Setre e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), no âmbito do Programa Produzir III, que conta com o apoio do Banco Mundial. Um aspecto relevante na metodologia do programa consiste no fato de a definição dos investimentos a serem realizados passa por uma ampla discussão nos conselhos municipais de desenvolvimento, com representações de entidades

da sociedade civil organizada e gestores públicos. Em outras palavras, as prioridades são discutidas e implementadas com a participação efetiva da comunidade envolvida, através de um instrumento formal nominado de Plano de Investimento Municipal (PIM).

Em 2009 a Setre definiu como prioridade as atividades relacionadas ao apoio a cooperativas e associações atuantes em resíduos sólidos. Esta ação vem sendo desenvolvida com as cooperativas de reciclagem de resíduos, incentivando a estruturação de um complexo de reciclagem para fortalecer as cooperativas e torná-las independentes dos “atravessadores”.

4 FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

No âmbito da formação e divulgação estão as ações relativas à formação dos trabalhadores, gestores públicos e entidades de apoio e fomento. As ações referem-se à implantação de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, atividades de formação de educadores para atuação em economia solidária, divulgação da economia solidária no estado, realização e apoio de eventos de economia solidária, apoio ao mapeamento nacional dos empreendimentos econômicos solidários e a construção do marco legal da economia solidária da Bahia.

A criação e o fomento às incubadoras de empreendimentos econômicos solidários têm como objetivo melhorar as condições dos EESs, por meio da transferência de tecnologia social em gestão e produção, além de desenvolver ações sociais e políticas com os coletivos solidários. Esse processo fundamentado em uma metodologia de trabalho, que toma por referência a educação popular e valoriza a cooperação e a autogestão, busca oferecer e construir conjuntamente ferramentas para que os empreendimentos tornem-se sustentáveis nos aspectos econômicos, sociais, políticos e de gestão.

O formato assumido pelas incubadoras no Estado da Bahia é inédito no Brasil. No âmbito federal já vem sendo desenvolvido pela Senaes o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), voltado para implantação e manutenção de estruturas de incubação em universidades públicas brasileiras. Apesar de guardar muitas semelhanças com o Proninc, algumas particularidades diferenciam o projeto baiano:

a) a possibilidade de investimento direto ao empreendimento incubado (em máquinas e equipamentos, por exemplo) com recursos do projeto submetido, atendendo, inclusive, a uma demanda histórica desse segmento; *b)* a inclusão, como proponente na execução, além das universidades públicas, de universidades privadas e organizações da sociedade civil com experiência no apoio a grupos solidários; *c)* a diferenciação em três modalidades de incubadora – universitárias, territoriais e temáticas, no segmento aquicultura e pesca e artesanato; e *d)* a estratégia de divulgação e sensibilização, que contou com visitas técnicas a 12 territórios de identidade do Estado da Bahia, envolvendo cerca de 200 pessoas, entre entidades de apoio e fomento, universidades e gestores, com o intuito de realizar uma sensibilização acerca da temática da economia solidária, bem como a realização de reunião com os pró-reitores de extensão das universidades baianas.

Para a operacionalização das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, tem-se buscado a articulação entre entidades públicas e privadas. O processo inicial da construção do projeto contou com a participação de representantes do Fórum Metropolitano de Cooperativas Populares, das redes Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) e Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), da Fundação Banco do Brasil e de outras instâncias públicas em diversas reuniões do Comitê Propositivo. Para a implementação do projeto foi assinado um convênio

entre a Setre, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), no montante total de R\$ 4 milhões, sendo R\$ 3,4 milhões da Setre, R\$ 500 mil da Fapesb e R\$ 100 mil da Secti.

Em setembro de 2008 foi publicado o edital de apoio às incubadoras de empreendimentos econômicos solidários – 007/2008 (Fapesb/Secti/Setre) –, que resultou na assinatura de 16 convênios em dezembro de 2008, com organizações da sociedade civil (7) e universidades públicas e privadas (8).

Outra articulação para a operacionalização tem sido desenvolvida com o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, que resultou na assinatura de três convênios para a operacionalização das incubadoras temáticas no segmento artesanato, voltado para comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas. O recurso da Sesol descentralizado para o Instituto Mauá foi de R\$ 750 mil.

Outro conjunto de ações refere-se à formação com o objetivo de capacitar educadores para atuação em EESs, partindo da premissa de que novos educadores são de fundamental importância para a ampliação dos princípios e práticas da economia solidária, pois a demanda por formação abrange todo o estado, o que significa que o número de pessoas aptas para tal função precisa ser em muito acrescido. Em 2008 foram trabalhados na formação conteúdos envolvendo a temática da economia solidária, elaboração de projetos, contabilidade para EESs capacitados diretamente pela Sesol e indiretamente através de convênio com instituições da sociedade civil, a exemplo do realizado pela Cáritas Brasileira. Tais atividades de formação, seja via execução direta ou via convênio, contribuíram para que cerca de 800 pessoas se formassem.

Ainda no âmbito da formação em economia solidária, houve duas chamadas públicas de interessados: uma para formação da equipe técnica incubadora em um total de 100 educandos e outra para a formação de 560 gestores públicos, selecionados em 2008 e que serão capacitados a partir de 2009.

Outro foco de atuação refere-se ao apoio a eventos, por serem considerados importantes momentos de formação conceitual em economia solidária e outras temáticas correlatas, além de um espaço de troca de experiência, divulgação e comercialização (no caso das feiras). Dentre os eventos apoiados, destaca-se o apoio à III e à IV Feira Baiana de Economia Solidária, realizadas em 2007 e 2008, respectivamente. Trata-se do maior evento do movimento baiano de economia solidária, envolvendo 350 expositores e cerca de 3.500 visitantes a cada ano, bem como o apoio às plenárias de economia solidária.

Em parceria com a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária foi realizado, em 2008, o Seminário Estadual de Formação. Estiveram presentes representantes da Rede, da Senaes, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, palestrantes de referência na temática da economia solidária e membros dos poderes públicos do estado, evento de que participaram cerca de 100 pessoas.

Além da formação, também é importante para o fortalecimento da economia solidária o trabalho de divulgação. As ações de comunicação têm o objetivo de difundir o conceito de economia solidária, propagar as ações do Governo do Estado e da Sesol, divulgar produtos e serviços dos empreendimentos solidários. A utilização das ferramentas de comunicação como instrumento efetivo de difusão dos princípios da economia solidária possibilita o fortalecimento do movimento e o acesso da sociedade aos empreendimentos, contribuindo para o incremento da renda.

Os dados dos EESs que participam do Programa Bahia Solidária e que ainda não tenham sido mapeados serão cadastrados segundo o formulário-padrão a ser fornecido pelo Comitê Gestor Estadual. O comitê é responsável pelo mapeamento de economia solidária para cadastramento no Sistema de Informação em Economia Solidária (Sies), integrando uma das políticas desenvolvidas pela Senaes, como parte, inclusive, de uma das ações da Sesol, o mapeamento de EESs baianos.

5 MARCO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DA BAHIA

Quando iniciou seus trabalhos, em 2007, a Sesol defrontou-se com um aparelho estatal reticente, resistente às demandas da economia solidária. A execução das ações da Sesol encontra barreiras, inclusive, pela inexistência de institutos jurídicos adequados à realidade da economia solidária. Nesses termos, a aprovação de uma lei estadual deverá afastar toda e qualquer dúvida sobre a legitimidade e a legalidade das ações.

Diante desse contexto, a Sesol, durante o ano de 2008, trabalhou intensamente na construção de um marco legal específico para o EES do Estado da Bahia. Foram pesquisados leis e projetos de lei de diversos estados e municípios, o Projeto de Lei de Política Estadual de Fomento à Economia Solidária, apresentado originalmente à Assembleia Legislativa em 2004 pelo Fórum Baiano de Economia Solidária, bem como as conclusões da I Conferência Nacional de Economia Solidária, ocorrida em Brasília, em 2006, que estabelece novos paradigmas para as políticas públicas de economia solidária. O objetivo foi coletar dados que ajudassem a arquitetar uma redação capaz de delinear ações que pudessem atender à heterogeneidade de atores em diferentes momentos do empreendimento (pré-constituição, constituição, consolidação e expansão). Este esforço culminou na construção dos projetos de lei estadual de economia solidária e o lançamento, em dezembro de 2008, da frente parlamentar para tratar da lei. O projeto passará por audiências públicas no início de 2009, antes de seguir os trâmites necessários na Assembleia.²

6 MICROCRÉDITO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Acesso ao crédito tem sido uma das grandes reivindicações dos EESs. A Sesol, atenta a esta realidade, tem buscado implementar alternativas nesse sentido. Um primeiro passo foi dar continuidade ao CrediBahia, operacionalizado pela Setre em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e as prefeituras municipais, com recursos da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia).

O objetivo do programa é conceder crédito de forma ágil e desburocratizada aos empreendedores de pequenas unidades produtivas com juros abaixo do mercado, estimulando assim a geração de ocupação e renda. O crédito é concedido a pessoas físicas empreendedoras de atividades produtivas comerciais de pequeno porte, com pelo menos seis meses de funcionamento, no valor mínimo R\$ 200 e máximo de R\$ 5.000.

Apesar da limitação quanto à concessão de crédito para cooperativas e associações, o programa viabiliza uma alternativa através do aval solidário. Formando um grupo entre três e cinco pessoas, com valores individuais entre R\$ 500 e R\$ 1.000, cada grupo consegue até R\$ 5 mil. A taxa de juros é de 1,8% ao mês (a.m.) para o primeiro empréstimo que, se

2. A equipe de técnicos da Sesol que tem trabalhado no marco jurídico da economia solidária também contribuiu na formulação da Lei Estadual do Cooperativismo na Bahia, como instrumento de política pública de alta relevância para a economia solidária no estado, culminando com a sua aprovação pela Assembleia, em janeiro de 2009. Esta lei estabelece na Coordenação do Conselho Estadual de Cooperativismo a Setre.

pago em dia, é reduzido para 1,5% a.m. para os subsequentes. Esta ação, objetivamente, em fevereiro de 2009, beneficiou o Complexo Cooperativo de Reciclagem – cinco cooperativas, com 42 empréstimos solidários no valor global de R\$ 41.200 para viabilizar a não comercialização imediata e precária, a intermediários, das latinhas e embalagens pet coletadas durante o Carnaval.

O CrediBahia tem 153 postos de atendimento em 152 municípios do estado, a maioria deles (57%) nas regiões de semiárido. Desde a sua implantação, em abril de 2002, até 31 de dezembro de 2008, o CrediBahia beneficiou 42.714 contratos liberados para pequenos empreendedores disponibilizando R\$ 57 milhões de crédito e destes R\$ 31,5 milhões foram emprestados no último biênio. Ao lado da gestão do CrediBahia, a Sesol tem trabalhado no desenvolvimento de linhas específicas de finanças solidárias voltadas aos EESs baianos, com previsão de implementação a partir de 2009. Nesse sentido, está em fase final de formação uma linha de crédito para empreendimentos associativos/cooperativos, com aporte inicial de um R\$ 1 milhão, com perspectiva de ampliação em mais R\$ 1 milhão, caso se esgotem os recursos iniciais. Esta linha de crédito deverá ser lançada no primeiro semestre de 2009.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas no âmbito do Programa Bahia Solidária têm o firme propósito de contribuir para a melhoria das condições de vida do enorme contingente de trabalhadores e trabalhadoras que lutam para construir, através do trabalho coletivo e solidário, uma forma digna e decente de viver. A política pública de economia solidária do estado, implementada através do Programa Bahia Solidária, se volta não apenas para geração de trabalho e renda, mas também para o fortalecimento de uma forma alternativa de existir mais justa, fraterna e solidária. O caminho a percorrer ainda é longo, mas os resultados alcançados no decorrer da trajetória, bem como o grande contingente a ser trabalhado e a convicção no potencial da economia solidária, fornecem o oxigênio necessário.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOVAS PRÁTICAS,
NOVAS METODOLOGIAS**

Sandra Faé Praxedes*

Este artigo tem como objetivo oferecer ao leitor um breve balanço acerca do momento atual, das trajetórias e perspectivas das políticas públicas de economia solidária no país. Sem dúvida, o lugar que o tema tem merecido no âmbito desta publicação dá notícia da importância que a economia solidária vem assumindo no campo da busca de alternativas para a reorganização do mercado de trabalho, bem como para o enfrentamento da pobreza.

O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente um pequeno histórico da construção das políticas públicas voltadas para a economia solidária; na sequência destacamos alguns avanços alcançados e, nos comentários finais, procuramos apontar alguns dos entraves e desafios a serem enfrentados por essas políticas.

As reflexões aqui apresentadas expressam a soma das discussões desencadeadas pela Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária, por estudiosos e por militantes que também estão, no seu cotidiano, envolvidos com essa temática.

A economia solidária tem se constituído em objeto de análise de muitos pesquisadores do Brasil e de outros países, tendo em vista a sua erupção social nos últimos 20 anos como expressão da ação pública de diferentes segmentos sociais. As iniciativas de apoio à economia solidária se apresentam desde os anos 1980, e as primeiras experiências de ações governamentais foram dadas pelos municípios de Porto Alegre – RS, Belém – PA, Santo André – SP e, posteriormente, Recife – PE e São Paulo – SP, que podem ser consideradas as mais emblemáticas, sendo o Governo do Estado do Rio Grande do Sul o pioneiro, em duas gestões consecutivas nos anos 1990, na implementação de políticas estaduais (ver SCHIOCHET, 2008).

Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade. Portanto, é necessário que esteja presente no cotidiano das ações de planejamento, execução e avaliação dessas diferentes áreas.

Compreender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la com instrumentos e ferramentas instituídos como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras e dever de um Estado republicano e democrático. Para a Rede de Gestores, a economia solidária compor a agenda pública nessa perspectiva significa o reconhecimento de novos sujeitos sociais e novos direitos de cidadania, o reconhecimento

* Da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e Coordenadora do Programa Osasco Solidária, Prefeitura Municipal de Osasco – SP/SDTI.

de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, propiciando acesso aos bens e recursos públicos.

A relativa expansão, nos municípios e estados, de ações e programas de economia solidária desde as eleições de 2000 favoreceu a criação da Rede de Gestores, formada por gestores e gestoras municipais e estaduais do país. Os objetivos são proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, buscando qualificar a proposição de ações desenvolvidas a partir dos órgãos de governo para este segmento.

É necessário compreender que as políticas públicas para o segmento fazem parte de um cenário recente em construção no país. Ao contrário do movimento social de luta pela terra que tem décadas de organização, o movimento de economia solidária é bastante recente e começa a sua articulação durante o Fórum Social Mundial – no final da década de 1990. O movimento social é fundamental na consolidação de uma política de caráter democrático e amplia a cidadania da população. Este esclarecimento é necessário em razão da dificuldade que existe na institucionalização de uma política pública de caráter popular. Esta se consolida a partir de articulações em diversos campos institucionais e do acúmulo de forças em diversos campos de luta, como o Poder Legislativo, o Executivo e os movimentos sociais, sendo que estes exercem a função fundamental de pressionar os diversos segmentos e dar legitimidade às demandas.

As gestões que iniciam a construção de políticas públicas nos municípios, estados ou no nível federal têm este cenário marcando a paisagem. Estamos falando de uma política pública que não tem uma priorização nos movimentos sociais dos territórios, não tem uma priorização nos programas de governo. O que se percebe é que, até o momento, o acúmulo de forças permitiu pequenos avanços que ainda não a colocam na centralidade das Políticas Públicas. Um exemplo disso são as longas e várias tentativas para aprovação de um texto final e encaminhamento de votação de nova lei para o cooperativismo, ainda não votada – a lei do cooperativismo em vigor no Brasil é de 1971. Esta circunstância é importante por ser o Brasil uma República Federativa em que estados e municípios devem elaborar legislações estaduais e municipais que não sejam contrárias à legislação federal. Ainda no nível federal fica o desafio da aprovação de uma lei geral para a economia solidária, não tendo também se conseguido avançar na constituição de um fundo de fomento que dê apoio a essas iniciativas. O acúmulo de forças até aqui não permitiu que fossem propostas alterações na Lei nº 8.666, que não privilegia o acesso da economia de base local nas compras públicas.

Em compensação, nas esferas municipais e estaduais, merece registro o intenso aumento na aprovação de leis instituindo políticas de apoio e fomento à economia solidária, com a criação de instrumentos para efetivá-las. Na direção da institucionalização de uma política de economia solidária, diversas iniciativas legais têm surgido: Santo André – SP prevê a possibilidade de estabelecimento de convênios da prefeitura com cooperativas em processo de incubação; Diadema – SP prevê a redução gradativa do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para cooperativas instaladas no município; em Osasco – SP, a Lei Geral prevê a criação de equipamentos públicos com Incubadora Pública, Centro Público, Centros de Comércio; Montes Claros – MG prevê a criação de um Fundo de Fomento à Economia Popular e Solidária; Recife – PE criou o Fundo Recife Solidário; João Pessoa – PB criou um fundo que possibilita a captação de recursos, em percentual sobre as compras de bens e serviços efetuadas pela prefeitura.

Um tema central para a construção de políticas é o acesso a fundos públicos que financiem a política. No âmbito federal, a economia solidária não conseguiu constituir um fundo

público desse tipo, nem ao menos acessar fundos públicos já constituídos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Alguns avanços já refletem favoravelmente essa necessidade, como o caso do Governo do Estado da Bahia, que vem desenvolvendo ações importantes de fomento à economia solidária, devido à constituição de um fundo estadual de combate à pobreza. Este fundo vem possibilitando, entre outras iniciativas, a implantação de mais de uma dezena de incubadoras públicas de economia solidária no estado. O fundo não atende apenas às iniciativas da economia solidária, mas vem dando apoio significativo às mesmas. Outros programas ou fundos vêm apoiando as iniciativas de economia solidária, como o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este último vem sendo um diferencial significativo para produtores familiares rurais organizados em cooperativas e associações, que realizam através dele a comercialização de seus produtos. A transversalidade da política de economia solidária vem permitindo o avanço das iniciativas de maneira indireta através de outros ministérios e projetos e não apenas através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE).

Como parte da estratégia nacional temos ainda a implementação dos Centros Públicos de Economia Solidária, realizada pela Senaes em parceria com municípios e governos estaduais. Os centros se constituem em espaço de agregação das diversas iniciativas do campo da economia solidária, propiciando a participação de diversos atores presentes no território. É importante sublinhar o papel que os centros cumprem no fomento a processos de desenvolvimento local na medida em que permitem a realização de atividades de articulação, formação e capacitação, além do potencial de atender a empreendimentos que estejam iniciando suas atividades. De fato, trata-se de importante ferramenta da economia solidária, uma vez que esta deve estar voltada para a elaboração de estratégias de fortalecimento da organização socioeconômica local. Além disso, estes espaços vêm contribuindo significativamente para a construção de uma maior identidade e visibilidade da economia solidária no interior do movimento e para o conjunto da sociedade.

Na construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia solidária, deve-se buscar uma ação integrada, complementar e descentralizada (de recursos e ações) entre os entes da federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos, cumprindo o papel de identificar, elaborar e fomentar políticas públicas de desenvolvimento de economia solidária, considerando a intersectorialidade e articulação das instâncias de governo e primando pela participação e o controle social.

Integrar e complementar as ações a partir da visão de que os recursos públicos provêm de uma única fonte – os cidadãos e cidadãs – permite potencializar o uso e os impactos; aglutinar as forças sociais em torno de políticas públicas abrangentes e que se fixam cada vez mais como políticas de Estado, como direitos, rompem com políticas de balcão e podem ser fatores de estímulo à criação de esferas públicas onde se discute de forma transparente a destinação dos recursos entre todos os sujeitos políticos que representam os diferentes interesses coletivos presentes na sociedade. Por limitações orçamentárias e, mais uma vez, pelo fato de as políticas de economia solidária não estarem na centralidade, avançamos muito pouco na implementação dos Centros Públicos. Mas cabe dizer que, onde foram implementados, vêm cumprindo papel relevante, como as experiências de Contagem – MG, do Governo do Estado da Bahia, Osasco – SP, Belo Horizonte – MG, São Carlos – SP, Londrina – PR, Recife – PE, entre outros.

Ainda muito recente no desenvolvimento das políticas, outra experiência é a implementação de Incubadoras Públicas de Economia Popular e Solidária, criadas no âmbito de prefeituras municipais, a exemplo de Paulista – PE, Santo André – SP, Osasco – SP, Mesquita – RJ e as do Estado da Bahia. A criação dessas incubadoras, suas estratégias e metodologias significaram um grande avanço no campo das políticas públicas e, também, um dos seus maiores desafios. Até então, existiam no Brasil iniciativas ligadas às universidades e ao terceiro setor, com a função de apoiar e fomentar novos modelos visando à geração de trabalho e renda de forma coletiva. Essas experiências demonstraram a necessidade de ações concretas do ponto de vista da gestão pública. O primeiro passo para a criação das incubadoras é a mobilização promovida com o objetivo de que a população entenda o seu significado para a cidade, para a região e para cada cidadão. Nestes espaços públicos são realizadas, por meio de processo de incubação, atividades voltadas ao apoio à organização, à consolidação e à sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários, propiciando o acesso ao conhecimento, a tecnologias sociais e à gestão de negócios solidários, ações necessárias à viabilização dos empreendimentos. A equipe de técnicos é multidisciplinar, composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que exercem o papel de mediadores entre os participantes. Na composição das equipes, os servidores públicos municipais ou estaduais contribuem de forma decisiva para a implantação da economia solidária. Fica explícita a necessidade de se garantir, para além do mandato político da ocasião, a continuidade das políticas públicas implantadas.

Outra experiência que vem se ampliando é a dos Bancos Comunitários. É previsto constitucionalmente assegurar os serviços financeiros e bancários a todos(as) os brasileiros(as), como instrumento imprescindível para o desenvolvimento territorial e superação dos mecanismos locais de geração do empobrecimento. Com base na organização comunitária, esses bancos desenvolveram uma tecnologia popular inovadora que permite, respeitando as especificidades de cada comunidade, oferecer à população local uma gama de serviços financeiros e bancários que, por sua própria dinâmica, estimula a formação de redes locais de produção e consumo (ver DEMOCRACIA, s/d.).

Diante de tantas dimensões, desafios enfrentados e identificados, as experiências, tanto da rede quanto da Senaes, detectaram a necessidade de promover atividades formativas para os gestores públicos. Para atender a essa necessidade, foi realizado o Projeto de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária, hoje na sua terceira fase, com os objetivos de contribuir para a qualificação e ampliação das políticas públicas de economia solidária, nos municípios e estados de todas as regiões do país, promover atividades formativas em gestão pública e economia solidária para gestores públicos desta área, em nível básico e intermediário, promover e estruturar espaços de discussão, troca e sistematização de experiências, conhecimentos, articulação de ações e elaboração de propostas para as políticas públicas de economia solidária, além de tornar públicos os conhecimentos sistematizados sobre as políticas públicas neste campo. Esta fase dá continuidade ao processo, iniciado em agosto de 2005, desenvolvido em parceria entre a Senaes/MTE, Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)/COPPE/UFRJ – Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), com o apoio da Fundação Banco do Brasil.

Pretende-se avançar no debate e formulação de orientações para as ações e programas de economia solidária no âmbito dos municípios e governos estaduais, sobretudo porque partimos de um acúmulo na reflexão teórica e prática acerca da economia solidária no contexto das políticas públicas. Além disso, torna-se possível aprofundar o intercâmbio e

troca de experiências de forma mais sistemática entre os gestores de diversos municípios e estados da federação, e direcionar a formação para os instrumentos de gestão em planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas, necessidade esta que surge das fases anteriores do projeto.

A execução se dá em âmbito nacional, regional e local, por incluir gestores de vários municípios e de governos estaduais de diferentes unidades da federação (UFs), com algumas de suas atividades se desenvolvendo de forma simultânea nas diferentes regiões do país (cursos e seminários) e outras sendo desenvolvidas centralizadamente em oficinas nacionais. Em 2009 já foram realizados cinco cursos regionais, dez seminários estaduais, e em junho acontecerá a oficina nacional, no Rio de Janeiro.

O Projeto de Formação dos Gestores Públicos em Economia Solidária tem propiciado a criação de um espaço para a troca de experiências, a reflexão coletiva das ações executadas pelas mais diversas gestões, e promovido o aprofundamento do debate sobre a construção e a formulação das políticas públicas, tendo como referência uma política de direitos e como perspectiva, uma estratégia de desenvolvimento.

Reconhecer que há um importante acúmulo na identificação da agenda pública prioritária para a economia solidária, como o conseguido através da Lei Federal nº 11.445/2007, que possibilita ao Poder Público “contratar coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta de lixo, efetuadas por associações ou cooperativas (...) reconhecidas pelo Poder Público (...)”. Trata-se, sem dúvida alguma, de importante instrumento de inclusão social e de política de desenvolvimento na área de serviços e produção relacionada ao meio ambiente. Um segundo avanço foi conquistar na Lei Federal nº 11.448/2007 a inclusão das sociedades cooperativas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, instrumento legal que cria facilidades no acesso às compras, reguladas pela Lei nº 8.666, avanços estes que, contudo, são ainda insuficientes. O acúmulo das experiências permite elencar um rol de conquistas e, ao mesmo tempo, de desafios à construção desta política pública, dos quais destacamos:

- Cada vez mais a gestão da política pública deve ocorrer de forma a privilegiar a participação e controle social. Garantir a participação dos sujeitos sociais e políticos seja na sua formulação, no desenvolvimento, no monitoramento e na avaliação das políticas, visando a sua ampliação e aperfeiçoamento constante.
- É fundamental a criação de mecanismos mais eficientes de repasse de recursos para os municípios. Os mecanismos existentes, muitas vezes, contribuem para criar descontinuidade. Precisamos encontrar soluções mais eficientes.
- Ampliar a criação de legislações locais de fomento à Política Pública de Economia Solidária e criação da Lei Geral no nível federal. É fundamental evoluir na elaboração de uma legislação que favoreça a constituição de um sistema, próprio ou integrado a outros sistemas de fomento à economia solidária.
- Definição de marcos legais específicos que possibilitem aos empreendimentos econômicos solidários (EESs) fornecer bens e serviços ao Estado. Uma das ações inseridas nessa estratégia é a necessidade de alteração da Lei nº 8.666, a lei das licitações.
- Apoio à organização de novas cadeias produtivas e ao fortalecimento das já existentes do campo da economia solidária.
- Tecnologia social enquanto inovação em determinadas políticas setoriais, a exemplo da educação, com metodologia que aproxima os trabalhadores e trabalhadoras da escrita e

leitura e facilite a apropriação dos instrumentos básicos de gestão; nos processos de incubação, de autogestão, de formação continuada.

- Constituição e formação continuada de equipes próprias do quadro do funcionalismo público para atuar nesta área.
- Ampliar a implementação de equipamentos públicos como as incubadoras públicas, centros públicos, centros de comércio, como forma de apoio, acompanhamento e contribuição ao processo de sustentabilidade dos EESs.
- Garantia de acesso e permanência de investimento, através de fundos públicos para a economia solidária.

O crédito oficial, como já foi analisado anteriormente, não responde à realidade dos empreendimentos, sendo ainda tema de debates a questão do financiamento para a economia solidária. Enfatizamos aqui a necessidade na criação de linhas de créditos específicas e adequadas à realidade dos EESs.

Entende-se que o fomento à economia popular solidária é uma política de desenvolvimento, portanto não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório. Ela tem, antes, potencial também para ser uma estratégia emancipatória para os beneficiários dessas outras políticas.

Entendemos também como essencial que as políticas de fomento à economia popular solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste segmento, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no país.

O caminho percorrido até aqui já concretiza e demonstra o avanço na construção de políticas públicas que possam contribuir para idealizarmos o modelo de desenvolvimento que desejamos. Modelo este que respeita e considera a centralidade do ser humano, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e valoriza as diversidades culturais articuladas às atividades econômicas. Ou seja, o micro deve interagir com o macro, a organização social deve criar condições políticas democráticas para interagir com o Estado, institucionalizar direitos e conquistas, e implementar políticas públicas universalizadas e perenes.

REFERÊNCIAS

DEMOCRACIA Econômica: bancos comunitários - uma estratégia de economia solidária para a inclusão financeira e bancária. Piranhas, AL: Instituto Palmas; Fortaleza, CE: Rede Cearense de Bancos Comunitários, s/d. Cartilha.

SCHIOCHET, V. *Políticas públicas em economia solidária: reflexões da Rede de Gestores/Secretaria Nacional de Economia Solidária - MTE*. Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Centro de Estudos Josué de Castro. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2008.

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para maiores informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana	A1
2. PEA por gênero	A1
3. PEA por grau de instrução	A2
4. PEA por faixa etária	A2
5. Taxa de participação por região metropolitana	A3
6. Taxa de participação por gênero	A3
7. Taxa de participação por grau de instrução	A4
8. Taxa de participação por faixa etária	A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana	A7
2. Nível de ocupação por gênero	A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução	A8
4. Nível de ocupação por faixa etária	A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação	A9
6. Empregados por categoria de ocupação	A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade	A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. Admissões por UF	A11
2. Desligamentos por UF	A12
3. Variação do nível de emprego por UF	A13
4. Admissões por setor de atividade	A14
5. Desligamentos por setor de atividade	A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A16

IV. DESEMPREGO

1. Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A17
2. Taxa de desemprego aberto: PED	A17
3. Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A18
4. Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A18
5. Taxa de desemprego total: PED	A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME	A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução: PME	A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária: PME	A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME	A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME	A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME	A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME	A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução: PME	A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração: PME	A23

V. SEGURO-DESEMPREGO

- | | |
|--|-----|
| 1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício | A25 |
|--|-----|

VI. RENDIMENTOS

- | | |
|---|-----|
| 1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região | A27 |
| 2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região | A27 |
| 3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 5. Salário mínimo real | A29 |

VII. INFORMALIDADE

- | | |
|---|-----|
| 1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana | A32 |
| 4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana | A32 |

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1
PEA por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total	
2002 ^a	1.366	1.512	2.031	5.057	8.446	1.712	20.125	n.d.	n.d.	
2003	1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.369	22.498	
2004	1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.394	22.919	
2005	1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.469	23.162	
2006	1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.474	23.613	
2007	1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.522	24.057	
2008	1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.930	1.616	24.546	
Jan.-mar./2008	1.482	1.813	2.467	5.389	9.616	1.875	22.642	1.609	24.251	
2008	Março	1.469	1.798	2.469	5.423	9.688	1.875	22.721	1.621	24.342
	Abril	1.451	1.796	2.518	5.445	9.720	1.881	22.811	1.619	24.430
	Mai	1.421	1.771	2.490	5.395	9.752	1.912	22.741	1.626	24.367
	Junho	1.470	1.788	2.524	5.438	9.852	1.906	22.978	1.626	24.604
	Julho	1.516	1.790	2.525	5.444	9.777	1.925	22.977	1.634	24.611
	Agosto	1.471	1.811	2.534	5.458	9.820	1.908	23.003	1.620	24.623
	Setembro	1.524	1.821	2.526	5.500	9.879	1.926	23.175	1.610	24.785
	Outubro	1.522	1.817	2.557	5.537	9.939	1.931	23.304	1.613	24.917
	Novembro	1.518	1.815	2.541	5.506	9.900	1.941	23.221	1.624	24.845
	Dezembro	1.563	1.812	2.500	5.464	9.803	1.933	23.074	1.596	24.670
2009	Janeiro	1.534	1.842	2.470	5.456	9.852	1.890	23.044	n.d.	n.d.
	Fevereiro	1.510	1.827	2.460	5.392	9.856	1.838	22.884	n.d.	n.d.
	Março	1.538	1.852	2.470	5.385	9.929	1.860	23.035	n.d.	n.d.
Jan.-mar./2009		1.527	1.840	2.467	5.411	9.879	1.863	22.988	n.d.	n.d.

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA I.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino	
2002 ^a	11.306	8.820	
2003	11.737	9.392	
2004	11.857	9.668	
2005	11.928	9.765	
2006	12.139	10.000	
2007	12.281	10.254	
2008	12.446	10.488	
Jan.-mar./2008	12.366	10.276	
2008	Março	12.419	10.302
	Abril	12.449	10.362
	Mai	12.378	10.363
	Junho	12.472	10.506
	Julho	12.432	10.545
	Agosto	12.458	10.545
	Setembro	12.502	10.673
	Outubro	12.570	10.734
	Novembro	12.494	10.726
	Dezembro	12.501	10.573
2009	Janeiro	12.485	10.558
	Fevereiro	12.458	10.427
	Março	12.534	10.501
Jan.-mar./2009		12.492	10.495

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.3
PEA por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	7.008	4.089	8.989
2003	7.174	4.233	9.686
2004	6.963	4.215	10.307
2005	6.669	4.161	10.830
2006	6.503	4.172	11.430
2007	6.244	4.189	12.072
2008	6.001	4.173	12.732
Jan.-mar./2008	5.981	4.115	12.518
2008			
Março	5.947	4.190	12.547
Abril	6.013	4.155	12.603
Mai	5.984	4.208	12.519
Junho	6.108	4.198	12.646
Julho	6.074	4.187	12.690
Agosto	6.031	4.225	12.719
Setembro	6.014	4.208	12.925
Outubro	5.948	4.261	13.073
Novembro	6.009	4.186	13.003
Dezembro	5.890	4.102	13.058
2009			
Janeiro	5.839	4.051	13.130
Fevereiro	5.808	4.007	13.047
Março	5.717	4.062	13.220
Jan.-mar./2009	5.788	4.040	13.133

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.4
PEA por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	95	569	3.996	12.506	2.959
2003	127	616	4.073	13.041	3.272
2004	107	598	4.090	13.239	3.490
2005	64	521	3.989	13.457	3.662
2006	73	538	4.013	13.684	3.831
2007	64	496	3.986	13.964	4.025
2008	62	480	3.921	14.155	4.317
Jan.-mar./2008	71	485	3.861	14.088	4.137
2008					
Março	66	508	3.907	14.060	4.180
Abril	70	509	3.992	14.024	4.216
Mai	57	500	3.926	13.962	4.297
Junho	67	467	3.984	14.069	4.390
Julho	67	472	3.956	14.072	4.411
Agosto	54	477	3.925	14.074	4.472
Setembro	54	481	3.999	14.249	4.393
Outubro	56	490	3.955	14.407	4.396
Novembro	59	471	3.921	14.375	4.395
Dezembro	50	436	3.807	14.359	4.422
2009					
Janeiro	66	454	3.760	14.309	4.454
Fevereiro	47	448	3.761	14.166	4.463
Março	58	460	3.866	14.154	4.497
Jan.-mar./2009	57	454	3.796	14.210	4.471

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

Taxa de participação por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	48,5	56,1	54,7	54,4	57,1	56,1	55,3	n.d.	n.d.
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008	47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3
Jan.-mar./2008	47,3	57,3	58,6	53,4	59,4	56,9	56,5	61,7	56,9
2008									
Março	46,7	57,0	58,5	53,7	59,8	57,1	56,7	61,9	57,1
Abril	46,0	56,9	59,5	53,9	60,0	57,1	56,9	61,6	57,2
Maio	45,2	56,2	58,7	53,4	60,1	57,9	56,6	61,6	57,0
Junho	46,5	56,5	59,3	53,7	60,5	57,5	57,1	61,5	57,4
Julho	48,2	56,3	59,3	53,9	59,9	57,7	57,0	62,0	57,4
Agosto	46,7	56,7	59,5	54,0	60,0	57,3	57,0	60,9	57,3
Setembro	48,2	56,9	59,4	54,5	60,5	57,7	57,4	60,5	57,6
Outubro	48,0	56,7	59,8	55,0	61,1	57,7	57,8	60,5	58,0
Novembro	47,6	56,5	59,4	54,6	61,0	58,1	57,6	61,0	57,8
Dezembro	48,9	56,4	58,6	54,2	60,0	57,7	57,1	59,9	57,3
2009									
Janeiro	48,0	56,8	57,7	53,8	60,1	56,5	56,7	n.d.	n.d.
Fevereiro	47,2	56,1	57,5	53,1	60,1	55,2	56,3	n.d.	n.d.
Março	47,9	56,9	57,7	53,1	60,4	56,0	56,7	n.d.	n.d.
Jan.-mar./2009	47,7	56,6	57,6	53,3	60,2	55,9	56,6	n.d.	n.d.

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA I.6

Taxa de participação por gênero (Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	66,3	45,7
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
2006	66,8	48,1
2007	66,5	48,5
2008	66,6	48,7
Jan.-mar./2008	66,3	48,0
2008		
Março	66,5	48,1
Abril	66,9	48,2
Maio	66,4	48,2
Junho	67,0	48,5
Julho	66,6	48,7
Agosto	66,6	48,6
Setembro	67,0	49,2
Outubro	67,1	49,7
Novembro	66,8	49,7
Dezembro	66,4	49,0
2009		
Janeiro	65,9	48,7
Fevereiro	65,8	48,1
Março	66,2	48,3
Jan.-mar./2009	66,0	48,4

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.7

Taxa de participação por grau de instrução (Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	40,9	57,1	75,0
2003	42,1	58,9	76,3
2004	41,3	58,4	76,5
2005	39,9	56,9	76,2
2006	39,2	57,4	76,5
2007	38,1	57,2	76,5
2008	37,2	56,7	76,7
Jan.-mar./2008	37,4	55,6	75,3
2008			
Março	37,4	56,0	75,4
Abril	37,6	55,8	75,8
Maio	37,3	56,1	75,6
Junho	37,6	56,6	76,4
Julho	37,4	56,6	76,3
Agosto	37,1	56,9	76,3
Setembro	37,1	57,3	77,1
Outubro	36,9	58,1	77,6
Novembro	36,9	58,4	77,2
Dezembro	36,7	57,1	76,2
2009			
Janeiro	36,8	55,0	75,6
Fevereiro	36,6	54,6	75,1
Março	36,3	54,9	75,7
Jan.-mar./2009	36,6	54,8	75,5

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.8

Taxa de participação por faixa etária (Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004	3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006	2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008	1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
Jan.-mar./2008	1,9	22,0	69,7	79,3	38,3
2008					
Março	1,8	22,7	70,6	79,4	38,4
Abril	1,9	22,7	71,5	79,5	38,4
Maio	1,5	22,3	70,0	79,3	39,1
Junho	1,8	21,2	71,5	79,8	39,5
Julho	1,8	21,6	70,8	79,7	39,6
Agosto	1,4	21,5	70,0	79,8	40,1
Setembro	1,4	21,9	72,0	80,6	39,3
Outubro	1,5	22,1	72,4	80,9	39,9
Novembro	1,5	21,5	71,7	81,0	39,8
Dezembro	1,3	19,8	69,8	80,5	39,8
2009					
Janeiro	1,8	20,1	69,0	80,0	39,5
Fevereiro	1,3	20,2	68,6	79,7	39,0
Março	1,6	20,6	70,2	79,7	39,2
Jan.-mar./2008	1,6	20,3	69,3	79,8	39,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não-disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA ^a	Total		
2002 ^b	1.082	3.168	442	3.610
2003	985	2.811	404	3.215
2004	1.024	2.806	365	3.171
2005	1.027	2.800	343	3.144
2006	992	2.566	371	2.938
2007	920	2.300	408	2.709
2008	817	2.077	386	2.463
Jan.-mar./2008	884	2.209	365	2.574
2008				
Março	813	2.122	357	2.479
Abril	802	2.115	372	2.486
Mai	854	2.203	395	2.598
Junho	789	2.141	376	2.517
Julho	813	2.137	389	2.526
Agosto	808	2.127	374	2.501
Setembro	740	1.909	383	2.292
Outubro	771	1.903	386	2.289
Novembro	726	1.835	374	2.209
Dezembro	847	1.928	483	2.410
2009				
Janeiro	983	2.226	454	2.680
Fevereiro	992	2.196	402	2.598
Março	912	2.092	396	2.488
Jan.-mar./2009	963	2.171	418	2.589

Fonte: PME/IBGE.

^a Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

^b Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	1.196	1.286	1.816	4.549	7.371	1.563	17.780	n.d.	n.d.
2003	1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.247	19.768
2004	1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.281	20.333
2005	1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.361	20.915
2006	1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.372	21.298
2007	1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.427	21.862
2008	1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.529	22.651
Jan.-mar./2008	1.330	1.593	2.289	5.028	8.739	1.753	20.732	1.520	22.253
2008									
Março	1.326	1.568	2.291	5.059	8.780	1.745	20.769	1.526	22.295
Abril	1.317	1.583	2.345	5.057	8.806	1.756	20.863	1.517	22.380
Mai	1.297	1.570	2.320	5.047	8.910	1.795	20.939	1.526	22.465
Junho	1.346	1.571	2.338	5.080	9.045	1.790	21.171	1.525	22.696
Julho	1.363	1.574	2.354	5.045	8.965	1.810	21.110	1.538	22.648
Agosto	1.350	1.600	2.380	5.083	9.031	1.806	21.251	1.533	22.784
Setembro	1.388	1.616	2.373	5.120	9.085	1.816	21.399	1.538	22.937
Outubro	1.387	1.622	2.407	5.152	9.169	1.824	21.561	1.539	23.100
Novembro	1.370	1.629	2.408	5.124	9.092	1.838	21.461	1.546	23.007
Dezembro	1.441	1.630	2.363	5.127	9.103	1.843	21.507	1.529	23.036
2009									
Janeiro	1.402	1.636	2.313	5.096	8.924	1.784	21.154	n.d.	n.d.
Fevereiro	1.373	1.625	2.294	5.048	8.875	1.728	20.943	n.d.	n.d.
Março	1.377	1.631	2.307	5.012	8.884	1.741	20.953	n.d.	n.d.
Jan.-mar./2009	1.384	1.631	2.305	5.052	8.894	1.751	21.017	n.d.	n.d.

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA II.2

Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	10.188	7.593
2003	10.554	7.966
2004	10.777	8.275
2005	10.999	8.555
2006	11.149	8.777
2007	11.370	9.065
2008	11.687	9.435
Jan.-mar./2008	11.562	9.171
2008		
Março	11.603	9.165
Abril	11.626	9.237
Mai	11.612	9.327
Junho	11.710	9.461
Julho	11.657	9.454
Agosto	11.721	9.530
Setembro	11.773	9.625
Outubro	11.834	9.727
Novembro	11.772	9.689
Dezembro	11.849	9.658
2009		
Janeiro	11.697	9.457
Fevereiro	11.617	9.326
Março	11.619	9.333
Jan.-mar./2009	11.644	9.372

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.3

Nível de ocupação por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2002 ^a	555	1.182	4.421	3.457	8.125
2003	561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004	527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005	479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006	473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007	424	976	4.336	3.662	11.007
2008	375	919	4.300	3.727	11.773
Jan.-mar./2008	371	938	4.239	3.664	11.493
2008					
Março	360	932	4.217	3.737	11.486
Abril	349	930	4.273	3.672	11.599
Maio	352	912	4.314	3.763	11.568
Junho	381	933	4.393	3.746	11.693
Julho	392	938	4.336	3.742	11.676
Agosto	384	914	4.336	3.797	11.791
Setembro	384	893	4.345	3.753	11.996
Outubro	378	916	4.268	3.815	12.161
Novembro	387	883	4.336	3.738	12.094
Dezembro	377	894	4.280	3.710	12.223
2009					
Janeiro	367	909	4.158	3.638	12.058
Fevereiro	372	916	4.110	3.595	11.928
Março	368	862	4.078	3.604	12.005
Jan.-mar./2009	369	896	4.115	3.612	11.997

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.4

Nível de ocupação por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	78	375	3.134	11.380	2.814
2003	104	381	3.120	11.816	3.100
2004	88	385	3.167	12.086	3.327
2005	54	347	3.164	12.464	3.525
2006	61	362	3.168	12.646	3.689
2007	52	337	3.193	12.957	3.895
2008	51	341	3.267	13.266	4.196
Jan.-mar./2008	57	333	3.142	13.187	4.014
2008					
Março	52	354	3.149	13.160	4.054
Abril	51	340	3.277	13.101	4.094
Maio	48	347	3.259	13.093	4.191
Junho	56	338	3.309	13.201	4.267
Julho	56	350	3.282	13.143	4.279
Agosto	46	348	3.312	13.201	4.345
Setembro	44	347	3.376	13.363	4.268
Outubro	47	357	3.340	13.542	4.274
Novembro	49	338	3.329	13.468	4.277
Dezembro	45	331	3.290	13.522	4.320
2009					
Janeiro	55	331	3.125	13.337	4.305
Fevereiro	42	323	3.083	13.181	4.314
Março	53	312	3.098	13.133	4.356
Jan.-mar./2009	50	322	3.102	13.217	4.325

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

Nível de ocupação por posição na ocupação (Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2002 ^a	8.092	3.775	1.346	11	3.449	891	216	17.780
2003	8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520
2004	8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052
2005	8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554
2006	9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926
2007	9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435
2008	10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122
Jan.-mar./2008	10.019	4.044	1.564	7	3.987	965	147	20.732
2008								
Março	10.039	4.031	1.604	4	3.997	945	149	20.769
Abril	10.199	4.049	1.565	8	3.902	999	141	20.863
Mai	10.210	4.115	1.577	14	3.917	967	137	20.939
Junho	10.279	4.162	1.585	11	4.005	983	146	21.171
Julho	10.238	4.257	1.557	13	3.913	988	144	21.110
Agosto	10.240	4.296	1.627	7	4.006	946	128	21.251
Setembro	10.350	4.315	1.623	6	3.989	991	125	21.399
Outubro	10.534	4.244	1.653	6	3.988	999	136	21.561
Novembro	10.470	4.194	1.659	4	4.026	982	126	21.461
Dezembro	10.574	4.119	1.641	8	4.027	1.003	134	21.507
2009								
Janeiro	10.445	3.958	1.681	3	3.940	985	141	21.154
Fevereiro	10.361	3.944	1.588	4	3.959	959	128	20.943
Março	10.328	3.919	1.655	6	3.944	961	140	20.953
Jan.-mar./2009	10.378	3.940	1.641	4	3.948	968	136	21.017

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.6

Empregados por categoria de ocupação (Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002 ^a	7.217	2.624	379	271	1.346	497	880
2003	7.349	2.879	355	272	1.359	494	908
2004	7.475	3.023	341	290	1.382	515	979
2005	7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034
2006	8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073
2007	8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086
2008	9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031
Jan.-mar./2008	9.086	2.750	350	282	1.564	584	1.011
2008							
Março	9.103	2.749	341	292	1.604	596	989
Abril	9.233	2.715	361	284	1.565	606	1.050
Mai	9.236	2.757	360	298	1.577	615	1.060
Junho	9.279	2.830	371	286	1.585	630	1.045
Julho	9.238	2.918	362	302	1.557	638	1.037
Agosto	9.288	2.949	346	302	1.627	606	1.045
Setembro	9.387	2.955	354	299	1.623	610	1.060
Outubro	9.565	2.913	358	301	1.653	611	1.031
Novembro	9.539	2.876	343	289	1.659	589	1.028
Dezembro	9.617	2.838	369	297	1.641	588	983
2009							
Janeiro	9.489	2.711	353	257	1.681	604	990
Fevereiro	9.380	2.653	367	291	1.588	613	1.001
Março	9.332	2.629	368	276	1.655	627	1.014
Jan.-mar./2009	9.400	2.664	363	275	1.641	615	1.001

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.7

Nível de ocupação por setor de atividade

(Em mil pessoas)

Período	Indústria ^a	Construção	Comércio ^b	Intermediação financeira ^c	Administração pública ^d	Serviços domésticos	Outros serviços ^e	Outras atividades ^f
2002 ^g	3.123	1.358	3.679	2.298	2.856	1.377	2.983	106
2003	3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004	3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005	3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006	3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007	3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008	3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
Jan.-mar./2008	3.479	1.489	4.020	3.120	3.266	1.595	3.656	109
2008								
Março	3.476	1.540	3.997	3.142	3.291	1.585	3.629	108
Abril	3.531	1.540	4.021	3.177	3.284	1.656	3.538	118
Maio	3.620	1.534	4.031	3.207	3.284	1.675	3.474	113
Junho	3.643	1.531	4.112	3.196	3.352	1.675	3.538	122
Julho	3.641	1.529	4.023	3.200	3.367	1.675	3.556	119
Agosto	3.733	1.543	3.952	3.251	3.388	1.651	3.604	129
Setembro	3.649	1.571	4.079	3.250	3.370	1.670	3.679	130
Outubro	3.646	1.579	4.148	3.231	3.473	1.641	3.718	124
Novembro	3.698	1.589	4.124	3.147	3.487	1.617	3.686	112
Dezembro	3.610	1.575	4.233	3.215	3.451	1.571	3.741	111
2009								
Janeiro	3.604	1.500	4.128	3.170	3.397	1.593	3.654	108
Fevereiro	3.487	1.539	4.058	3.212	3.341	1.614	3.592	101
Março	3.433	1.542	4.034	3.180	3.408	1.641	3.613	101
Jan.-mar./2009	3.508	1.527	4.073	3.187	3.382	1.616	3.619	104

Fonte: PME/IBGE.

^a Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.^b Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.^c Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.^d Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.^e Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.^f Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.^g Média referente ao período mar.-dez.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.1
Admissões por UF

	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^a	Jan.-mar./2008	Mar./2008	Abr./2008	Mai./2008	Jun./2008	Jul./2008	Ago./2008	Set./2008	Out./2008	Nov./2008	Dez./2008	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Jan.-mar./2009 ^b
RO	55.768	65.619	69.691	69.649	79.334	95.132	21.499	7.509	7.357	7.809	7.977	9.085	8.796	8.871	9.397	8.234	6.107	8.573	8.794	9.213	26.580
AC	10.728	11.884	14.943	17.580	16.278	21.148	5.230	1.668	1.494	2.115	1.958	2.059	1.854	1.881	1.925	1.584	1.048	1.571	1.536	1.778	4.885
AM	88.113	117.620	131.903	143.625	161.560	184.960	43.246	15.031	14.650	15.307	18.127	17.873	18.707	19.371	17.394	12.666	7.619	10.571	9.202	11.360	31.133
RR	5.966	7.311	8.228	7.937	9.522	13.001	3.334	1.202	1.318	913	901	1.026	992	1.161	1.477	1.230	649	1.020	1.030	1.157	3.207
PA	160.830	201.677	208.479	221.093	243.209	272.339	63.125	21.205	21.569	21.996	24.800	26.179	27.784	26.178	24.824	21.411	14.473	20.030	18.716	17.179	55.925
AP	10.699	12.901	14.584	15.290	18.041	21.656	4.377	1.551	1.800	1.745	1.856	2.046	2.406	2.073	2.224	1.838	1.291	1.319	1.414	1.769	4.502
TO	32.726	41.636	42.363	44.209	52.139	59.515	13.110	4.580	5.364	5.597	6.259	6.550	5.048	5.890	5.243	4.511	3.143	4.491	4.799	4.975	14.265
MA	62.670	70.431	85.854	94.335	111.763	144.739	29.494	10.608	12.073	11.466	13.719	16.108	14.665	13.199	13.524	12.545	7.946	10.212	9.664	12.153	32.029
PI	46.111	48.839	54.121	59.823	61.787	73.860	15.423	5.495	5.671	6.170	7.173	6.729	7.312	7.181	6.904	6.972	4.325	5.422	5.526	5.617	16.565
CE	210.583	227.205	240.637	267.041	295.833	345.458	76.401	26.097	24.187	27.177	32.364	36.363	33.610	31.616	31.519	31.608	20.613	25.447	24.722	28.131	78.300
RN	105.122	137.285	137.839	146.967	146.384	161.965	35.483	12.230	12.052	12.118	14.382	16.639	19.318	15.743	13.969	12.710	9.551	11.946	10.149	10.576	32.671
PB	67.107	73.471	79.613	84.592	92.780	103.426	22.724	7.413	7.487	7.179	7.862	10.665	15.309	10.154	8.273	8.204	5.569	7.567	7.574	7.964	23.105
PE	251.413	274.965	311.754	333.564	353.967	408.028	82.302	27.494	27.726	30.053	33.264	33.388	39.525	64.531	38.734	34.826	23.679	30.190	26.108	28.964	85.262
AL	93.277	99.851	103.837	110.055	109.173	120.327	16.935	5.082	5.891	6.220	5.825	8.032	8.013	42.971	14.744	6.906	4.790	7.295	4.960	5.390	17.645
SE	52.951	61.982	64.234	70.359	75.928	87.510	20.027	6.340	6.995	7.045	6.921	7.278	8.243	9.387	8.635	7.927	5.052	6.438	7.070	7.054	20.562
BA	349.688	406.076	470.493	473.212	531.251	610.700	143.261	51.697	55.627	57.099	52.442	55.941	54.056	54.895	53.716	48.859	34.804	47.677	42.462	51.525	141.664
MG	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	2.069.420	480.892	172.647	179.540	182.405	220.247	204.001	186.165	190.698	172.816	148.096	104.560	131.179	142.866	168.728	442.773
ES	222.795	255.143	291.455	314.285	339.581	390.245	93.581	33.046	35.766	41.323	37.474	34.291	33.905	32.558	31.274	29.068	21.005	25.791	28.101	31.229	85.121
RJ	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	1.361.327	322.322	117.992	115.025	111.000	117.440	124.213	117.877	123.318	121.348	117.924	90.860	99.747	103.794	122.194	325.735
SP	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	5.380.429	1.370.848	469.995	530.394	451.610	480.371	474.689	474.671	477.837	454.158	394.450	271.401	383.142	392.085	459.839	1.235.066
PR	735.432	860.828	898.971	933.008	1.067.382	1.250.348	322.840	117.350	117.384	103.012	106.497	112.894	107.904	113.657	111.010	93.675	61.475	95.623	95.160	115.512	306.295
SC	556.244	655.009	692.088	730.675	830.160	950.005	261.918	85.495	81.739	74.638	79.031	81.405	82.162	82.778	85.783	72.172	48.379	80.474	84.139	85.836	250.449
RS	777.864	914.638	869.708	881.310	986.199	1.161.486	320.307	113.092	105.505	89.188	89.983	96.814	95.235	97.900	102.617	95.509	68.428	89.407	88.282	105.542	283.231
MS	140.349	162.065	163.467	170.662	193.899	242.953	65.426	22.682	22.096	21.846	21.464	20.609	20.391	20.592	21.490	17.990	11.049	20.207	19.730	25.072	65.009
MT	201.391	253.451	240.380	227.021	268.853	327.013	82.790	26.738	28.573	27.225	31.142	31.110	28.981	30.613	29.084	22.046	15.449	27.651	28.244	27.972	83.867
GO	301.347	346.598	380.208	386.167	454.710	545.751	137.204	45.415	53.816	46.808	49.804	46.436	47.146	48.059	47.379	40.605	28.494	42.131	43.975	47.527	133.633
DF	159.672	180.282	195.838	200.528	216.939	256.590	64.871	23.486	22.059	20.525	22.768	21.585	23.931	21.459	21.744	22.108	15.540	21.429	23.452	25.255	70.136
Total	9.809.343	11.296.496	12.179.001	12.831.149	14.341.289	16.659.331	4.118.970	1.433.140	1.503.158	1.389.589	1.492.051	1.502.808	1.484.006	1.554.571	1.451.205	1.275.674	887.299	1.216.550	1.233.554	1.419.511	3.869.615

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a março.

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^a	Jan.-mar./ 2008	Mar./2008	Abr./2008	Mai./2008	Jun./2008	Jul./2008	Ago./2008	Set./2008	Out./2008	Nov./2008	Dez./2008	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Jan.-mar./ 2009 ^b
RO	52.369	59.584	64.807	64.978	71.001	89.752	19.855	7.008	6.674	7.680	6.597	8.177	7.434	7.405	8.785	7.855	9.290	7.513	7.196	7.914	22.623
AC	10.881	11.064	12.607	16.400	16.374	20.649	5.436	1.591	1.312	1.299	1.321	1.716	1.508	1.661	1.944	1.924	2.528	1.638	1.575	1.918	5.131
AM	77.977	94.889	111.964	130.620	138.976	176.224	39.855	12.977	11.869	13.266	12.125	14.344	14.073	15.294	17.847	16.862	20.689	16.873	15.562	12.640	45.075
RR	5.719	6.397	6.765	7.269	8.180	12.427	2.636	891	955	1.212	1.103	1.218	1.064	1.115	1.211	960	953	914	993	1.085	2.992
PA	148.360	163.473	190.682	200.287	215.206	263.613	64.018	22.652	19.600	19.946	19.303	22.468	21.845	22.634	24.641	23.310	25.848	23.562	21.200	22.822	67.584
AP	10.938	9.995	13.273	13.878	16.337	19.707	4.545	1.380	1.338	1.531	1.530	1.806	2.022	1.785	1.700	1.457	1.993	1.985	1.422	1.870	5.277
TO	29.700	35.833	41.369	42.069	45.034	58.805	11.550	4.027	4.407	4.262	4.471	5.146	4.697	5.325	5.994	6.482	6.471	4.659	3.772	4.783	13.214
MA	56.577	60.392	72.972	80.603	95.585	125.395	26.677	9.360	9.164	9.761	10.274	10.808	9.850	9.034	12.706	13.464	13.657	13.414	10.907	12.555	36.876
PI	44.158	42.949	47.559	52.283	53.886	62.536	14.801	5.045	4.294	4.260	4.614	5.736	5.194	5.063	5.120	6.792	6.662	6.023	5.775	5.467	17.265
CE	191.938	195.965	209.762	233.481	256.111	304.017	79.876	23.124	23.302	23.667	22.801	25.734	23.663	24.020	27.219	27.363	26.372	32.308	25.195	26.759	84.262
RN	98.042	119.293	119.443	131.626	131.380	148.434	39.640	11.417	11.656	11.267	10.940	12.296	12.158	11.150	12.545	12.828	13.954	14.923	15.538	13.046	43.507
PB	70.459	60.758	68.845	71.516	80.623	93.531	31.971	10.918	6.639	6.547	6.137	7.179	7.118	6.587	6.627	6.757	7.969	7.857	12.410	12.154	32.421
PE	237.584	237.539	271.524	294.679	307.619	355.228	98.421	36.176	31.755	25.692	21.907	27.006	26.158	26.389	33.789	32.024	32.087	38.162	27.085	51.216	116.463
AL	82.405	90.169	98.132	98.000	109.678	117.005	39.138	23.578	16.307	13.865	5.541	5.814	6.507	6.219	8.356	7.673	7.585	8.479	9.946	20.972	39.397
SE	50.469	52.091	56.590	62.771	67.143	76.472	18.749	6.369	6.672	6.871	5.751	6.498	5.829	5.822	6.591	6.157	7.532	6.757	6.031	8.385	21.173
BA	323.186	353.352	406.541	448.123	472.531	569.778	129.142	41.102	43.637	43.480	46.015	49.256	49.263	49.582	60.162	49.212	50.029	48.594	42.040	47.028	137.662
MG	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	1.938.698	409.624	139.626	143.946	144.437	146.587	172.158	166.395	178.658	202.254	182.017	192.622	157.979	143.735	159.329	461.043
ES	209.792	219.136	250.795	282.316	314.507	360.871	82.939	28.395	27.563	30.319	36.249	32.437	30.385	27.344	30.129	30.207	33.299	29.516	28.471	30.740	88.727
RJ	804.625	822.606	896.082	931.069	1.023.997	1.206.731	293.334	99.109	94.201	94.805	100.319	105.199	100.312	100.874	107.108	100.377	110.202	116.285	98.314	116.036	330.635
SP	2.800.585	2.929.226	3.338.309	3.602.301	4.023.740	4.854.822	1.116.502	379.413	385.455	375.876	377.645	410.624	391.079	405.569	419.805	415.334	556.933	421.818	392.180	425.608	1.239.606
PR	673.062	738.180	826.597	846.612	945.021	1.139.445	270.708	92.265	91.037	86.273	92.553	99.259	93.209	96.253	105.009	93.847	111.297	94.031	92.666	104.670	291.367
SC	510.563	564.258	628.457	669.353	746.530	876.099	225.513	79.591	74.152	70.455	70.390	73.820	70.011	70.404	76.807	68.325	76.222	74.067	78.465	86.129	238.661
RS	730.183	797.816	843.445	829.211	891.875	1.070.932	262.724	94.618	91.927	86.892	81.993	92.292	90.421	87.360	93.744	87.473	96.106	86.609	87.535	100.808	274.952
MS	127.849	141.978	158.855	164.155	181.977	233.087	52.400	17.772	19.504	18.520	17.955	21.557	18.829	18.406	20.085	19.679	26.152	18.105	17.522	20.132	55.759
MT	185.078	225.683	246.156	222.890	244.297	304.120	64.076	23.712	25.167	24.343	21.808	25.323	26.010	27.217	29.334	30.071	30.771	24.327	22.866	29.050	76.243
GO	280.568	309.345	348.536	365.106	413.557	498.404	105.438	36.483	39.073	40.326	37.925	41.614	40.184	41.976	49.717	46.843	55.308	40.296	35.917	39.613	115.826
DF	151.261	154.088	170.482	187.154	200.575	230.345	54.962	17.985	17.030	19.753	18.755	20.105	19.665	18.584	20.575	21.202	19.714	21.604	20.057	21.964	63.625
Total	9.163.910	9.773.220	10.925.020	11.602.463	12.723.897	15.207.127	3.564.530	1.226.584	1.208.636	1.186.605	1.182.609	1.299.590	1.244.883	1.271.730	1.389.804	1.316.495	1.542.245	1.318.298	1.224.375	1.384.693	3.927.366

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a março.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^a	Jan.-mar./ 2008	Mar./2008	Abr./2008	Mai./2008	Jun./2008	Jul./2008	Ago./2008	Set./2008	Out./2008	Nov./2008	Dez./2008	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Jan.-mar./ 2009 ^b
RO	3.399	6.035	4.884	4.671	8.333	5.380	1.644	501	683	129	1.380	908	1.362	1.466	612	379	-3.183	1.060	1.598	1.299	3.957
AC	-153	820	2.336	1.180	-96	499	-206	77	182	816	637	343	346	220	-19	-340	-1.480	-67	-39	-140	-246
AM	10.136	22.731	19.939	13.005	22.584	8.736	3.391	2.054	2.781	2.041	6.002	3.529	4.634	4.077	-453	-4.196	-13.070	-6.302	-6.360	-1.280	-13.942
RR	247	914	1.463	668	1.342	574	698	311	363	-299	-202	-192	-72	46	266	270	-304	106	37	72	215
PA	12.470	38.204	17.797	20.806	28.003	8.726	-893	-1.447	1.969	2.050	5.497	3.711	5.939	3.544	183	-1.899	-11.375	-3.532	-2.484	-5.643	-11.659
AP	-239	2.906	1.311	1.412	1.704	1.949	-168	171	462	214	326	240	384	288	524	381	-702	-666	-8	-101	-775
TO	3.026	5.803	994	2.140	7.105	710	1.560	553	1.248	1.335	1.788	204	351	565	-751	-1.971	-3.328	-168	1.027	192	1.051
MA	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	2.817	1.248	2.909	1.705	3.445	5.300	4.815	4.165	818	-919	-5.711	-3.202	-1.243	-402	-4.847
PI	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	11.324	622	450	1.377	1.910	2.559	993	2.118	2.118	1.784	180	-2.337	-601	-249	150	-700
CE	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	-3.475	2.973	885	3.510	9.563	10.629	9.947	7.596	4.300	4.245	-5.759	-6.861	-473	1.372	-5.962
RN	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	13.531	-4.157	813	396	851	3.442	4.343	7.160	4.593	1.424	-118	-4.403	-2.977	-5.389	-2.470	-10.836
PB	-3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	9.895	-9.247	-3.505	848	632	1.725	3.486	8.191	3.567	1.646	1.447	-2.400	-290	-4.836	-4.190	-9.316
PE	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	52.800	-16.119	-8.682	-4.029	4.361	11.357	6.382	13.367	38.142	4.945	2.802	-8.408	-7.972	-977	-22.252	-31.201
AL	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	-22.203	-18.496	-10.416	-7.645	284	2.218	1.506	36.752	6.388	-767	-2.795	-1.184	-4.986	-15.582	-21.752
SE	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	11.038	1.278	-29	323	174	1.170	780	2.414	3.565	2.044	1.770	-2.480	-319	1.039	-1.331	-611
BA	26.502	52.724	63.952	25.089	58.720	40.922	14.119	10.595	11.990	13.619	6.427	6.685	4.793	5.313	-6.446	-353	-15.225	-917	422	4.497	4.002
MG	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	130.722	71.268	33.021	35.594	37.968	73.660	31.843	19.770	12.040	-29.438	-33.921	-88.062	-26.800	-869	9.399	-18.270
ES	13.003	36.007	40.660	31.969	25.074	29.374	10.642	4.651	8.203	11.004	1.225	1.854	3.520	5.214	1.145	-1.139	-12.294	-3.725	-370	489	-3.606
RJ	58.547	107.830	121.111	116.158	144.786	154.596	28.988	18.883	20.824	16.195	17.121	19.014	17.565	22.444	14.240	17.547	-19.342	-16.538	5.480	6.158	-4.900
SP	171.509	497.652	472.931	472.627	611.539	525.607	254.346	90.582	144.939	75.734	102.726	64.065	83.592	72.268	34.353	-20.884	-285.532	-38.676	-95	34.231	-4.540
PR	62.370	122.648	72.374	86.396	122.361	110.903	52.132	25.085	26.347	16.739	13.944	13.635	14.695	17.404	6.001	-172	-49.822	1.592	2.494	10.842	14.928
SC	45.681	90.751	63.631	61.322	83.630	73.906	36.405	5.904	7.587	4.183	8.641	7.585	12.151	12.374	8.976	3.847	-27.843	6.407	5.674	-293	11.788
RS	47.681	116.822	26.263	52.099	94.324	90.554	57.583	18.474	13.578	2.296	7.990	4.522	4.814	10.540	8.873	8.036	-27.678	2.798	747	4.734	8.279
MS	12.500	20.087	4.612	6.507	11.922	9.866	13.026	4.910	2.592	3.326	3.509	-948	1.562	2.186	1.405	-1.689	-15.103	2.102	2.208	4.940	9.250
MT	16.313	27.768	-5.776	4.131	24.556	22.893	18.714	3.026	3.406	2.882	9.334	5.787	2.971	3.396	-250	-8.025	-15.322	3.324	5.378	-1.078	7.624
GO	20.779	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	31.766	8.932	14.743	6.482	11.879	4.822	6.962	6.083	-2.338	-6.238	-26.814	1.835	8.058	7.914	17.807
DF	8.411	26.194	25.356	13.374	16.364	26.245	9.909	5.501	5.029	772	4.013	1.480	4.266	2.875	1.169	906	-4.174	-175	3.395	3.291	6.511
Total	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.452.204	554.440	206.556	294.522	202.984	309.442	203.218	239.123	282.841	61.401	-40.821	-654.946	-101.748	9.179	34.818	-57.751

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a março.

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

	Extraativa mineral	Indústria de transformação	Suip	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000 ^a	36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001 ^a	34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002 ^a	31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	59	9.812.380
2003 ^a	33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004 ^a	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005 ^a	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006 ^a	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007 ^a	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008 ^a	54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
Jan.-mar./2008	12.597	920.625	19.648	449.157	883.598	1.452.628	40.002	340.715	0	4.118.970
2008	4.672	324.427	7.178	151.821	308.929	512.047	12.361	111.705	0	1.433.140
Março	5.243	357.259	6.833	158.097	312.357	513.161	11.715	138.493	0	1.503.158
Abril	5.164	297.417	6.299	158.829	300.341	472.059	8.224	141.256	0	1.389.589
Maio	5.083	305.198	6.100	169.360	315.756	492.507	9.390	188.657	0	1.492.051
Junho	5.131	311.570	6.200	180.852	322.898	509.570	13.666	152.921	0	1.502.808
Julho	5.102	319.198	6.046	177.557	327.209	531.702	6.911	110.281	0	1.484.006
Agosto	5.285	376.379	6.009	180.580	338.907	537.091	5.361	104.959	0	1.554.571
Setembro	4.645	299.041	5.186	168.202	354.477	516.994	4.307	98.353	0	1.451.205
Outubro	3.955	221.602	4.627	142.747	348.992	467.804	3.354	82.593	0	1.275.674
Novembro	1.956	117.476	4.046	81.156	270.353	362.849	2.572	46.891	0	887.299
Dezembro	2.984	216.799	6.903	151.465	283.068	452.142	11.678	91.511	0	1.216.550
2009	2.882	221.522	6.654	138.627	270.441	482.005	20.573	90.850	0	1.233.554
Janeiro	3.307	281.783	6.843	168.517	308.549	519.142	14.230	117.140	0	1.419.511
Fevereiro	9.173	720.104	20.400	458.609	862.058	1.453.289	46.481	299.501	0	3.869.615
Março										
Jan.-mar./2009										

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000 ^a	33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001 ^a	31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002 ^a	25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003 ^a	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004 ^a	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005 ^a	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006 ^a	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007 ^a	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008 ^a	45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
Jan.-mar./2008	9.901	774.379	15.548	349.503	864.342	1.240.038	18.820	291.999	0	3.564.530
2008	3.433	284.038	5.542	118.384	289.335	422.975	6.614	96.263	0	1.226.584
Abril	3.175	274.519	5.227	126.026	277.624	415.735	6.464	99.866	0	1.208.636
Mai	3.300	260.716	5.591	130.159	270.420	416.698	5.572	94.149	0	1.186.605
Junho	3.338	252.984	5.231	132.602	267.543	419.071	5.763	96.077	0	1.182.609
Julho	3.681	274.075	5.080	145.774	297.606	458.278	7.115	107.981	0	1.299.590
Agosto	3.523	264.622	4.926	141.675	273.050	436.511	5.300	115.276	0	1.244.883
Setembro	3.804	262.377	4.963	147.811	285.647	432.438	4.419	130.271	0	1.271.730
Outubro	4.554	290.311	5.860	166.053	299.887	480.852	5.512	136.775	0	1.389.804
Novembro	5.137	302.391	5.577	165.478	271.106	428.508	5.183	133.115	0	1.316.495
Dezembro	5.077	390.716	5.026	163.588	285.445	479.977	31.038	181.378	0	1.542.245
2009	3.443	271.929	6.190	140.141	333.849	449.690	9.444	103.612	0	1.318.298
Fevereiro	3.587	277.978	5.847	135.785	280.716	424.487	6.082	89.893	0	1.224.375
Março	3.267	317.558	6.375	152.394	318.246	469.862	7.089	109.902	0	1.384.693
Jan.-mar./2009	10.297	867.465	18.412	428.320	932.811	1.344.039	22.615	303.407	0	3.927.366

Fonte: Caged/MTE.
^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.6

Varição do nível de emprego formal por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000 ^a	3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001 ^a	2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002 ^a	5.583	161.171	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-33	762.414
2003 ^a	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004 ^a	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005 ^a	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	47	1.253.952
2006 ^a	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007 ^a	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008 ^a	8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
Jan.-mar./2008	2.696	146.246	4.100	99.654	19.256	212.590	21.182	48.716	0	554.440
2008	1.239	40.389	1.636	33.437	19.594	89.072	5.747	15.442	0	206.556
Abril	2.068	82.740	1.606	32.071	34.733	97.426	5.251	38.627	0	294.522
Mai	1.864	36.701	708	28.670	29.921	55.361	2.652	47.107	0	202.984
Junho	1.745	52.214	869	36.758	48.213	73.436	3.627	92.580	0	309.442
Julho	1.450	37.495	1.120	35.078	25.292	51.292	6.551	44.940	0	203.218
Agosto	1.579	54.576	1.120	35.882	54.159	95.191	1.611	-4.995	0	239.123
Setembro	1.481	114.002	1.046	32.769	53.260	104.653	942	-25.312	0	282.841
Outubro	91	8.730	-674	2.149	54.590	36.142	-1.205	-38.422	0	61.401
Novembro	-1.182	-80.789	-950	-22.731	77.886	39.296	-1.829	-50.522	0	-40.821
Dezembro	-3.121	-273.240	-980	-82.432	-15.092	-117.128	-28.466	-134.487	0	-654.946
2009	-459	-55.130	713	11.324	-50.781	2.452	2.234	-12.101	0	-101.748
Fevereiro	-705	-56.456	807	2.842	-10.275	57.518	14.491	957	0	9.179
Março	40	-35.775	468	16.123	-9.697	49.280	7.141	7.238	0	34.818
Jan.-mar./2009	-1.124	-147.361	1.988	30.289	-70.753	109.250	23.866	-3.906	0	-57.751

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

Taxa de desemprego por região metropolitana: PME
(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	12,5	15,0	10,6	10,1	12,7	8,8	11,7	n.d.	n.d.
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
Jan.-mar./2008	10,3	12,1	7,2	6,7	9,1	6,5	8,4	5,5	8,2
2008									
Março	9,7	12,8	7,2	6,7	9,4	6,9	8,6	5,8	8,4
Abril	9,3	11,9	6,9	7,1	9,4	6,7	8,5	6,3	8,3
Maio	8,7	11,3	6,8	6,4	8,6	6,1	7,9	6,2	7,8
Junho	8,5	12,1	7,4	6,6	8,2	6,1	7,8	6,2	7,7
Julho	10,1	12,1	6,8	7,3	8,3	6,0	8,1	5,8	7,9
Agosto	8,3	11,6	6,1	6,9	8,0	5,3	7,6	5,4	7,4
Setembro	8,9	11,3	6,1	6,9	8,0	5,7	7,6	4,5	7,4
Outubro	8,9	10,7	5,9	7,0	7,7	5,6	7,5	4,6	7,3
Novembro	9,7	10,3	5,2	6,9	8,2	5,3	7,6	4,8	7,4
Dezembro	7,8	10,0	5,5	6,2	7,1	4,7	6,8	4,2	6,6
2009									
Janeiro	8,6	11,2	6,4	6,6	9,4	5,6	8,2	n.d.	n.d.
Fevereiro	9,1	11,0	6,8	6,4	10,0	6,0	8,5	n.d.	n.d.
Março	10,4	11,9	6,6	6,9	10,5	6,4	9,0	n.d.	n.d.
Jan.-mar./2009	9,4	11,4	6,6	6,6	10,0	6,0	8,6	n.d.	n.d.

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA IV.2

Taxa de desemprego aberto: PED
(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	12,2	12,6	10,2	16,5	11,4	11,6
2003	12,7	14,5	11,0	17,1	13,6	14,7
2004	11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005	10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006	10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007	10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008	9,3	10,9	8,4	12,2	12,1	7,6
Jan.-mar./2008	9,3	11,5	8,5	12,0	11,8	8,5
2008						
Março	9,6	12,2	8,7	12,3	12,3	8,7
Abril	9,8	12,4	9,0	12,6	12,6	8,6
Maio	9,8	11,7	9,2	12,4	13,1	8,2
Junho	9,7	10,9	8,7	12,2	12,7	7,6
Julho	9,6	10,0	8,7	12,2	13,4	7,4
Agosto	9,4	10,1	8,3	12,2	13,0	7,4
Setembro	9,3	10,4	8,3	12,2	12,5	7,0
Outubro	8,5	10,5	7,9	12,6	11,2	6,7
Novembro	8,6	10,4	7,7	11,9	10,9	6,4
Dezembro	8,3	9,9	7,4	11,7	10,2	6,7
2009						
Janeiro	9,2	10,0	7,6	11,5	10,5	6,9
Fevereiro	9,8	10,2	7,8	11,5	10,8	7,6
Março	10,8	11,1	9,0	12,0	11,8	8,3
Jan.-mar./2009	9,9	10,4	8,1	11,7	11,0	7,6

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.3

Taxa de desemprego oculto por desalento: PED
(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	2,0	3,6	1,8	3,2	4,5	2,4
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004	1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005	1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006	1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007	1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3
Jan.-mar./2008	1,2	3,1	n.d.	2,6	3,1	1,5
2008						
Março	1,3	3,1	n.d.	2,9	3,2	1,5
Abril	1,1	2,9	n.d.	2,7	3,3	1,3
Maio	1,1	2,8	n.d.	2,5	2,9	1,2
Junho	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,1
Julho	1,2	2,7	n.d.	2,3	3,5	1,2
Agosto	1,3	2,7	n.d.	2,2	3,6	1,2
Setembro	1,1	2,4	n.d.	1,9	3,2	1,3
Outubro	1,0	2,6	n.d.	2,0	2,8	1,3
Novembro	0,9	2,4	n.d.	1,9	2,7	1,0
Dezembro	1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	0,9
2009						
Janeiro	1,0	2,7	n.d.	2,5	3,3	1,0
Fevereiro	1,1	2,9	n.d.	2,7	3,6	1,0
Março	1,2	3,0	n.d.	2,5	3,8	1,1
Jan.-mar./2009	1,1	2,9	n.d.	2,6	3,6	1,0

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA IV.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED
(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	4,9	4,3	3,5	7,7	4,7	4,1
2003	5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004	5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005	4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006	4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007	3,6	3,4	2,4	6,2	4,0	1,8
2008	3,1	3,0	n.d.	5,9	4,8	1,1
Jan.-mar./2008	3,3	3,0	n.d.	6,0	4,2	1,3
2008						
Março	3,4	2,9	n.d.	5,8	4,4	1,2
Abril	3,3	3,0	n.d.	5,4	4,3	1,3
Maio	3,3	2,9	n.d.	5,8	4,7	1,3
Junho	3,1	3,1	n.d.	6,0	5,0	1,2
Julho	3,2	3,1	n.d.	5,9	5,0	1,0
Agosto	3,3	3,1	n.d.	5,5	5,1	1,1
Setembro	3,1	3,0	n.d.	5,6	5,1	1,2
Outubro	3,0	2,9	n.d.	5,9	5,3	1,0
Novembro	2,8	2,9	n.d.	6,1	5,0	0,9
Dezembro	2,5	2,9	n.d.	5,8	5,0	0,8
2009						
Janeiro	2,3	2,9	n.d.	5,4	4,8	0,9
Fevereiro	2,6	3,1	n.d.	5,2	5,1	0,8
Março	2,9	3,1	n.d.	5,5	5,1	0,8
Jan.-mar./2009	2,6	3,0	n.d.	5,4	5,0	0,8

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

Taxa de desemprego total: PED
(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	19,1	20,7	15,4	27,4	20,5	18,1
2003	19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004	18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005	17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006	15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008	13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0
Jan.-mar./2008	13,8	17,6	11,4	20,6	19,0	11,3
2008						
Março	14,3	18,2	11,7	21,0	19,8	11,4
Abril	14,2	18,4	12,0	20,8	20,1	11,2
Maio	14,1	17,4	12,2	20,8	20,5	10,7
Junho	13,9	16,9	11,9	20,6	20,6	9,9
Julho	14,1	15,8	11,9	20,4	21,6	9,6
Agosto	14,0	15,9	11,3	19,9	21,3	9,7
Setembro	13,5	15,8	11,2	19,7	20,4	9,5
Outubro	12,5	16,0	10,6	20,4	18,9	9,0
Novembro	12,3	15,7	10,2	19,9	18,2	8,3
Dezembro	11,8	15,4	9,8	19,8	17,9	8,4
2009						
Janeiro	12,5	15,7	10,0	19,4	18,3	8,8
Fevereiro	13,5	16,3	10,4	19,4	19,1	9,4
Março	14,9	17,2	11,7	20,1	20,3	10,2
Jan.-mar./2009	13,6	16,4	10,7	19,6	19,2	9,5

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.6

Taxa de desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	9,9	13,9
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
2007	7,4	11,5
2008	6,1	10,0
Jan.-mar./2008	6,5	10,7
2008		
Março	6,5	11,0
Abril	6,6	10,8
Maio	6,2	10,0
Junho	6,1	9,9
Julho	6,2	10,3
Agosto	5,9	9,6
Setembro	5,8	9,8
Outubro	5,8	9,4
Novembro	5,8	9,7
Dezembro	5,2	8,6
2009		
Janeiro	6,3	10,4
Fevereiro	6,7	10,6
Março	7,3	11,1
Jan.-mar./2009	6,8	10,7

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.7

Taxa de desemprego por grau de instrução: PME
(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	12,0	15,4	9,6
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
2007	8,1	12,6	8,8
2008	6,7	10,6	7,5
Jan.-mar./2008	7,2	10,9	8,2
2008			
Março	7,3	10,8	8,4
Abril	7,6	11,6	7,9
Maio	6,7	10,5	7,6
Junho	6,5	10,7	7,5
Julho	6,6	10,6	8,0
Agosto	6,5	10,1	7,3
Setembro	6,5	10,8	7,2
Outubro	6,4	10,4	6,9
Novembro	6,7	10,7	7,0
Dezembro	5,7	9,5	6,4
2009			
Janeiro	6,9	10,2	8,2
Fevereiro	7,0	10,3	8,6
Março	7,1	11,3	9,2
Jan.-mar./2009	7,0	10,6	8,7

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.8

Taxa de desemprego por faixa etária: PME
(Em %)

Período	15-17	18-24	25-49	> = 50
2002 ^a	34,2	21,6	9,0	4,9
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,1	7,6	3,7
2007	31,9	19,8	7,2	3,2
2008	28,8	16,6	6,3	2,8
Jan.-mar./2008	31,4	18,5	6,4	3,0
2008				
Março	30,3	19,3	6,4	3,0
Abril	33,2	17,9	6,6	2,9
Maio	30,6	16,9	6,2	2,5
Junho	27,6	16,9	6,1	2,8
Julho	25,6	17,0	6,6	3,0
Agosto	27,0	15,5	6,2	2,8
Setembro	27,8	15,5	6,2	2,8
Outubro	27,0	15,5	6,0	2,8
Novembro	28,1	15,1	6,3	2,7
Dezembro	24,1	13,5	5,8	2,3
2009				
Janeiro	27,2	16,9	6,8	3,3
Fevereiro	27,9	18,0	7,0	3,3
Março	32,0	19,9	7,2	3,1
Jan.-mar./2009	29,0	18,3	7,0	3,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.9

Taxa de desemprego por posição na família: PME (Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	7,1	15,7
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
2007	5,0	12,9
2008	4,3	11,0
Jan.-mar./2008	4,5	11,8
2008		
Março	4,4	12,1
Abril	4,5	12,0
Maio	4,2	11,1
Junho	4,2	11,0
Julho	4,4	11,3
Agosto	4,2	10,5
Setembro	4,3	10,5
Outubro	4,3	10,1
Novembro	4,2	10,4
Dezembro	3,9	9,3
2009		
Janeiro	4,7	11,2
Fevereiro	5,0	11,5
Março	4,9	12,6
Jan.-mar./2009	4,9	11,8

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.10

Composição do desemprego por gênero: PME (Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	47,7	52,3
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
2007	43,3	56,7
2008	41,9	58,1
Jan.-mar./2008	42,1	57,9
2008		
Março	41,8	58,2
Abril	42,3	57,7
Maio	42,5	57,5
Junho	42,2	57,8
Julho	41,6	58,4
Agosto	42,1	57,9
Setembro	41,0	59,0
Outubro	42,2	57,8
Novembro	41,1	58,9
Dezembro	41,6	58,4
2009		
Janeiro	41,7	58,3
Fevereiro	43,3	56,7
Março	43,9	56,1
Jan.-mar./2009	43,0	57,0

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.11

Composição do desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	29,2	70,8
2003	27,6	72,4
2004	26,1	73,9
2005	26,4	73,6
2006	26,1	73,9
2007	24,8	75,2
2008	25,3	74,7
Jan.-mar./2008	24,7	75,3
2008		
Março	24,1	75,9
Abril	24,4	75,6
Maio	24,5	75,5
Junho	24,6	75,4
Julho	25,2	74,8
Agosto	25,9	74,1
Setembro	25,9	74,1
Outubro	27,0	73,0
Novembro	25,8	74,2
Dezembro	26,8	73,2
2009		
Janeiro	26,5	73,5
Fevereiro	27,3	72,7
Março	25,2	74,8
Jan.-mar./2009	26,3	73,7

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.12

Composição do desemprego por faixa etária: PME
(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003	0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004	0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006	0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007	0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008	0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
Jan.-mar./2008	0,7	8,0	37,6	47,2	6,4
2008					
Março	0,7	7,9	38,8	46,1	6,5
Abril	1,0	8,7	36,7	47,3	6,3
Maio	0,5	8,5	37,0	48,2	5,8
Junho	0,6	7,2	37,4	48,0	6,8
Julho	0,6	6,5	36,1	49,7	7,1
Agosto	0,5	7,4	35,0	49,9	7,3
Setembro	0,6	7,5	35,1	49,8	7,0
Outubro	0,5	7,6	35,3	49,6	7,0
Novembro	0,6	7,5	33,7	51,5	6,7
Dezembro	0,4	6,7	33,0	53,4	6,5
2009					
Janeiro	0,6	6,5	33,6	51,4	7,9
Fevereiro	0,2	6,4	34,9	50,7	7,6
Março	0,2	7,1	36,9	49,0	6,8
Jan.-mar./2009	0,4	6,7	35,1	50,4	7,4

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

Composição do desemprego por grau de instrução: PME

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	36,2	26,9	36,8
2003	33,2	26,9	39,8
2004	29,9	26,9	43,2
2005	27,7	26,1	46,2
2006	26,4	25,7	47,8
2007	24,2	25,1	50,7
2008	22,5	24,6	52,9
Jan.-mar./2008	22,7	23,6	53,7
2008			
Março	22,5	23,2	54,3
Abril	23,7	24,8	51,5
Maio	22,5	24,7	52,8
Junho	22,2	25,0	52,7
Julho	21,8	23,9	54,3
Agosto	22,6	24,4	53,0
Setembro	22,1	25,6	52,3
Outubro	22,1	25,6	52,3
Novembro	22,9	25,5	51,6
Dezembro	21,6	25,0	53,3
2009			
Janeiro	21,4	21,9	56,7
Fevereiro	21,1	21,2	57,7
Março	19,7	22,0	58,4
Jan.-mar./2009	20,7	21,7	57,6

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.14

Composição do desemprego por faixa de duração: PME

(Em %)

Período	<1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2002 ^a	20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008	23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
Jan.-mar./2008	24,4	47,4	6,9	12,2	9,0
2008					
Março	22,0	50,7	6,6	11,3	9,4
Abril	22,0	51,0	6,0	11,8	9,1
Maio	23,5	48,6	7,6	11,5	8,8
Junho	23,4	50,0	7,1	10,7	8,8
Julho	24,4	49,3	7,6	9,8	8,8
Agosto	22,8	50,9	9,1	9,8	7,4
Setembro	23,9	49,1	10,9	9,0	7,2
Outubro	24,2	47,6	11,3	9,1	7,9
Novembro	23,9	48,6	10,6	9,4	7,5
Dezembro	24,0	49,6	9,4	10,2	6,9
2009					
Janeiro	33,2	46,0	7,1	8,1	5,7
Fevereiro	28,6	51,4	6,2	7,8	6,0
Março	24,7	53,9	6,8	7,4	7,2
Jan.-mar./2009	28,8	50,4	6,7	7,8	6,3

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1

Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	VMB ^b
2002 ^a	4.884.001	4.803.535	98,35	1,42
2003 ^a	5.051.407	4.971.712	98,42	1,38
2004 ^a	4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
2005 ^a	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
2006 ^a	5.857.041	5.749.511	98,16	1,31
2007 ^a	6.275.716	6.149.789	97,99	1,29
2008 ^a	6.949.032	6.804.504	97,92	1,30
Jan.-mar./2008	1.751.821	1.716.073	97,96	1,32
2008				
Março	594.077	582.464	98,05	1,26
Abril	597.392	585.628	98,03	1,26
Mai	566.617	555.828	98,10	1,26
Junho	561.581	551.094	98,13	1,26
Julho	596.361	585.042	98,10	1,26
Agosto	544.284	534.584	98,22	1,27
Setembro	563.855	553.092	98,09	1,28
Outubro	493.487	483.099	97,89	1,29
Novembro	632.479	617.874	97,69	1,29
Dezembro	641.155	622.190	97,04	1,30
2009				
Janeiro	729.904	708.691	97,09	1,34
Fevereiro	613.474	596.387	97,21	1,26
Março	723.844	700.549	96,78	1,27
Jan.-mar./2009	2.067.222	2.005.627	97,02	1,29

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego está sendo coletada na seção SAEG.net, no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

^a Os valores anuais se referem à soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

^b Valor médio do benefício em SMR.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.1

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região (Em R\$ de março de 2009)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^a	Total
2002 ^b	947,94	954,67	1.119,89	1.311,78	1.452,68	1.205,40	1.298,62	n.d.	n.d.
2003	821,14	902,02	1.015,02	1.113,53	1.288,38	1.100,44	1.144,38	1.074,89	1.139,52
2004	800,68	883,56	1.012,82	1.100,64	1.268,12	1.107,37	1.129,77	1.108,87	1.128,31
2005	826,37	900,07	1.035,78	1.124,40	1.283,84	1.093,90	1.147,11	1.100,08	1.143,82
2006	865,47	948,80	1.077,11	1.155,14	1.348,94	1.130,39	1.192,48	1.186,59	1.192,07
2007	888,52	973,02	1.116,17	1.222,10	1.373,70	1.178,16	1.230,54	1.198,08	1.228,27
2008	876,23	1.038,26	1.167,54	1.286,17	1.406,15	1.207,83	1.272,31	1.266,68	1.271,92
Jan.-mar./2008	879,25	999,24	1.109,82	1.234,03	1.400,44	1.234,31	1.249,88	1.287,49	1.252,51
2008									
Março	852,77	1.011,74	1.159,50	1.232,53	1.407,75	1.245,85	1.258,60	1.270,33	1.259,42
Abril	918,12	980,49	1.140,27	1.299,16	1.405,04	1.227,10	1.271,30	1.247,90	1.269,66
Mai	866,08	1.019,13	1.153,79	1.277,40	1.390,18	1.195,76	1.259,45	1.236,97	1.257,87
Junho	834,93	1.028,77	1.131,62	1.299,33	1.380,97	1.184,77	1.256,03	1.192,30	1.251,57
Julho	851,19	1.029,91	1.159,04	1.306,14	1.374,93	1.170,39	1.257,60	1.220,25	1.254,98
Agosto	870,54	1.023,76	1.164,80	1.352,04	1.400,57	1.194,83	1.283,60	1.230,58	1.279,88
Setembro	876,78	1.081,98	1.203,93	1.332,51	1.416,27	1.206,81	1.295,71	1.261,76	1.293,33
Outubro	869,09	1.069,18	1.213,92	1.313,23	1.386,46	1.220,76	1.279,46	1.279,68	1.279,48
Novembro	881,33	1.081,30	1.195,26	1.313,77	1.418,73	1.199,13	1.290,65	1.288,28	1.290,48
Dezembro	906,78	1.084,58	1.256,73	1.281,93	1.434,89	1.198,30	1.297,37	1.379,95	1.303,15
2009									
Janeiro	898,09	1.024,36	1.189,71	1.294,01	1.514,34	1.259,39	1.325,73	n.d.	n.d.
Fevereiro	865,36	1.033,62	1.217,85	1.316,19	1.489,73	1.271,37	1.323,86	n.d.	n.d.
Março	834,70	1.056,30	1.197,00	1.346,00	1.474,30	1.264,70	1.321,40	n.d.	n.d.
Jan.-mar./2009	866,05	1.038,09	1.201,52	1.318,74	1.492,79	1.265,15	1.323,66	n.d.	n.d.

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba. ^b Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VI.2

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região (Em R\$ de fevereiro de 2009)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^a	Total
2002 ^b	930,06	967,16	1.120,45	1.283,92	1.462,58	1.175,50	1.292,92	n.d.	n.d.
2003	802,58	896,23	1.006,83	1.115,49	1.265,60	1.087,53	1.131,73	1.036,05	1.125,04
2004	778,41	878,39	1.006,77	1.100,71	1.283,49	1.102,51	1.133,52	1.061,68	1.128,49
2005	830,52	918,60	1.043,34	1.129,48	1.304,83	1.102,72	1.160,46	1.086,64	1.155,29
2006	884,58	966,52	1.092,14	1.163,43	1.377,25	1.144,27	1.211,66	1.196,07	1.210,57
2007	911,03	1.005,06	1.128,03	1.237,64	1.404,73	1.201,25	1.254,62	1.226,99	1.252,69
2008 ^c	897,41	1.043,72	1.185,95	1.322,21	1.444,67	1.239,32	1.303,74	1.245,09	1.299,64
Jan.-fev./2008	862,89	1.017,76	1.113,46	1.205,54	1.406,56	1.236,04	1.246,47	1.259,28	1.247,37
2008									
Fevereiro	837,61	996,58	1.128,32	1.212,60	1.396,06	1.234,30	1.242,14	1.244,03	1.242,28
Março	911,98	962,22	1.102,55	1.291,02	1.388,21	1.230,86	1.256,69	1.219,30	1.254,07
Abril	856,38	1.009,11	1.134,00	1.272,67	1.394,27	1.191,83	1.256,01	1.216,33	1.253,23
Mai	827,14	1.023,30	1.110,33	1.298,12	1.376,81	1.186,49	1.250,78	1.161,73	1.244,54
Junho	834,00	1.019,28	1.136,56	1.294,32	1.362,59	1.169,72	1.244,64	1.191,33	1.240,91
Julho	847,59	994,33	1.142,55	1.350,09	1.396,17	1.184,54	1.273,75	1.204,65	1.268,92
Agosto	863,96	1.054,05	1.178,80	1.319,97	1.411,91	1.205,57	1.284,83	1.241,01	1.281,76
Setembro	857,24	1.050,60	1.188,00	1.308,08	1.382,66	1.215,06	1.271,02	1.252,71	1.269,74
Outubro	864,90	1.059,47	1.178,95	1.312,61	1.406,81	1.197,81	1.280,99	1.267,20	1.280,02
Novembro	914,66	1.110,42	1.281,99	1.382,69	1.547,21	1.254,71	1.379,60	1.423,22	1.382,65
Dezembro	1.265,27	1.206,32	1.550,80	1.625,81	1.856,30	1.563,17	1.653,68	n.d.	n.d.
2009									
Janeiro	840,46	1.023,05	1.177,19	1.299,92	1.483,80	1.251,76	1.309,05	n.d.	n.d.
Fevereiro	807,01	1.032,02	1.161,29	1.321,30	1.456,09	1.245,88	1.298,31	n.d.	n.d.
Jan.-fev./2009	823,74	1.027,54	1.169,24	1.310,61	1.469,94	1.248,82	1.303,68	n.d.	n.d.

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba. ^b Média referente ao período fev.-dez. ^c Média referente ao período jan.-nov.

n.d. = não-disponível.

TABELA VI.3

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação
(Em R\$ de março de 2009)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.257,61	794,10	1.134,41	1.809,52	722,93	1.298,62
2003	1.163,20	729,42	1.041,16	1.681,00	679,43	1.144,38
2004	1.159,68	724,74	1.034,50	1.645,84	714,81	1.129,77
2005	1.149,66	755,86	1.039,45	1.707,88	773,20	1.147,11
2006	1.188,97	779,23	1.081,60	1.801,33	834,88	1.192,48
2007	1.200,18	818,10	1.106,65	1.912,31	925,52	1.230,54
2008	1.224,52	828,71	1.133,53	1.990,35	1.024,52	1.272,31
Jan.-mar./2008	1.209,73	845,52	1.126,49	1.962,77	975,23	1.258,86
2008						
Março	1.205,66	803,07	1.113,69	1.945,72	1.009,30	1.258,60
Abril	1.199,37	812,10	1.112,68	1.956,41	1.032,80	1.271,30
Mai	1.206,17	805,68	1.115,19	1.928,92	1.029,30	1.259,45
Junho	1.191,16	828,63	1.107,45	1.944,87	1.036,10	1.256,03
Julho	1.192,87	837,30	1.108,58	1.943,10	1.037,80	1.257,60
Agosto	1.238,65	861,78	1.149,08	1.999,47	1.062,30	1.283,60
Setembro	1.240,19	832,77	1.144,40	2.047,34	1.048,40	1.295,71
Outubro	1.235,04	822,00	1.139,98	2.057,75	1.048,70	1.279,46
Novembro	1.283,64	801,95	1.173,78	2.045,58	1.032,60	1.290,65
Dezembro	1.277,94	805,80	1.171,72	2.072,41	1.040,50	1.297,37
2009						
Janeiro	1.266,02	859,96	1.176,64	2.136,54	1.091,50	1.325,73
Fevereiro	1.277,37	857,76	1.185,99	2.087,33	1.092,50	1.323,86
Março	1.261,80	867,10	1.175,80	2.073,40	1.102,10	1.321,40
Jan.-mar./2009	1.268,39	861,61	1.179,48	2.099,09	1.095,37	1.323,66

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA VI.4

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação
(Em R\$ de fevereiro de 2009)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.281,04	767,74	1.143,98	1.838,37	1.065,26	1.292,92
2003	1.185,01	702,68	1.049,02	1.693,74	859,68	1.131,73
2004	1.189,07	709,46	1.050,65	1.674,78	871,91	1.133,52
2005	1.186,66	742,74	1.063,35	1.756,88	900,32	1.160,46
2006	1.236,70	765,68	1.114,05	1.880,74	933,96	1.211,66
2007	1.257,29	813,80	1.149,89	2.006,99	992,02	1.254,62
2008	1.281,70	814,78	1.175,14	2.091,88	1.046,63	1.303,74
Jan.-mar./2008	1.206,78	798,13	1.114,44	1.964,05	1.024,40	1.249,88
2008						
Fevereiro	1.206,12	781,80	1.109,13	1.943,58	1.035,48	1.242,14
Março	1.201,21	778,99	1.106,69	1.960,04	1.055,66	1.256,69
Abril	1.214,35	790,26	1.117,95	1.938,38	1.052,56	1.256,01
Mai	1.199,80	810,17	1.109,86	1.953,99	1.050,74	1.250,78
Junho	1.197,78	821,80	1.108,70	1.951,91	1.030,07	1.244,64
Julho	1.240,31	840,70	1.145,42	2.000,12	1.067,31	1.273,75
Agosto	1.236,60	808,74	1.136,05	2.044,21	1.050,78	1.284,83
Setembro	1.238,75	802,75	1.138,25	2.061,89	1.039,29	1.271,02
Outubro	1.284,15	777,89	1.168,71	2.047,67	1.024,45	1.280,99
Novembro	1.409,96	813,22	1.275,62	2.255,56	1.051,22	1.379,60
Dezembro	1.738,36	917,38	1.557,77	2.956,71	1.119,92	1.653,68
2009						
Janeiro	1.278,99	824,37	1.179,96	2.093,11	1.048,66	1.309,05
Fevereiro	1.255,62	834,01	1.163,75	2.058,78	1.056,64	1.298,31
Jan.-mar./2009	1.267,31	829,19	1.171,85	2.075,94	1.052,65	1.303,68

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período fev.-dez.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.5
Salário mínimo real
(Em R\$ de março de 2009)

Período	SMR
2002	125,08
2003	172,62
2004	201,87
2005	241,65
2006	293,63
2007	337,35
2008	394,95
Jan.-mar./2008	367,99
2008	
Março	391,80
Abril	394,31
Maio	398,10
Junho	401,72
Julho	404,05
Agosto	404,90
Setembro	405,50
Outubro	407,53
Novembro	409,08
Dezembro	410,27
2009	
Janeiro	412,89
Fevereiro	464,07
Março	465,00
Jan.-mar./2009	447,32

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

VII. INFORMALIDADE

TABELA VII.1

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	23,9	22,0	19,9	20,9	21,9	18,1	21,2	n.d.	n.d.
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,6	21,9
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005	23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,6	14,9	21,2
2007	22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,3
2008	19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5
Jan.-mar./2008	19,8	21,2	19,7	18,3	20,0	18,3	19,5	16,7	19,3
2008									
Março	19,0	20,1	20,0	18,6	19,9	18,3	19,4	16,9	19,2
Abril	20,4	20,8	19,7	17,8	19,9	19,1	19,4	16,8	19,2
Mai	20,0	21,4	19,5	17,9	20,4	19,0	19,7	17,2	19,5
Junho	19,2	21,7	19,3	17,8	20,7	18,8	19,7	17,4	19,5
Julho	20,8	22,7	19,3	18,5	21,2	18,3	20,2	17,0	19,9
Agosto	20,8	23,3	19,7	18,3	21,0	19,2	20,2	17,3	20,0
Setembro	20,6	22,6	20,9	19,1	20,5	18,2	20,2	16,7	19,9
Outubro	19,2	22,6	19,3	18,4	20,4	17,9	19,7	16,4	19,5
Novembro	19,2	23,4	18,4	17,9	20,4	18,2	19,5	16,6	19,3
Dezembro	18,2	21,6	17,9	18,1	20,1	17,5	19,2	15,7	18,9
2009									
Janeiro	17,6	21,1	17,6	17,6	19,8	16,6	18,7	n.d.	18,7
Fevereiro	18,6	20,5	17,4	17,4	20,1	16,7	18,8	n.d.	18,8
Março	17,8	19,2	18,6	17,1	19,9	17,4	18,7	n.d.	18,7
Jan.-mar./2009	18,0	20,3	17,9	17,4	19,9	16,9	18,7	n.d.	18,7

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.2

Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	22,6	22,3	19,5	22,4	16,4	19,5	19,4		
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,9	20,2
2004	24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	20,2
2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008	22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8
Jan.-mar./2008	22,2	22,4	17,4	22,9	16,9	17,4	19,2	18,4	19,2
2008									
Março	22,5	22,5	17,0	22,8	17,0	17,7	19,2	18,5	19,2
Abril	21,6	22,3	17,0	22,5	16,2	17,3	18,7	17,9	18,7
Mai	22,0	21,9	16,6	22,2	16,5	17,6	18,7	18,3	18,7
Junho	23,9	21,5	16,4	22,5	16,7	17,1	18,9	18,0	18,9
Julho	23,2	21,0	16,3	22,2	16,3	16,6	18,5	18,3	18,5
Agosto	22,6	21,1	17,1	22,4	16,8	16,8	18,9	18,1	18,8
Setembro	22,9	20,7	16,2	22,0	16,7	17,2	18,6	17,4	18,6
Outubro	23,7	19,9	16,0	21,5	16,6	17,8	18,5	17,6	18,4
Novembro	23,6	20,0	16,5	21,9	16,9	17,3	18,8	17,9	18,7
Dezembro	23,9	20,5	16,5	21,6	16,7	17,8	18,7	18,2	18,7
2009									
Janeiro	24,3	20,0	16,9	21,2	16,8	16,9	18,6	n.d.	18,6
Fevereiro	23,6	21,2	16,5	21,9	16,9	17,5	18,9	n.d.	18,9
Março	23,2	21,5	16,2	22,3	16,5	17,9	18,8	n.d.	18,8
Jan.-mar./2009	23,7	20,9	16,6	21,8	16,8	17,4	18,8	n.d.	18,8

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana
(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	88,8	84,5	59,2	66,9	65,1	54,3	67,0	n.d.	78,2
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	68,5
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	67,5
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	47,3	59,6
2006	91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,4	61,3
2007	81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	54,2
2008	78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	40,2	57,0
Jan.-fev./2008	70,9	65,5	49,3	53,6	47,0	43,5	49,9	49,0	49,9
2008									
Fevereiro	75,3	71,9	43,5	53,3	56,9	39,2	54,3	47,3	54,3
Março	64,2	52,7	53,0	54,9	52,4	59,9	54,2	30,6	54,2
Abril	71,7	55,7	53,5	48,1	57,5	40,5	53,7	33,5	53,7
Maio	70,4	69,7	53,0	28,0	55,2	40,7	48,1	42,3	48,1
Junho	87,6	79,9	51,7	22,4	51,0	39,4	45,8	46,0	45,8
Julho	66,8	79,7	37,9	33,7	50,5	54,0	47,5	46,8	47,5
Agosto	59,8	96,8	43,2	40,1	55,6	51,5	52,9	36,7	52,9
Setembro	77,1	97,2	39,4	58,7	50,3	56,7	54,3	39,2	54,3
Outubro	80,4	87,7	36,7	65,1	70,6	50,5	65,1	43,4	65,1
Novembro	76,4	98,6	45,6	62,0	83,7	67,7	73,4	49,5	73,4
Dezembro	145,4	99,9	106,8	93,0	84,8	81,3	89,5	n.d.	89,5
2009									
Janeiro	62,7	56,6	44,1	49,5	63,2	40,6	55,1	n.d.	55,1
Fevereiro	72,4	48,3	49,7	62,9	47,5	52,0	50,6	n.d.	50,6
Jan.-fev./2009	67,5	52,4	46,9	56,2	55,3	46,3	52,8	n.d.	52,8

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana
(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	40,9	44,6	9,4	19,7	12,1	3,3	20,5	n.d.	35,4
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	8,9	37,8
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	10,5	36,3
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	0,2	31,7
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	-3,1	32,3
2007	44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	0,8	26,6
2008	46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	1,1	22,3
Jan.-fev./2008	36,8	55,6	7,2	10,0	18,4	9,3	20,0	3,5	18,8
2008									
Fevereiro	42,3	61,7	5,7	2,0	15,8	9,6	16,5	4,1	16,5
Março	26,9	51,1	4,5	-6,7	21,5	5,1	13,8	-2,5	13,8
Abril	30,1	63,3	6,3	0,4	16,6	5,3	15,4	-6,4	15,4
Maio	46,7	50,7	7,8	-5,5	20,6	-2,3	14,2	2,2	14,2
Junho	52,1	58,1	2,8	10,1	12,8	-2,1	16,3	6,9	16,3
Julho	41,6	57,3	10,0	14,1	10,8	-2,7	16,2	5,9	16,2
Agosto	39,0	69,4	6,8	22,2	7,6	1,3	17,7	-1,4	17,7
Setembro	39,2	69,6	14,6	23,6	8,0	7,4	19,2	0,1	19,2
Outubro	49,0	56,4	12,2	27,0	20,0	0,2	25,4	-2,2	25,4
Novembro	45,3	52,9	3,6	36,6	32,0	11,1	34,1	2,5	34,1
Dezembro	119,6	61,8	39,6	60,7	45,2	34,3	55,2	n.d.	55,2
2009									
Janeiro	45,8	49,6	9,2	31,2	12,5	-0,9	22,0	n.d.	22,0
Fevereiro	41,8	53,6	3,3	28,4	7,8	3,1	18,8	n.d.	18,8
Jan.-fev./2009	43,8	51,6	6,2	29,8	10,2	1,1	20,4	n.d.	20,4

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Lucia Duarte Moreira

Alejandro Sainz de Vicuña

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Fabiana da Silva Matos

Miriam Nunes da Fonseca

Roberta da Costa de Sousa

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Aeromilson Mesquita

Camila Guimarães Simas

Carlos Henrique Santos Vianna

Brasília

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>